



CFC
CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE



Relato Integrado 2018



Relato Integrado 2018

Sobre este Relato

Bem-vindos.

Em 2018, a atuação do Sistema CFC/CRCs foi conduzida de forma integrada, com ações planejadas e desencadeadas conjuntamente, respeitando a autonomia de cada entidade.

Nossa orientação administrativa foi pautada nas práticas mais relevantes da gestão participativa, tendo como principal objetivo resultados efetivos, todos baseados em nosso Planejamento Estratégico – aprovado em agosto deste ano no Plenário do CFC e que deve nos guiar pelos próximos 10 anos.

Nosso objetivo com essa publicação é evidenciar como nossas atividades, inovações e investimentos contribuem para o crescimento da classe contábil e como o Sistema CFC/CRCs atua exercendo suas atribuições por meio dos Conselhos Regionais de Contabilidade.

Este Relato Integrado é uma das plataformas que utilizamos para comunicar a todos os públicos de relacionamento como chegamos a esses resultados, em um ano em que o CFC investiu na implantação de ações de inovação e tecnologia, destacando-se as melhorias no sistema da fiscalização eletrônica atual, com a implementação de novas funcionalidades, garantindo mais agilidade e confiabilidade aos profissionais da contabilidade.

Os dados e informações apresentados abrangem o período entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2018. Agradecemos a todos os colaboradores e parceiros que estiveram envolvidos, direta e indiretamente, na construção dessa narrativa.

Brasília, 31 de dezembro de 2018.

Contadora Elys Tevania Alves de Souza Carvalho
Diretora Executiva

Sumário

Mensagem do Presidente.....	4	Alocação de Recursos e Áreas Especiais da Gestão.....	46
Quem Somos	5	<ul style="list-style-type: none">Gestão Orçamentária e FinanceiraGestão de PessoasGestão de Licitações e ContratosGestão Patrimonial e InfraestruturaGestão da Tecnologia da InformaçãoSustentabilidade Ambiental	
Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo.....	6	Demonstrações Contábeis.....	60
<ul style="list-style-type: none">CFCOrganogramaAmbiente ExternoCadeia de Valor		<ul style="list-style-type: none">Declaração do ContadorBalanco PatrimonialBalanco OrçamentárioBalanco FinanceiroNotas Explicativas	
Planejamento Estratégico e Governança	10	Outras Informações Relevantes.....	77
<ul style="list-style-type: none">Planejamento EstratégicoEstrutura de GovernançaInformações sobre Dirigentes e ColegiadosCanais de Comunicação com a Sociedade e Partes InteressadasAcessibilidade aos Produtos, Serviços e Instalações		Anexos.....	81
Gestão de Riscos e Controles Internos.....	16		
<ul style="list-style-type: none">Modelo de Gestão de Riscos e ControlePrincipais Riscos e RespostasGestão e Controle das Demandas Judiciais			
Resultados da Gestão	20		
<ul style="list-style-type: none">Objetivos Estratégicos			

Mensagem do Presidente

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), órgão máximo da profissão contábil e representante dos mais de 523 mil profissionais do país, foi criado em 1946, pelo Decreto-Lei n.º 9.295, com o objetivo principal de fiscalizar o exercício da profissão contábil em todo o território nacional. Nesse sentido, a atuação do Sistema CFC/CRCs tem sido conduzida de forma integrada, com ações planejadas e desencadeadas conjuntamente com os 27 Conselhos Regionais, instalados nas capitais dos estados e no Distrito Federal.

Sendo guiados pela missão de “inovar para o desenvolvimento da profissão contábil, zelar pela ética e qualidade na prestação dos serviços, atuando com transparência na proteção do interesse público”, nossa visão é de que o CFC seja reconhecido como uma entidade profissional partícipe no desenvolvimento sustentável do país, contribuindo para o pleno exercício da profissão contábil no interesse público. Seguimos por esse caminho, nunca perdendo de vista valores inegociáveis, como a Ética, a Excelência, a Confiabilidade e a Transparência.

Neste ano de 2018, o Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs foi redefinido para os próximos dez anos, por meio de debates e estudos ocorridos em seminário realizado em Brasília, nos dias 19, 20 e 21 de fevereiro, e aprovado na reunião Plenária do CFC ocorrida em 16 de agosto. Direcionados pela missão e em busca do alcance da visão, os objetivos estratégicos englobam cinco perspectivas – Resultado Institucional, Público e Sociedade, Resultado Econômico, Tecnologia e Processos e Pessoas e Organização.

Nosso foco é o fortalecimento da profissão contábil, trabalhando para que o profissional

da contabilidade se consolide como o tradutor oficial da linguagem universal dos negócios, firmando-se como um fator de proteção da sociedade, e seguir atentos às transformações que possam atingir a profissão, sejam de natureza tecnológica, regulatória, mercadológica ou humanística. Tendo em vista que a Inteligência Artificial deu início a uma nova Era, estamos prontos para nos adaptarmos à modernidade que nos espera, fazendo uso dessa nova tecnologia em benefício da melhoria dos serviços prestados à sociedade.

Ao construir esse documento, é com satisfação que podemos ver os progressos que já concretizamos, como o fortalecimento da nossa estrutura de governança, a evolução no número de parcerias e convênios, o desempenho do Exame de Suficiência, o êxito do Programa de Educação Profissional Continuada (PEPC), os avanços no processo de convergência das normas contábeis e todo o trabalho da fiscalização do exercício profissional – progressos que nos motivam e impulsionam a buscar o melhor a cada dia, tendo em vista nosso papel primordial de salvaguardar o interesse público.

Foram realizadas duas edições do Exame de Suficiência, que contaram com mais de 87 mil inscritos e uma média de aprovação de 34%. Essa avaliação é de fundamental importância, já que objetiva oferecer à sociedade profissionais gabaritados. Contudo, o número de registros profissionais sofreu uma redução de 0,9% em 2018, quando comparado ao ano anterior, repetindo a situação ocorrida em 2017, em relação a 2016, quando houve uma queda de 1,4%. Esse quadro pode ser atribuído ao contexto econômico conturbado, que começa a apresentar tênues sinais de recuperação.



Contador Zulmir Ivânio Breda, presidente do CFC

Em relação ao Programa de Educação Profissional Continuada, que visa atualizar e expandir os conhecimentos e competências técnicas e profissionais, o CFC credenciou e/ou revalidou 6.738 cursos e 143 novas capacitadoras. Quanto aos profissionais que prestaram contas ao Programa, foram 32 mil referentes às atividades realizadas em 2017 e, para 2018, a expectativa é de que esse número ultrapasse 40 mil profissionais. Todas essas ações buscam sempre o aperfeiçoamento do profissional e, consequentemente, o zelo no trabalho oferecido à sociedade.

No âmbito das atividades da Fiscalização, foram julgados pelos Conselhos Regionais de Contabilidade mais de 10.000 processos. No CFC, em grau de recurso, foram julgados 1.504 processos, sendo 1.334 processos éticos-disciplinares e 170 processos de Fiscalização. Em um quadro comparativo, o estoque de processos a serem julgados em 31 de dezembro de 2017 era de 588; já, em 31 de dezembro de 2018, era de 493 processos. Esses números comprovam a melhoria e inovação nos julgamentos, tendo sempre como primazia assegurar a observância da ética profissional e das Normas Brasileiras de Contabilidade.

Em continuidade aos estudos que são permanentemente desenvolvidos pelo CFC para a elaboração e revisão das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs), no processo de convergência às normas internacionais, em 2018, foram aprovados os seguintes normativos: NBC TSP 11 a 21; NBC TG 42; NBC TG 49; NBC PG 12; CTSC 04; CTR 03; CTA 12; CTO 04; CTG 2002; CTA 26; CTO 05; ITG 22 e ITG 23. Além de aprimorar e modernizar a legislação, esses normativos buscam a harmonização da Contabilidade brasileira com contexto global.

Novas parcerias e convênios foram firmados neste exercício visando assegurar o reconhecimento do Conselho como entidade partícipe do desenvolvimento sustentável do país e que contribui para o pleno exercício da profissão contábil. Entre as entidades parceiras, destacamos: Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon), Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci), Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC), Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), Associação Civil Internacional Glenif (AC Glenif), Associação Interamericana de Contabilidade (AIC), Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom), Procuradoria-Geral Eleitoral/Ministério Público Federal (MPF) e Observatório Social do Brasil (OSB).

Continuamos a evoluir em nossas práticas de governança e, em 2018, foi instituída a Política de Governança do CFC, por meio da Resolução CFC n.º 1.549/2018, tendo como princípios Transparência, Ética, Eficiência, Integridade, Equidade e *Accountability*. Essa política é de fundamental importância, pois busca direcionar e monitorar as estratégias, políticas e planos institucionais; estabelecer metas e indicadores; e monitorar o desempenho e os

resultados alcançados no cumprimento da estratégia e dos objetivos.

É interessante mencionar que a pesquisa de satisfação, que visa avaliar o grau de contentamento dos funcionários, dos profissionais, da sociedade e dos CRCs com o desempenho do CFC, obteve os seguintes resultados, considerando a meta de 70%: em relação aos funcionários 70,99%; aos profissionais 69,09%; à sociedade 71,38%; e aos CRCs 79,54%. Por meio desses resultados, o CFC busca melhorar, a cada dia, as atividades de sua responsabilidade, reforçando sua meta de servir com excelência.

Traçando as perspectivas e desafios para 2019, além de trabalhar em favor de cada objetivo a ser alcançado, queremos reafirmar o nosso compromisso com a defesa das prerrogativas da nossa profissão, trabalhando para a criação de novas oportunidades para os profissionais da contabilidade. Sem dúvida, a nossa profis-

são seguirá firme e forte na Era da Inteligência Artificial, prestando sempre um melhor serviço aos usuários e contribuindo assim para o desenvolvimento econômico e social do nosso País.

Por fim, é importante destacar que o objetivo do Relato Integrado de 2018 é compartilhar com a sociedade e, especialmente, com a classe contábil, o desenvolvimento de nossas ações visando prestar contas das ações realizadas e dar transparência a nossa gestão. Nas próximas páginas, apresentaremos, com mais detalhes, os resultados obtidos no exercício.

Boa leitura!

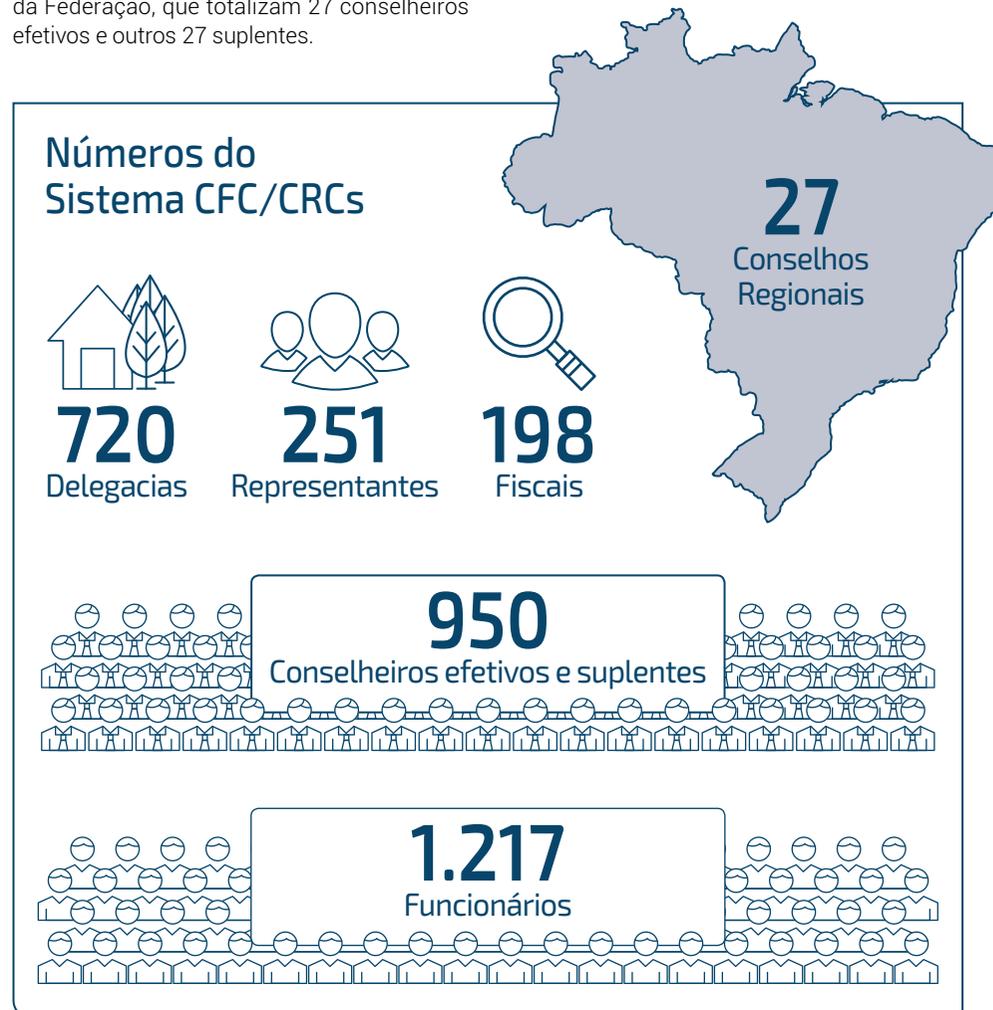


Contador Zulmir Ivânio Breda
Presidente do CFC

Quem Somos

Nossa história começa em 27 de maio de 1946 e, nos termos da legislação vigente, é de nossa competência orientar, registrar, fiscalizar e disciplinar, técnica e eticamente, o exercício da profissão contábil, por meio dos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs). O CFC é integrado por representantes de cada Unidade da Federação, que totalizam 27 conselheiros efetivos e outros 27 suplentes.

Entre suas atribuições, o CFC aplica o Exame de Suficiência e mantém ativos o Cadastro de Qualificação Técnica e o Programa de Educação Continuada. Além disso, edita as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) de natureza técnica e profissional e, também, as Orientações Técnicas.





Visão Geral, Organizacional e Ambiente Externo

Visão Geral Organizacional

CFC

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) é uma Autarquia Especial Corporativa dotada de personalidade jurídica de direito público. Criado por meio do Decreto-Lei n.º 9.295, de 1946, alterado pela Lei n.º 12.249/2010, o CFC possui estrutura, organização e funcionamento regulamentados pela Resolução CFC n.º 1.370, de 8 de dezembro de 2011, que aprova o Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade e pela Resolução CFC n.º 1.458, de 11 de dezembro de 2013, que aprova o Regimento do CFC e dá outras providências.

O Plenário do CFC é integrado por um representante de cada estado e do Distrito Federal, no total de 27 conselheiros efetivos e igual número de suplentes – Lei n.º 11.160/2005. Nos termos da legislação em vigor, possui, entre outras, a finalidade de orientar, normatizar e fiscalizar o exercício da profissão contábil, por intermédio dos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs), cada um em sua base jurisdicional, nos estados e no Distrito Federal; decidir, em última instância, os recursos de penalidade imposta pelos Conselhos Regionais; e regular acerca dos princípios contábeis, do Cadastro de Qualificação Técnica e do Programa de Educação Continuada, bem como editar as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) de naturezas técnica e profissional.

Missão

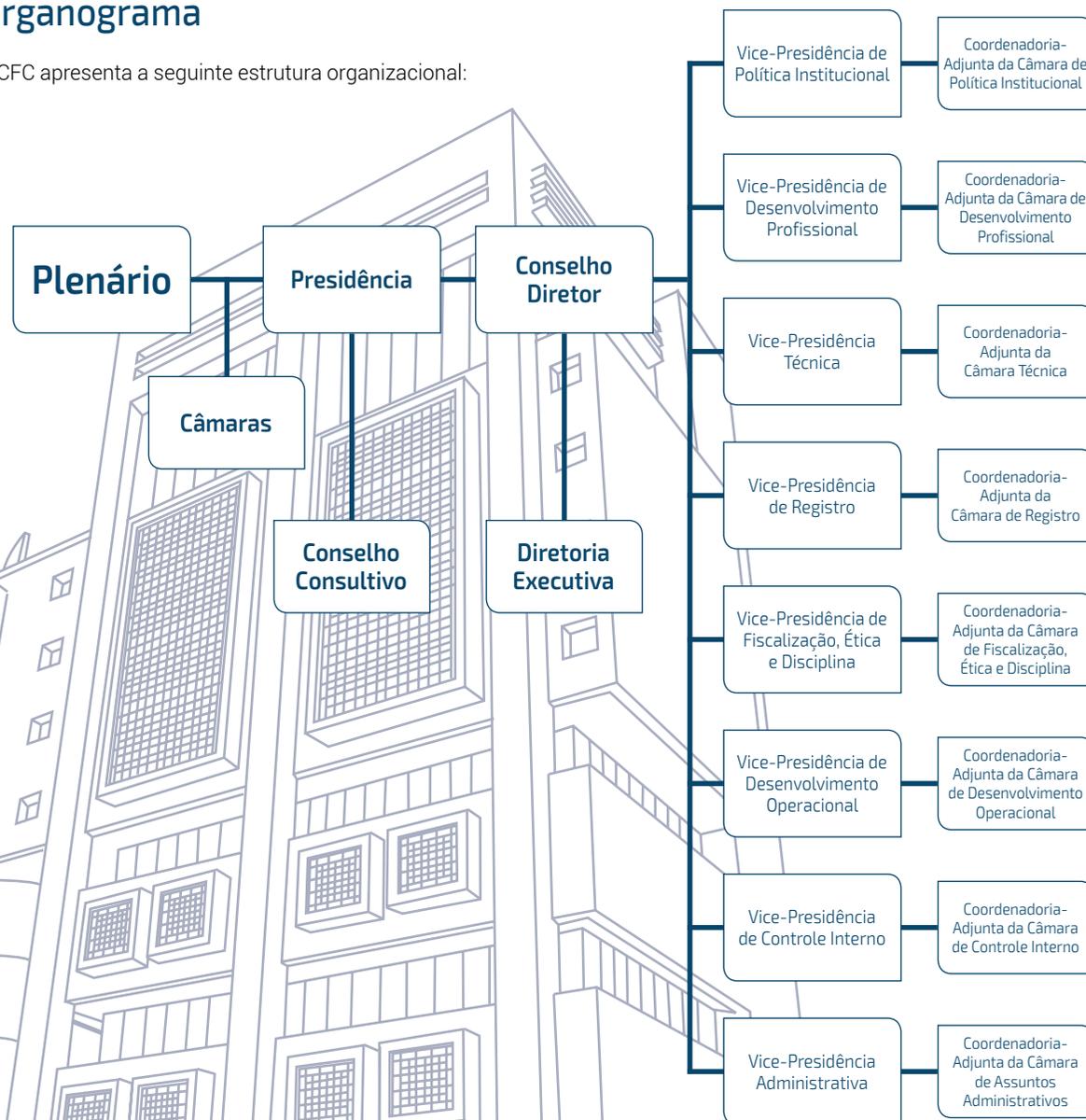
Inovar para o desenvolvimento da profissão contábil, zelar pela ética e qualidade na prestação dos serviços, atuando com transparência na proteção do interesse público.

Visão

Ser reconhecido como uma entidade profissional participe no desenvolvimento sustentável do País e que contribui para o pleno exercício da profissão contábil no interesse público.

Organograma

O CFC apresenta a seguinte estrutura organizacional:



Ambiente Externo

Considerando o cenário nacional, difícil mencionar o nome de algum órgão, instituição ou empreendimento que não tenha sentido, de alguma maneira, os reflexos de uma das maiores crises econômicas da história do Brasil. Nesse período conturbado, iniciado em meados de 2014, o Produto Interno Bruto (PIB) recuou mais de 3% por dois anos consecutivos (2015 e 2016) e só começou a apresentar sinais de recuperação em 2017, quando cresceu 1%. Essa recuperação parece caminhar a passos lentos, já que a expectativa de crescimento para 2018 é de cerca de 1,3%.

Esse contexto recessivo, em que o desemprego chegou a mais de 12% e o pessimismo se instalou, trouxe ao CFC uma redução de mais de 2% no número de registros profissionais, considerando o acumulado dos anos de 2017 e 2018. Além disso, o grau de inadimplência das anuidades seguiu em trajetória crescente nesse período, passando de uma média de 26,4%, em 2015, para 38,7%, em 2018. Esses valores se referem à média do percentual de inadimplência dos 27 Conselhos Regionais de Contabilidade.

Está em curso no Supremo Tribunal Federal (STF) a Ação Direta de Constitucionalidade (ADC 36), a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 5367) e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 367), que, em síntese, buscam definir qual o regime de trabalho que deverá ser aplicado aos funcionários de Conselhos de Fiscalização Profissional – Celetista ou Estatutário. A matéria está pautada para apreciação no STF em junho de 2019 e vem sendo definida como uma ameaça, tendo em vista que sua decisão poderá acarretar enormes reflexos de ordem econômica e consequências estruturais gra-

víssimas para os conselhos profissionais, especialmente, no que se refere ao regime de aposentadoria dos funcionários.

No cenário internacional, é impossível não se deparar com os rápidos avanços tecnológicos que vêm ocorrendo a cada dia. É um caminho sem volta e os impactos dessas transformações se disseminam de várias formas. Nos últimos anos, a mídia vem trazendo uma visão negativa e ameaçadora dos impactos da tecnologia sobre a profissão contábil. Buscando reverter esse quadro, o CFC implementou várias ações no decorrer de 2018, com o intuito de esclarecer que os avanços tecnológicos devem ser vistos muito mais como aliados do profissional da contabilidade, além de constituírem uma oportunidade de aperfeiçoamento e atualização contínua. Dentre essas ações, destacamos palestras realizadas em eventos como o XIV Congresso Internacional de Contabilidade do Mundo Latino (Prolatino), Quintas do Saber, XI Encontro Nacional de Coordenadores e Professores do Curso de Ciências Contábeis, 4º Encontro Nacional de Jovens Lideranças, Seminário de Gestão e Planejamento Estratégico do Sistema Contábil, além de várias matérias e entrevistas sobre o tema.

Ademais, se analisarmos o papel do profissional da contabilidade, hoje, percebemos que ele se desprende muito do nível operacional e se aproximou de um perfil mais estratégico, sendo peça fundamental na gestão de qualquer empreendimento. O diferencial está em ressaltar esse novo papel de gestor, as habilidades, a capacidade analítica, características essas que são, certamente, insubstituíveis.

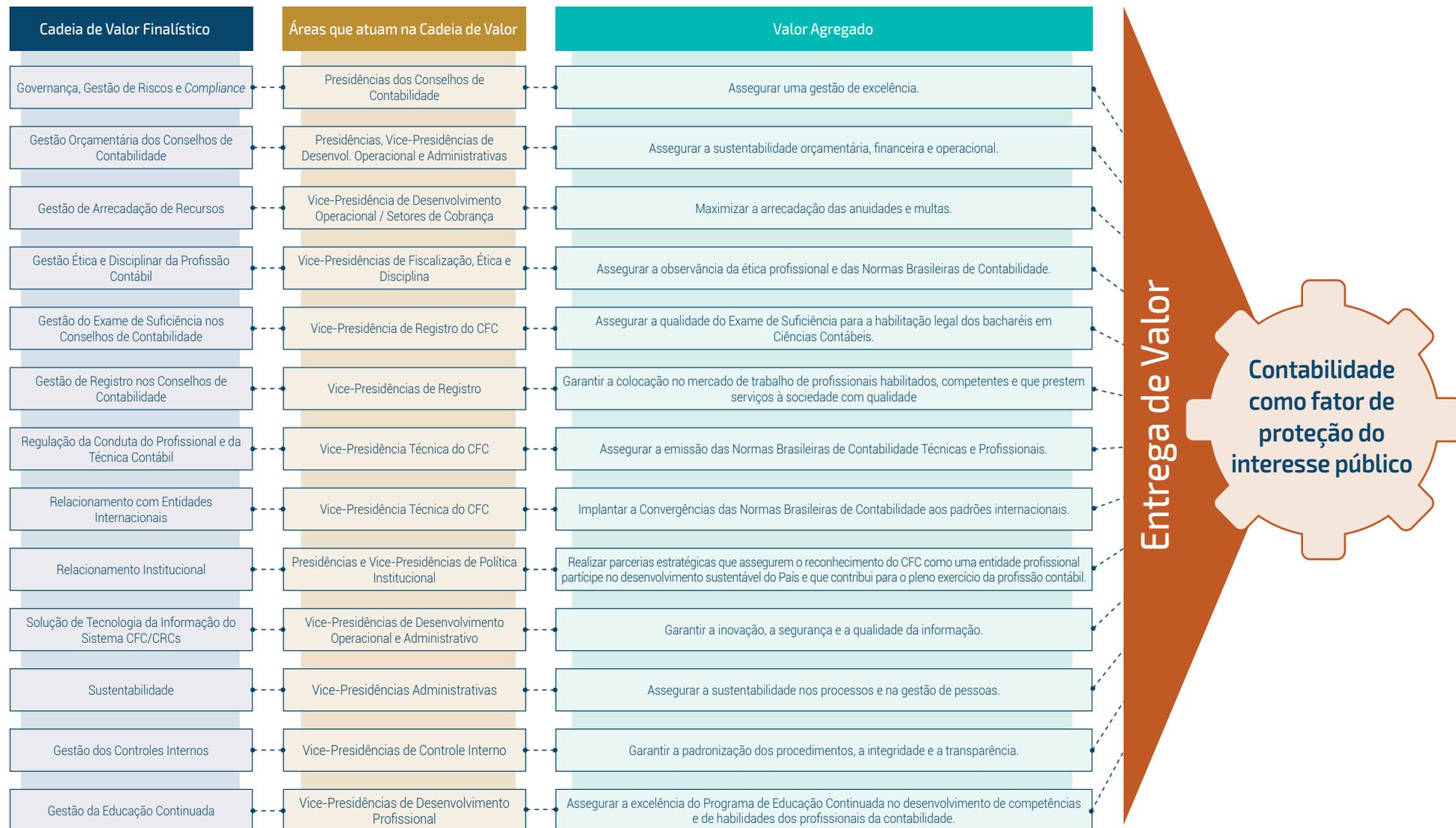
Ainda no cenário internacional, vale mencionar que, além de a própria sociedade estar mais

exigente quanto a padrões de excelência, os preceitos mundiais estão cada vez mais voltados para valores, como Ética, Confiança e Integridade, trazendo transformações relevantes para o cenário contábil brasileiro. Assim, o profissional da contabilidade deve renovar seu comprometimento com a verdade e a justiça social a cada dia, tendo em vista que sua responsabilidade é, acima de tudo e sempre, para com a sociedade, usuária das informações produzidas.



Cadeia de Valor

Nossa cadeia de valor está estruturada nos quatro pilares da nossa Lei de Regência, que viabiliza ao CFC orientar, normatizar, fiscalizar o exercício da profissão contábil, além de promover a Educação Continuada dos profissionais, por meio dos Conselhos Regionais de Contabilidade.





Planejamento Estratégico e Governança

Planejamento Estratégico

O Planejamento Estratégico é uma poderosa ferramenta para a construção e a consolidação da imagem da instituição, compreendendo desde a avaliação do que está sendo proposto, passando pelo diagnóstico do posicionamento da entidade até a definição das estratégias que combinem com diferentes meios de comunicação interna e externa.

Em 2018, o CFC redefiniu a Identidade Organizacional do Sistema CFC/CRCs, composta pela Missão, Visão e Valores, bem como reavaliou e atualizou os Objetivos Estratégicos que guiarão o Sistema nos próximos dez anos (2018/2027). O foco do trabalho se deu na transparência das informações contábeis, na ética, no combate à corrupção e nas parcerias institucionais que reafirmam a importância da Contabilidade para o crescimento e desenvolvimento social do País.

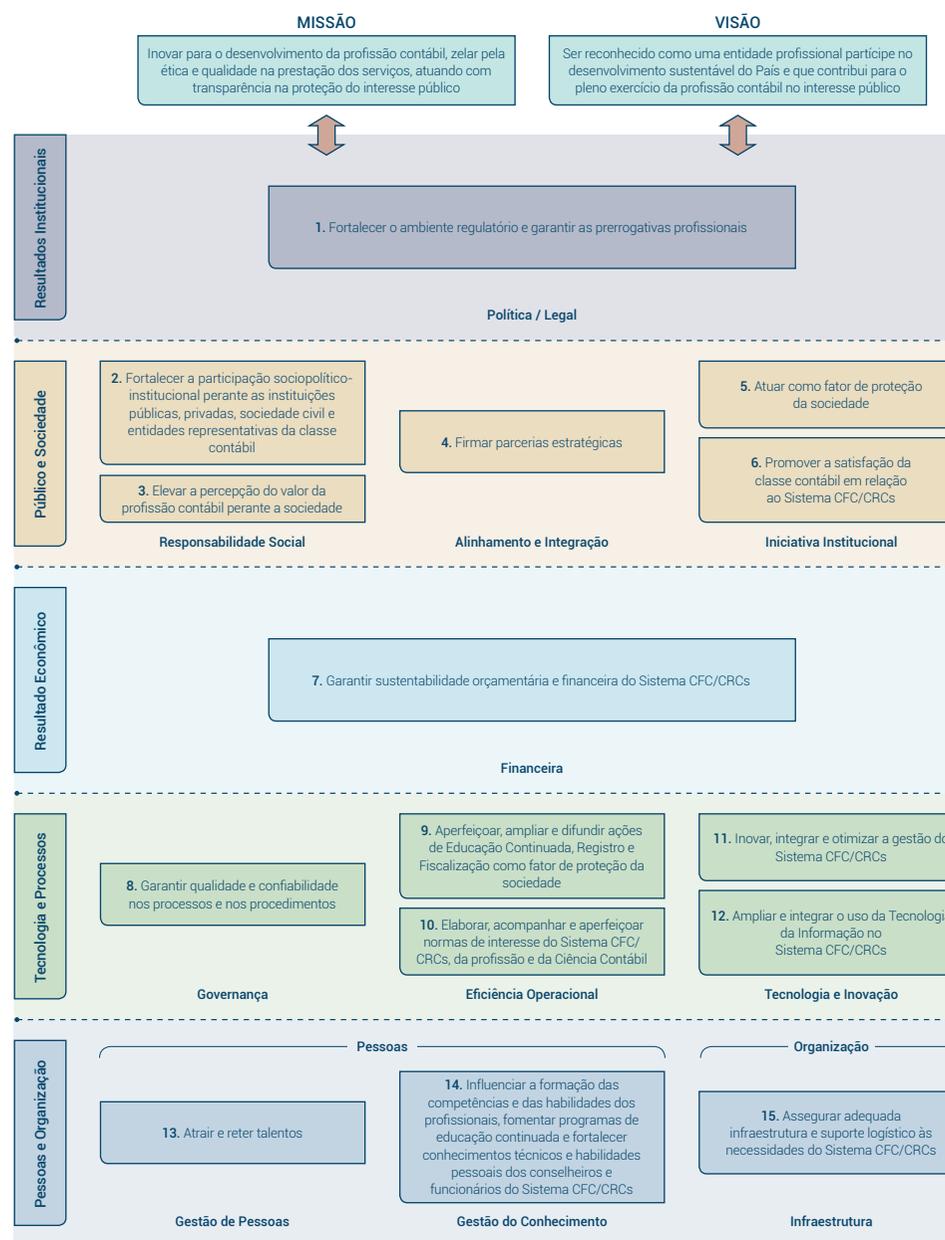
A nova **Missão** é inovar para o desenvolvimento da profissão contábil, zelar pela ética e qualidade na prestação de serviços, atuando com transparência na proteção do interesse público.

No que diz respeito à **Visão**, o Sistema CFC/CRCs quer ser reconhecido como uma entidade profissional participe no desenvolvimento sustentável do País e que contribui para o pleno exercício da profissão contábil no interesse público.

Os **Valores**, por sua vez, têm as seguintes premissas: Ética, Excelência, Confiabilidade e Transparência.

O Mapa Estratégico, construído em 2018, tem seus pilares fundamentados na identidade estratégica do Sistema CFC/CRCs e relaciona as 15 metas definidas como Objetivos Estratégicos, os quais foram elaborados e divididos em cinco perspectivas estratégicas: Resultados Institucionais; Público e Sociedade; Resultado Econômico; Tecnologia e Processos; e Pessoas e Organização.

Mapa Estratégico do Sistema CFC/CRCs



Gestão de Fiscalização

Investimento total:
R\$ 27.452.935,08

Projeto em destaque:
Reuniões Regimentais **5**

Suporte e Apoio a Atividades Fins

Investimento total:
R\$ 19.651.677,48

Projeto em destaque:
Tecnologia da Informação **12**

Gestão de Educação Continuada

Investimento total:
R\$ 8.104.653,75

Projetos em destaque:

- Relacionamento Institucional com Entidades Nacionais e Internacionais **5**
- Seminários e Reuniões voltados à Gestão do Sistema CFC/CRCs **11**
- Apoio à Realização de Eventos da Área Contábil **14**
- Excelência na Contabilidade - Cursos de Pós-Graduação *Lato e Stricto Sensu* **14**

Gestão de Registro Profissional

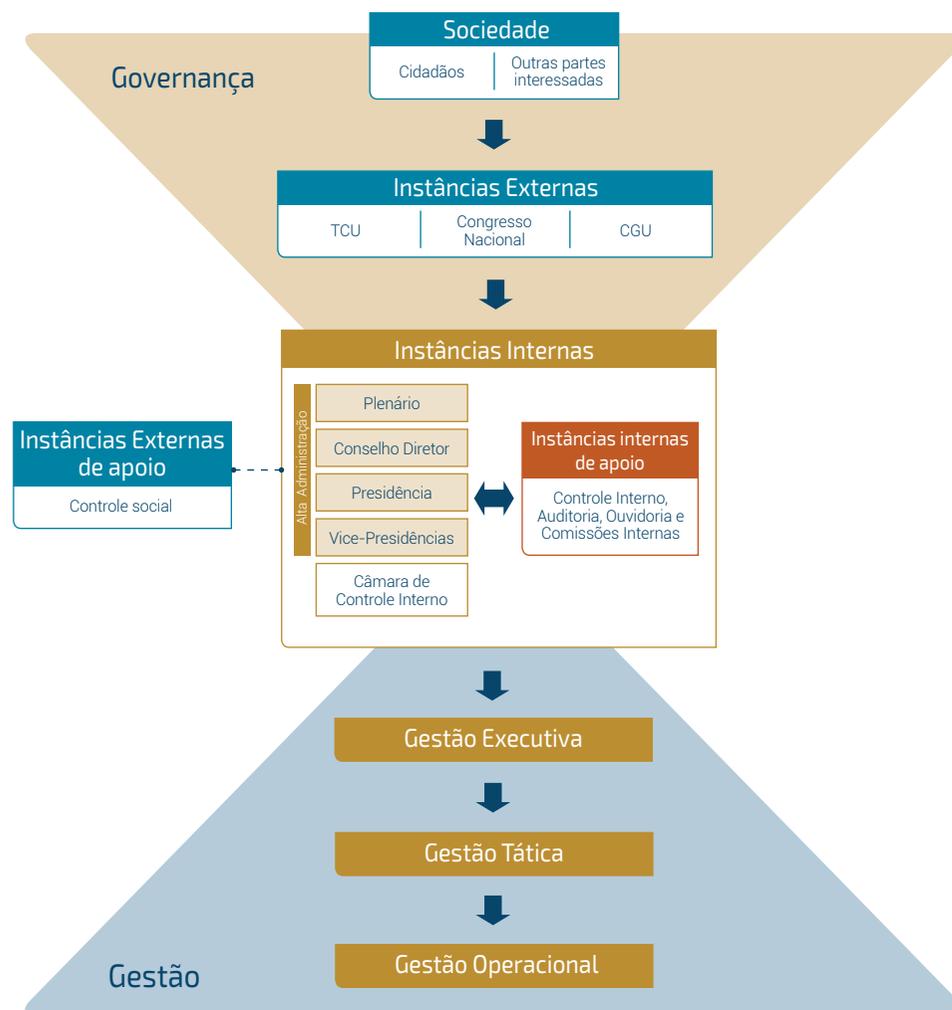
Investimento total:
R\$ 7.882.816,00

Projeto em destaque:
Exame de Suficiência **5**

Estrutura de Governança

A Política de Governança no âmbito do Sistema CFC/CRCs foi instituída pela Resolução CFC n.º 1.549, aprovada em 20 de setembro de 2018.

No CFC, a Governança compreende a seguinte estrutura:



Informações sobre Dirigentes e Colegiados

Organização do CFC

Órgão Deliberativo Superior

- Plenário

Órgãos Deliberativos Específicos

- Câmara de Fiscalização, Ética e Disciplina
- Câmara de Registro
- Câmara Técnica
- Câmara de Controle Interno
- Câmara de Desenvolvimento Profissional
- Câmara de Assuntos Administrativos
- Câmara de Desenvolvimento Operacional
- Câmara de Política Institucional

Órgãos Consultivos

- Conselho Diretor
- Conselho Consultivo
- Comissões Específicas
- Grupos de Trabalho
- Assessorias Especiais

Órgãos Executivos

- Presidência
- Vice-Presidência Administrativa
- Vice-Presidência de Fiscalização, Ética e Disciplina
- Vice-Presidência de Desenvolvimento Profissional
- Vice-Presidência de Controle Interno
- Vice-Presidência Técnica
- Vice-Presidência de Registro
- Vice-Presidência de Desenvolvimento Operacional
- Vice-Presidência de Política Institucional

Composição do Conselho Diretor

Contador ZULMIR IVÂNIO BREDA

Presidente

Contador JOAQUIM DE ALENCAR BEZERRA FILHO

Vice-Presidente de Política Institucional

Contador MARCO AURÉLIO CUNHA DE ALMEIDA

Vice-Presidente de Registro

Contadora SANDRA MARIA BATISTA

Vice-Presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina

Contadora LUCILENE FLORÊNCIO VIANA

Vice-Presidente de Controle Interno

Contador IDÉSIO DA SILVA COELHO JÚNIOR

Vice-Presidente Técnico

Contador SERGIO FARACO

Vice-Presidente Administrativo

Contadora LUCÉLIA LECHETA

Vice-Presidente de Desenvolvimento Profissional

Contador AÉCIO PRADO DANTAS JÚNIOR

Vice-Presidente de Desenvolvimento Operacional

Técnica em Contabilidade MARIA PERPÉTUA DOS SANTOS

Representante dos Técnicos em Contabilidade no Conselho Diretor

Auditoria Interna do CFC

A Auditoria Interna do CFC é subordinada à Vice-Presidência de Controle Interno e responsável por realizar auditorias nos Conselhos de Contabilidade, conforme normatizado no Regulamento Geral dos Conselhos, Resolução CFC n.º 1.370/2011, Art. 6º, § 4º, inciso I. Tem como finalidade examinar a integridade, a adequação e a eficácia dos controles internos e as informações contábeis, financeiras e operacionais, emitindo relatórios e recomendações de medidas a serem tomadas e, quando necessário, apurando as irregularidades existentes.

Todos os trabalhos são norteados pelo Manual de Auditoria do Sistema CFC/CRCs (Resolução CFC n.º 1.101/2017) e realizados pela equipe sediada em Brasília. As unidades auditadas são selecionadas com base na avaliação de risco realizada durante a elaboração do Plano de Auditoria Interna. Na programação de auditoria para a execução dos trabalhos, são identificados o tipo de auditoria, unidades, prazos, períodos e equipes que irão realizar as auditorias, podendo ser realizada por determinação regimental, por demandas específicas ou por denúncias.

Atividade de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos

Compete ao CFC proceder à abertura de processo de sindicância e inquérito administrativo para apurar penalidade a ser aplicada a dirigentes, funcionários e colaboradores que pratiquem ações em descumprimento de norma legal ou regimental.

Legislação Aplicada:

- **Resolução CFC n.º 1.370/2011** - Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade, art. 19-A §2º e §5º;
- **Resolução CFC n.º 1.463/2014** - Regulamento de Processo Administrativo Disciplinar dos Funcionários do CFC;
- **Resolução CFC n.º 1.484/2015** - Aprova o procedimento sumário destinado à apuração disciplinar de infrações praticadas pelos empregados do CFC no exercício de suas atribuições funcionais.
- **Resolução CFC n.º 1.523/2017** - Código de Conduta para os conselheiros, colaboradores e funcionários dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade.

No ano de 2018, foi constituída 1 (uma) comissão de sindicância, cujo relatório ensejou a instauração de 1 (um) processo administrativo disciplinar (PAD). O trabalho da comissão do PAD será concluído em 2019.

Sistema de Gestão da Qualidade

No que se refere aos mecanismos utilizados pela Governança do CFC para garantir qualidade e confiabilidade aos processos e procedimentos, o Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) constitui-se de importante ferramenta para o alcance de tal finalidade.

A Norma ISO 9001 permite a melhoria contínua do SGQ e dos processos desenvolvidos; aumenta a capacidade das operações no atendimento das necessidades e expectativas dos usuários; e permite que o CFC demonstre elevados níveis de qualidade no serviço prestado.

Desde 2007, o CFC passou a ser certificado pela Norma ABNT NBR ISO 9001. Essa norma internacional define requisitos para o SGQ e tem como objetivo fornecer um conjunto de procedimentos que aperfeiçoe os processos relacionados a serviços.

No ano de 2018, o CFC fez a migração da ABNT NBR ISO 9001:2008 para a versão 9001:2015 e certificou 4 (quatro) novas unidades organizacionais: Procuradoria Jurídica, Coordenadoria Técnica, Ouvidoria e Setor de Transporte, totalizando vinte unidades com procedimentos certificados.

- Coordenadoria de Controle Interno
- Coordenadoria de Desenvolvimento Profissional
- Coordenadoria de Fiscalização, Ética e Disciplina
- Coordenadoria de Registro
- Coordenadoria Técnica
- Coordenadoria de Desenvolvimento Operacional
- Procuradoria Jurídica
- Departamento de Comunicação Social
- Departamento de Contabilidade
- Departamento Financeiro
- Departamento de Gestão de Pessoas
- Departamento de Informática
- Departamento de Licitações e Contratos
- Departamento de Eventos
- Departamento de Passagens e Diárias
- Departamento de Pessoal
- Ouvidoria
- Setor de Transporte
- Setor de Almoxarifado, Protocolo e Expedição de Documentos
- Setor de Gestão Documental

Política da Qualidade

A Política da Qualidade é estabelecida e implementada pela alta administração e evidencia o compromisso com a melhoria contínua, o atendimento aos requisitos e sua análise crítica.

Alterada em abril de 2018, a nova Política da Qualidade do CFC dispõe: "Estabelecer padrões de normatização, orientação e controle das ações relacionadas ao registro e à fiscalização do exercício da profissão contábil, bem como à regulamentação da Educação Continuada, visando à melhoria e à eficácia do Sistema Contábil Brasileiro, garantindo o comprometimento com os requisitos aplicáveis."

Objetivos da Qualidade

1	Promover a capacitação e a valorização dos colaboradores, estimulando o crescimento pessoal e profissional, visando habilitá-los ao desenvolvimento de suas atividades.
2	Assegurar a melhoria contínua e a otimização dos processos internos, promovendo a excelência nos serviços e a satisfação dos clientes internos e externos, por meio da gestão da qualidade.
3	Aprimorar canais de comunicação, estimulando a gestão e a disseminação da informação e do conhecimento, visando atender às necessidades da instituição, do profissional contábil e da sociedade.
4	Apoiar, assessorar e acompanhar os Conselhos Regionais no cumprimento das suas atividades institucionais.
5	Promover, com eficiência, ações direcionadas ao registro, à fiscalização, à normatização e ao desenvolvimento da profissão contábil.

Canais de Comunicação com a Sociedade e Partes Interessadas

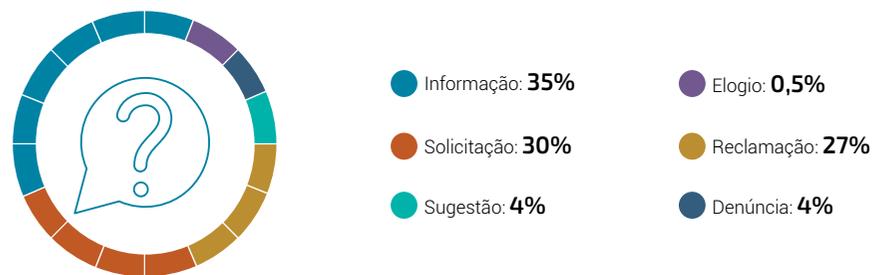
Ouvidoria

A Ouvidoria é um canal de comunicação entre o cidadão e o CFC para receber sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias referentes aos diversos serviços prestados pelo Sistema CFC/CRCs. A Ouvidoria funciona como um canal de comunicação rápido e eficiente, estreitando a relação entre a sociedade e o CFC.

Criada em 2014, funciona das 8h às 12h30 e 14h às 17h30, de segunda a sexta-feira. Os usuários do serviço são os profissionais da contabilidade, organizações contábeis, estudantes de Ciências Contábeis e sociedade em geral.



Tipo de Manifestação



Perfil do Manifestante



Portal da Transparência e e-SIC

Em uma cultura de transparência e em cumprimento à legislação, o CFC mantém disponível o "Portal da Transparência e Acesso à Informação" e o "Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão".

Portal da Transparência

O Portal da Transparência é um canal de comunicação com o cidadão cujo objetivo é fornecer informações sobre os atos e fatos de gestão praticados pelo Sistema CFC/CRCs para a classe contábil e a sociedade brasileira.



- Quadro de pessoal: **26%**
- Contratos, Convênios e Atas de Registro de Preço: **18%**
- Atos Normativos: **14%**
- Outros: **42%**

Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC)

Canal de comunicação entre o cidadão e o CFC para atendimento dos pedidos de informação relacionados à Lei de Acesso à Informação, permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação. Por meio do sistema, além de fazer o pedido, é possível acompanhar o prazo pelo número de protocolo gerado e receber a resposta da solicitação por e-mail; entrar com recursos; apresentar reclamações; e consultar as respostas recebidas. O objetivo é facilitar o exercício do direito de acesso às informações públicas.



Articulação com os CRCs

Constitui atribuição do CFC promover a cultura da Transparência no âmbito dos Conselhos de Contabilidade. No ano de 2018, o CFC atuou em três frentes para manter a articulação com os CRCs:

- Realização de análise do Portal da Transparência dos CRCs para verificar o atendimento à legislação.
- Continuidade do trabalho de auditoria nos portais pela Coordenadoria de Controle Interno do CFC.
- Apoio técnico e operacional aos CRCs no gerenciamento do Portal da Transparência e Acesso à Informação e Ouvidoria.

Treinamentos em **Gestão e Prática em Ouvidoria e em Transparência e Acesso à Informação**



Carta de Serviços ao Usuário

Aprovada por meio da Resolução CFC n.º 1.529/2017, a Carta de Serviços ao Usuário do CFC tem por objetivo informar o usuário sobre os serviços prestados pelo Conselho, as formas de acesso a essas atividades e, também, os compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público do CFC.

A Carta de Serviços está estruturada em seis capítulos:

Capítulo 1 – Sobre o CFC

Apresenta um breve resumo sobre a criação e finalidade do CFC.

Capítulo 2 – Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs

Apresenta a missão, visão, valores e mapa estratégico do Sistema CFC/CRCs.

Capítulo 3 – Canais de Atendimento ao Usuário

Lista as formas de comunicação com o CFC.

Capítulo 4 – Compromisso com o Atendimento

Aborda os padrões de qualidade para o atendimento ao usuário.

Capítulo 5 – Serviços Oferecidos

Apresenta os serviços prestados pelo CFC e as formas de acesso a esses serviços.

Capítulo 6 – Conselhos Regionais de Contabilidade

Lista os contatos de todos os Conselhos Regionais de Contabilidade.

O documento passa por atualização periódica, conforme a necessidade verificada no monitoramento das atividades e na avaliação do cidadão e da sociedade em relação aos serviços.

Pesquisas de Satisfação

As pesquisas serão abordadas no Capítulo IV – Resultados da Gestão.



Acessibilidade aos Produtos, Serviços e Instalações

O CFC tem como objetivo assegurar condições de acessibilidade em suas múltiplas dimensões, conforme a legislação vigente, e estimular o desenvolvimento de uma cultura inclusiva na entidade.

Para cumprir seus compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público, o CFC adota as seguintes ações:

- Piso tátil nas calçadas externas do edifício CFC e *hall* dos elevadores, para oferecer segurança aos deficientes visuais.
- Elevadores com a inserção de equipamentos e acessórios que obedecem às normas de acessibilidade, visando atender aos usuários com deficiências visual e motora.
- Banheiros adaptados com barras de apoio.
- Rampa de acesso ao Plenário.
- Vaga no estacionamento interno e externo.
- Site e Portal da Transparência com serviço de solução de *software* especializado, objetivando acessibilidade em ambiente WEB, atendendo aos surdos, deficientes auditivos, visuais parciais, pessoas com Síndrome de Down, idosos, iletrados, disléxicos e outras pessoas com necessidades especiais.





Gestão de Riscos e Controles Internos

O processo integrado de Controle Interno no CFC objetiva atender às diretrizes estratégicas; avaliar a execução ética, economicamente eficiente e eficaz das operações; assegurar a conformidade das práticas; e buscar a proteção do patrimônio e a salvaguarda dos recursos.

Nesse sentido, a Política de Gestão de Riscos e o Plano de Gestão de Riscos do CFC foram aprovados em 2017 pelas Resoluções n.ºs 1.528 e 1.532, respectivamente, definindo os princípios, as diretrizes, a metodologia e o detalhamento dos procedimentos de gerenciamento de riscos da entidade. Com a finalidade de orientar e subsidiar a implantação da gestão de riscos nos principais processos e atividades desenvolvidas pelas Unidades Organizacionais do CFC, o Plano de Gestão de Riscos detalhou a metodologia, os conceitos, os papéis e as responsabilidades dos envolvidos, assim como estabeleceu o processo de classificação, avaliação, adoção de respostas e monitoramento aos eventos de riscos identificados.

Natureza do Risco	Categoria do Risco
Não orçamentário-financeira	Estratégico: eventos que podem impactar a missão, as metas ou os Objetivos Estratégicos do CFC.
	Operacional: eventos que podem comprometer as atividades da unidade organizacional, sejam eles associados a falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, infraestrutura e sistemas, afetando o esforço da gestão quanto à eficácia e à eficiência dos processos.
	Conformidade: eventos que podem afetar o cumprimento de leis e regulamentos aplicáveis.
	Reputação: eventos que podem comprometer a confiança da sociedade em relação à capacidade do CFC em cumprir sua missão institucional ou que interfiram diretamente em sua imagem.
Orçamentário-financeira	Integridade: eventos que podem afetar a probidade da gestão dos recursos e das atividades do CFC, causados pela falta de honestidade e desvios éticos.
	Fiscal: eventos que podem afetar negativamente o equilíbrio das receitas do Sistema CFC/CRCs.
	Orçamentário: eventos que podem comprometer a capacidade do CFC de contar com os recursos orçamentários necessários à realização de suas atividades ou eventos que possam comprometer a própria execução orçamentária.

Responsabilidades

Plenário	Conselho Diretor	Presidência	Diretoria Executiva	Comitê de Gestão de Riscos	Gestores de Áreas	Gestores dos Riscos
<p>Aprovar a Política de Gestão de Riscos e suas alterações.</p> <p>Aprovar o Plano de Gestão de Riscos e suas alterações.</p>	<p>Propor ao Plenário do CFC a Política de Gestão de Riscos e suas alterações.</p> <p>Acompanhar a execução do Plano de Gestão de Riscos.</p> <p>Acompanhar a Matriz Gerencial de Riscos.</p>	<p>Definir a Política de Gestão de Riscos.</p> <p>Avaliar as propostas de mudanças da Política de Gestão de Riscos.</p> <p>Definir o apetite a risco do CFC.</p> <p>Aprovar a indicação dos gestores de riscos.</p>	<p>Gerenciar a implementação da gestão de riscos.</p> <p>Definir os processos prioritários para a gestão de riscos.</p> <p>Comunicar ao presidente o andamento do gerenciamento de riscos.</p> <p>Dirimir dúvidas quanto à identificação do gestor de determinado risco no âmbito interno das unidades organizacionais.</p> <p>Orientar a integração do gerenciamento de riscos com outras atividades de gestão.</p>	<p>Elaborar a Política e o Plano de Gestão de Riscos do CFC.</p> <p>Assessorar a alta direção.</p> <p>Comunicar à Diretoria Executiva o andamento do gerenciamento de riscos.</p> <p>Recomendar, quando necessária, a reavaliação e readequação da Política de Gestão de Riscos do CFC.</p> <p>Tratar os casos omissos e as excepcionalidades da Política de Gestão de Riscos do CFC.</p> <p>Estabelecer o contexto de forma geral para o Processo de Gestão de Riscos.</p> <p>Realizar o monitoramento e a análise crítica do Processo de Gestão de Riscos, propondo aos gestores ajustes e medidas preventivas e proativas.</p> <p>Orientar as partes interessadas no Processo de Gestão de Riscos.</p> <p>Elaborar e monitorar a Matriz Gerencial de Riscos, em que estarão descritos os riscos classificados como 'Extremos' e 'Altos'.</p> <p>Comunicar as partes interessadas no processo de Gestão de Riscos.</p>	<p>Sugerir os processos prioritários para gerenciamento dos riscos;</p> <p>Monitorar as operações do Processo de Gestão de Riscos realizadas pelos gestores dos riscos de sua área.</p> <p>Validar e contribuir na tomada de decisões dos planos de ação definidos na gestão dos riscos.</p> <p>Monitorar a execução dos planos de ação definidos para tratamento dos riscos identificados pelos gestores dos riscos de sua área.</p> <p>Comunicar as ações realizadas pela Unidade Organizacional ao Comitê de Gestão de Riscos.</p>	<p>Executar as atividades referentes ao processo de identificação, análise, avaliação e tratamento dos riscos da atividade/projeto sob sua responsabilidade.</p> <p>Comunicar as ações realizadas aos gestores de áreas e/ou ao Comitê de Gestão de Riscos.</p>



Nas fases de análise e de avaliação de riscos, os eventos de riscos e suas causas e consequências negativas são apreciados e classificados. Para tanto, são utilizadas as matrizes de 'Probabilidade x Impacto', para definição do nível de risco e a de 'Classificação de Riscos', para classificação da diretriz do risco.

Já o apetite a risco é definido pela Presidência do CFC, conforme a matriz 'Apetite de Risco', a qual estabelece qual a quantidade de risco o CFC está disposto a aceitar, a fim de implementar sua estratégia, atingir seus objetivos e agregar valor aos serviços prestados no cumprimento de sua missão institucional.

Matriz Classificação de Riscos

Nível de Risco		Probabilidade				
		1 Muito Baixa	2 Baixa	3 Média	4 Alta	5 Muito Alta
Impacto	5 Muito Alto					
	4 Alto					Extremo
	3 Médio				Alto	
	2 Baixo		Médio			
	1 Muito Baixo	Baixo e muito baixo				

Apetite de Riscos: ● Inaceitável ● Inaceitável ● Aceitável ● Aceitável

Após, é realizado o tratamento do risco, que consiste na seleção da resposta a ser adotada para modificar o nível do evento de risco, na elaboração de plano de ação e no estabelecimento de prazos para implementação das ações. O plano de ação estabelecido pode implicar a adoção de novos controles ou a modificação de controles já existentes.

Respostas para tratamento dos riscos:

- Evitar o risco: quando se decide por não iniciar ou continuar a ação que promove o risco ou, ainda, eliminar a fonte do risco.
- Aceitar o risco: quando nenhuma ação específica é tomada, seja porque o nível do risco é considerado baixo e tolerável pelo CFC, seja

porque a capacidade para tratá-lo ou é limitada ou o custo é desproporcional ao benefício.

- Mitigar o risco: consiste na redução do impacto ou da probabilidade de ocorrência do risco.
- Compartilhar o risco: consiste na transferência de uma parte do risco a terceiros.

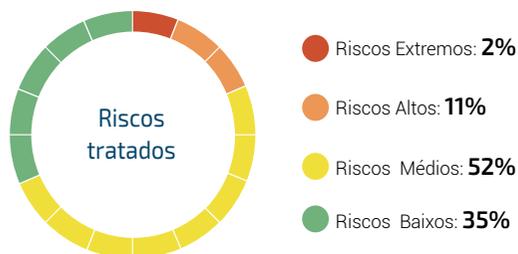
Selecionada a resposta mais adequada para tratamento dos riscos, a fase seguinte será a de elaborar um plano de ação documentando como a resposta será implementada, que deverá considerar:

- a eficácia das ações já existentes;
- as restrições organizacionais, técnicas e estruturais;
- os requisitos legais;
- a análise custo/benefício;
- as ações a serem realizadas;
- as prioridades;
- o cronograma de execução.

No ano de 2018, foram mapeados os eventos de risco de 17 unidades organizacionais do CFC, totalizando 130 riscos potenciais aos processos desenvolvidos.



Após avaliação do resultado dos planos de ação propostos no tratamento dos riscos, a significativa evolução é apresentada:



Evolução do Mapa de Riscos do CFC



Principais Riscos e Respostas

Risco	Consequências	Categoria	Resposta	Plano de Ação
Desatualização do Manual de Políticas do CFC	Falta de orientação adequada	Operacional	Mitigar	Portaria CFC n.º 138/2018 instituindo comissão para atualização e divulgação do Manual
Atraso na realização do Exame de Qualificação Técnica	Impacto na habilitação dos profissionais para exercício da atividade profissional qualificada	Operacional	Mitigar	Revisão do cronograma de ações de realização do processo licitatório para contratação de empresa especializada na logística de realização do Exame de Qualificação Técnica
Desaparelhamento da inspetoria fiscal	Dificuldade na análise qualitativa das informações prestadas pelos CRCs	Operacional	Mitigar	Constituição de comissão de inspetores com elaboração do plano de trabalho das atividades e realização de reuniões regionalizadas semestralmente com os chefes de Fiscalização dos CRCs
Ausência de assessoria de imprensa	Perda de espaço midiático; enfraquecimento do posicionamento do CFC sobre temas relevantes de interesse da classe contábil; equívoco de informação; sobrecarga de trabalho	Operacional	Mitigar	Realização de processo licitatório para contratação do serviço de assessoria de imprensa

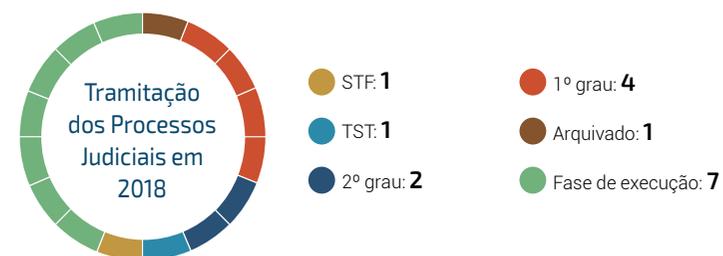
Gestão e Controle de Demandas Judiciais

A Procuradoria Jurídica do CFC realiza a gestão das demandas judiciais por meio da utilização de plataforma eletrônica de controle, que acompanha as movimentações, prazos e publicações dos processos de interesse do CFC, mediante rotina automatizada. Além disso, também é realizado o monitoramento periódico das ações judiciais que demonstram possibilidade de geração de impacto econômico ao CFC.

No que tange à aferição das chances de perda de ações pelo CFC, são analisados três elementos basicamente: jurisprudência sobre o tema da ação; existência, no curso, de decisão concedendo tutela de urgência ou antecipação de tutela; e risco de dano econômico em projeção, considerando eventuais ações futuras ou demandas envolvendo direitos difusos ou coletivos.

Cabe ressaltar que a avaliação realizada pela Procuradoria Jurídica tem o intuito de demonstrar a tendência do julgamento e, não, um indicativo preciso da posição que será adotada pelo Judiciário em cada caso.

Ações trabalhistas contra a entidade



Perdas estimadas em R\$





Resultados da Gestão

Resultados da Gestão

O CFC adota o Sistema de Plano de Trabalho (SPT) e o Sistema de Gestão por Indicadores (SGI) como formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultado do planejamento.

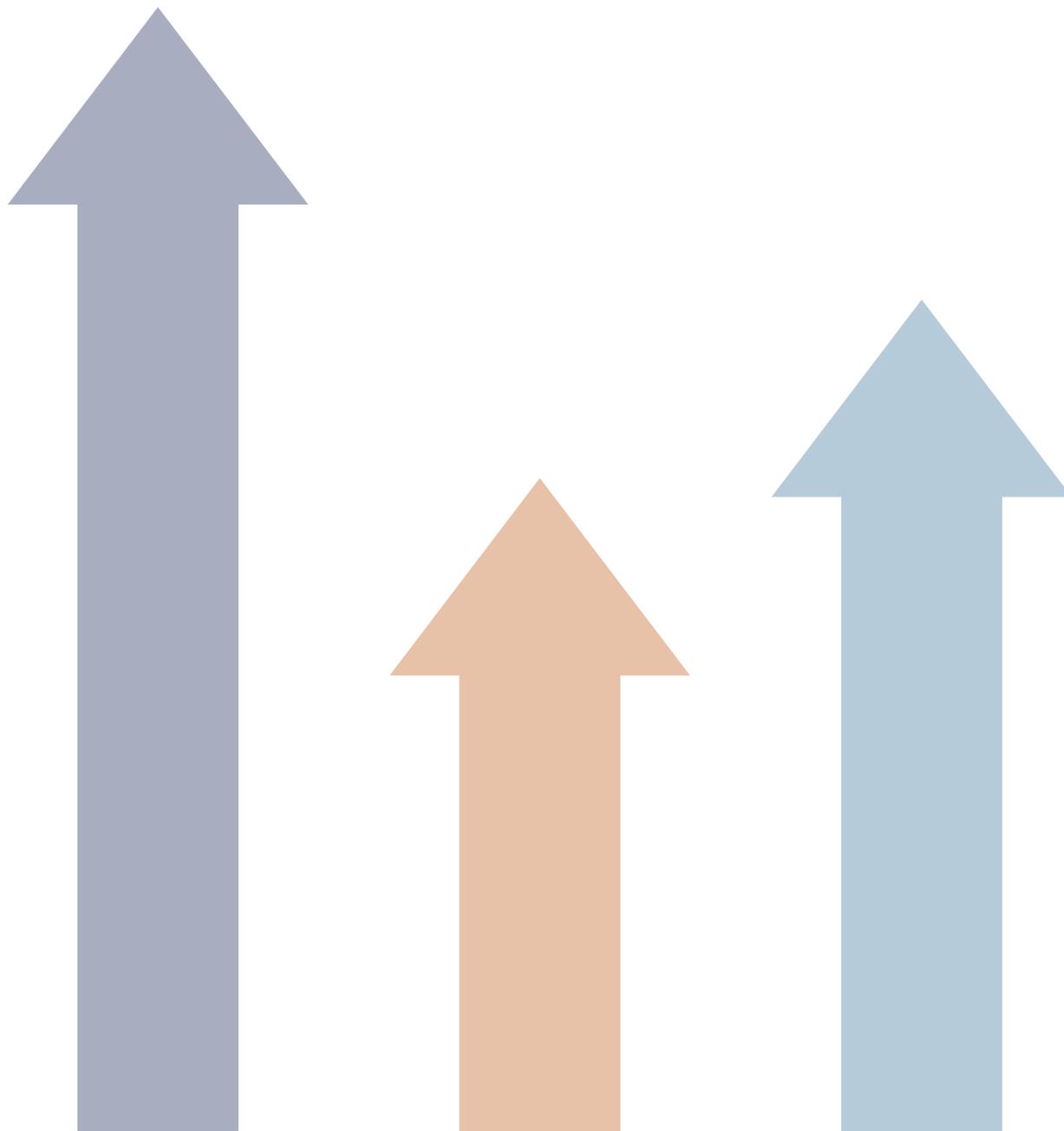
O SPT permite controlar as ações previstas, detalhar as ações executadas e avaliar se as metas estimadas foram alcançadas. Dessa forma, quando os resultados esperados não são obtidos, podem ser monitoradas as justificativas emitidas pelos responsáveis de execução. Isso possibilita a possível correção de rumos, e a análise das causas e dos motivos para proposição de novas ações.

O outro instrumento empregado é o SGI, o qual monitora o desempenho dos Objetivos Estratégicos por meio de indicadores. Estes são os parâmetros que medem a diferença entre a situação desejada e a situação atual. Os indicadores são obtidos por meio de relações matemáticas, que medem os atributos de um processo ou de seus resultados, com o objetivo de comparar essa medida com metas numéricas preestabelecidas.

O CFC tem seu orçamento e plano de trabalho alinhados aos Objetivos Estratégicos, de forma a garantir os recursos e as informações necessárias para a consecução desses objetivos.

Por meio dessas ferramentas de gestão, o CFC vem mantendo controle sobre os programas, os projetos e as atividades desenvolvidas, visando atender as suas finalidades institucionais e a sua visão de futuro, as quais estão contempladas no Planejamento Estratégico do período 2018-2027.

Nas páginas que seguem, para cada Objetivo Estratégico, são apresentadas análises sobre: indicadores do SGI, principais projetos e ações do SPT, investimento total, prioridades estabelecidas, desafios e riscos. Os indicadores que são utilizados apenas pelos CRCs não são apresentados.



Objetivo Estratégico 1

Fortalecer o ambiente regulatório e garantir as prerrogativas profissionais

Vínculo com a cadeia de valor

- Regulação da Conduta do Profissional e da Técnica Contábil



R\$ 241.724,68
Investimento total

Indicadores

Leis, decretos, decisões judiciais que assegurem ou ampliem as competências do CFC e melhorem o ambiente regulatório da profissão

Objetivo: Mensurar a quantidade de ações realizadas pelas comissões instituídas, visando à melhoria do ambiente regulatório da profissão.



Em 2018, o CFC desenvolveu diversas atividades a fim de promover a melhoria do ambiente regulatório da profissão. Assim, o resultado do trabalho realizado pelas comissões instituídas ultrapassou o quantitativo de ações previstas. As ações realizadas foram:

1. Elaboração de minuta de Anteprojeto de Lei que altera o Decreto-Lei n.º 9.295/1946, pela Comissão de Reformulação do Decreto-Lei n.º 9.295/1946 (Portaria CFC n.º 141/2018).

2. Acompanhamento do Projeto de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias da RFB, desenvolvido pelo Grupo de Trabalho do Sped (Portaria CFC n.º 154/2018).

3. Acompanhamento do projeto de Criação da Nota Fiscal Eletrônica Nacional, visando atender a todos os municípios interessados, desenvolvido pelo Grupo de Trabalho do Sped (Portaria CFC n.º 141/2018).

4. Acompanhamento do projeto de Central de Balanços do SPED, desenvolvido pelo Grupo de Trabalho do Sped (Portaria CFC n.º 141/2018).

5. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) editados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), em consonância com as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) (Portaria CFC n.º 032/2018).

6. Disponibilização dos eventos 2250, 2260 e 2299, a partir do dia 21/01/2019 pela Receita Federal do Brasil (RFB), para uso das empresas no Portal Web do eSocial, fruto do trabalho desenvolvido pelo GT Confederativo do eSocial, que conta com a participação do CFC via representantes designados pela Portaria CFC n.º 154/2018.

7. Atualização do livro "Contabilidade Eleitoral – da teoria à prática", resultado do trabalho da comissão designada pelas Portarias CFC n.º 156 e 403/2018, a fim de orientar os candidatos, partidos políticos e os profissionais que acompanharão as prestações de contas e o financiamento de campanhas eleitorais. O grupo de trabalho é fruto da parceria do CFC com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Principais projetos e ações

Grupos de Estudo e de Trabalho para Normatização Contábil

Objetivo: Promover reuniões com os diversos grupos de estudos e de trabalho, formados para a revisão e atualização das Normas Brasileiras de Contabilidade.

Grupo do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)

10
Reuniões realizadas pelo Grupo de Trabalho

5
Participações em Fóruns Sped

O CFC tem contribuído no desenvolvimento do Sped. Além das ações mencionadas nos itens 2, 3 e 4 do indicador, destacam-se também os seguintes trabalhos:

- disponibilização para o CFC das alterações efetuadas pelas empresas, em substituição à Escrituração Contábil Digital (ECD);
- Sistema de Validação de Assinatura Digital (SVAD).

Observa-se que tais ações impactarão positivamente a classe contábil, visto que o registro das ECD será realizado somente por profissionais devidamente habilitados e em situação regular, o que possibilitará o fomento e direcionamento das ações de fiscalização do Sistema CFC/CRCs. Já o SVAD contribuirá com a atualização de informações importantes para as áreas de registro e fiscalização do Sistema.

Grupo Assessor das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP)

Em 2018, foram realizadas nove reuniões do grupo e aprovadas 11 Normas. São elas:

Norma	Adoção
NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis	2019
NBC TSP 12 – Demonstração dos Fluxos de Caixa	
NBC TSP 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis	
NBC TSP 14 – Custos de Empréstimos	2021
NBC TSP 15 – Benefícios a Empregados	
NBC TSP 16 – Demonstrações Contábeis Separadas	
NBC TSP 17 – Demonstrações Contábeis Consolidadas	
NBC TSP 18 – Investimento em Coligada e Empreendimento Controlado em Conjunto	
NBC TSP 19 – Acordos em Conjunto	
NBC TSP 20 – Divulgação de Participações em Outras Entidades	
NBC TSP 21 – Combinações no Setor Público	

Ações de educação continuada aplicada às NBCs TSP.

- V Seminário Brasileiro de Contabilidade e Custos Aplicados ao Setor Público (V SBCASP), que teve como tema "As mudanças da contabilidade pública no Brasil, na América Latina e no Mundo – oportunidades e desafios", promovido em parceria com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Entre os principais assuntos, a programação trouxe para o debate a inteligência artificial, a tecnologia a serviço da Contabilidade e a auditoria financeira das demonstrações contábeis no contexto dos padrões internacionais.
- Eventos realizados em seis estados e no Distrito Federal:



Prioridades estabelecidas

- Executar o cronograma do processo de convergência aos padrões internacionais de contabilidade aplicados ao setor público;
- Realizar capacitação específica relacionada à educação continuada aplicada às NBCs TSP.

Desafios e riscos futuros

- Aditar o convênio na RFB e, posteriormente, fazer a contratação do Serpro para desenvolvimento do Projeto SVAD.
- Atualizar as normas profissionais e técnicas de perícia contábil (NBC PP 01 – Perito Contábil e a NBC TP 01 – Perícia Contábil) em adequação ao Código de Processo Civil, que trará mais qualidade ao desenvolvimento de trabalhos periciais, alinhados com as diretrizes do CPC.
- Aprovar mais 5 normas ao longo do exercício de 2019, em continuidade ao processo de convergência conforme o cronograma estabelecido.
- Regularizar o Relato Integrado e desenvolver práticas de asseguarção sobre o Relato e demais demonstrações de sustentabilidade, por meio das comissões instituídas, cujos trabalhos serão iniciados em 2019.

Objetivo Estratégico 2

Fortalecer a participação sociopolítico-institucional perante as instituições públicas, privadas, sociedade civil e entidades representativas da classe contábil

Vínculo com a Cadeia de Valor

- Relacionamento com entidades internacionais.
- Relacionamento Institucional.



Indicadores

Relacionamento sociopolítico-institucional (medido pelo número de visitas do presidente, de vice-presidentes e de conselheiros a parlamentares, a ministros e a Presidência da República e destes à sede do CFC/CRCs ou a outras dependências estabelecidas)

Objetivo: Avaliar o número de visitas dos representantes do Conselho às autoridades públicas e destas à sede do CFC ou a outras dependências estabelecidas.



Embora a gestão 2018/2019 do CFC tenha adotado novas diretrizes de representação político-institucional, as políticas de governo em ano eleitoral impactaram o atingimento da meta estabelecida. O ano de 2018 foi um ano atípico devido às eleições gerais de 2018, motivo pelo qual os parlamentares e demais autoridades estiveram empenhados em suas bases no processo eleitoral. De qualquer forma, destaca-se o empenho do

CFC em manter contato com autoridades públicas com o propósito de discutir sobre temas atuais e as tendências mundiais da Contabilidade.

Participação institucional (convite) em eventos de outras entidades

Objetivo: Avaliar a participação do CFC em eventos de outras entidades.



As novas diretrizes de representação político-institucional intensificaram a participação do Sistema CFC/CRCs em eventos e reuniões de interesse da classe contábil brasileira. Entre os eventos representados pela classe contábil, destacam-se:



Posicionamento público do CFC/CRCs sobre temas relevantes de interesse da classe contábil e da sociedade

Objetivo: Avaliar o número de destaques dados a posicionamentos públicos referentes ao CFC/CRCs na mídia.



Apesar do não alcance da meta, considera-se o resultado satisfatório, uma vez que o CFC ainda não possui contrato de assessoria de imprensa, que permitiria à entidade ter mais destaque na mídia. Mesmo assim, diversos veículos de comunicação procuram

o CFC como fonte para assuntos relacionados à contabilidade, impostos, tributação, entre outros.

De qualquer forma, para 2019, com a previsão de contratação da Assessoria de Imprensa, espera-se melhorar o resultado obtido com um trabalho focado no fortalecimento da imagem do CFC, firmando-o como entidade com missão não apenas voltada a resguardar os direitos e deveres dos profissionais e do desenvolvimento da profissão no País, mas também com uma atuação destinada à proteção da sociedade.

Principais projetos e ações

Relacionamento Institucional com Entidades Nacionais e Internacionais

Objetivo: Desenvolver, manter, aperfeiçoar, executar e avaliar atividades e projetos voltados ao relacionamento institucional com autoridades dos níveis federal, estadual e municipal, como também com entidades nacionais e internacionais onde houver interesse de ampliar e fortalecer a participação da classe contábil.

Comissão para Elaboração de Projetos e Ações que visem ao aprimoramento do ensino contábil no País



A análise e julgamento de processos disponibilizados pelo Ministério da Educação (MEC) permitem conhecer a realidade dos cursos de Ciências Contábeis no Brasil e oferecer parecer opinativo a respeito da autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos na área de Contabilidade.

Autorização EAD Vinculada a Credenciamento	5
Autorização	14
Autorização EAD	0
Autorização Vinculada a Credenciamento	14
Reconhecimento de Curso	16
Reconhecimento de Curso EAD	0
Renovação de Reconhecimento de Curso	3
Renovação de Reconhecimento de Curso EAD	0
TOTAL	52

Exame de Suficiência: um requisito para a qualificação profissional.

Em 2018 foi publicada a obra "Exame de Suficiência: um requisito para a qualificação profissional". O livro, disponível no site do CFC, traz um detalhado registro da instituição do Exame de Suficiência, sendo fonte de referência para pesquisas sobre o tema e contribuindo para o aprimoramento do ensino da Contabilidade no Brasil.

Grupo Latinoamericano de Emissores de Normas de Informação Financeira (Glenif)

O Glenif desenvolve ações no sentido de contribuir com o Comitê Internacional de Normas Contábeis (IASB) em aspectos técnicos, respeitando a soberania nacional de cada país-membro. As ações e colaborações técnicas do Glenif são realizadas pelos Grupos Técnicos de Trabalho (GTT), com base nas propostas realizadas pelo organismo normatizador contábil de cada país-membro. Em 2018, foram formalizadas a composição de oito GTT para elaboração das Cartas Comentário sobre os seguintes assuntos da agenda IASB:

GTT 61. Políticas Contábeis e Estimativas Contábeis (Modificações propostas à IAS 8)

GTT 62. Definição de Materialidade: alterações propostas à IAS 1 e IAS 8

GTT 63. Consulta feita pela *Federación de Colegios de Contadores Públicos* da Venezuela sobre a aplicação das IFRS

GTT 64. Tributos sobre o Lucro (revisão)

GTT 65. Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

GTT 66. Atividade de Agricultura. Apresentação e Divulgação – IAS 41

GTT 67. Alterando os Termos de Nomeação para o Presidente e Vice-Presidentes do Conselho de Curadores da Fundação IFRS

GTT 68. Instrumentos financeiros com características de patrimônio

O impacto da participação do CFC no Glenif está diretamente ligado à força dos países latino-americanos poderem opinar sobre as normas internacionais emitidas pelo IASB como um bloco, de modo a fortalecer as Ciências Contábeis no Brasil e nos países da América Latina, além de manter proximidade com esses países.

Associação Interamericana de Contabilidade (AIC)

Em 2018, foram analisados os *Exposure Drafts* emitidos pela Federação Internacional de Contadores (Ifac) e Comitê Internacional de Normas Contábeis (IASB). Também foram analisados aspectos inerentes ao exercício profissional nos seus diferentes ramos, inclusive aqueles relacionados com a educação continuada, com a qualidade dos serviços e com a aplicação de tecnologias.

A AIC realizou, também, por meio dos organismos patrocinadores, Seminários Regionais Interamericanos.

A participação do CFC na AIC é de grande importância, pois tem por objetivo a promoção da qualidade e desenvolvimento profissional dos contadores em projeção internacional e o cumprimento das normas internacionais de contabilidade e de auditoria pelos países americanos.

Federação Internacional de Contadores (Ifac)



Board	Principais ações realizadas
Ifac Board	<ul style="list-style-type: none"> - Discutir aspectos de governança da entidade; - Revisão do Planejamento Estratégico da Ifac; - Revisão do orçamento da Ifac; - Atualização sobre as atividades regulatórias globais; - Nomeação de novos membros do Board e do novo Presidente da Ifac.
Ipsasb	<ul style="list-style-type: none"> - Discutir aspectos de governança da entidade, bem como normas aplicadas ao Setor Público em elaboração; - Discussão do Blockchain – Cripto moedas; - Revisão do Planejamento Estratégico do Ipsasb.
Ifac – Comitê de Auditoria	<ul style="list-style-type: none"> - Interagir com os auditores independentes; - Revisar demonstrações contábeis; - Revisar estrutura dos controles internos.

Anualmente, o CFC demonstra a evolução do Brasil quanto à adoção das normas internacionais de contabilidade na *International Federation of Accountants (Ifac)*, por meio do *Dashboard* de acompanhamento ao Programa de *Compliance* de seus Membros.

O CFC encaminha todos os anos à Ifac as Declarações de Obrigações de Associado (*Statements of Membership Obligations (SMOs)*) como o resultado de todos os trabalhos realizados decorrentes do Termo de Cooperação Técnica celebrado entre o CFC e a Ifac. Apresenta-se abaixo a SMO 7, referente ao exercício de 2018.

SMO 7	
Controle da Qualidade	
Adotado Parcialmente	O Programa de Revisão Externa de Qualidade, incorporando os requisitos do SMO 1, foi estabelecido e está operacional para todas as empresas de auditoria e profissionais de auditoria obrigados, segundo os reguladores de mercado. Contudo cabe ao CFC promover ampliação gradual do Programa de Revisão Externa de Qualidade a todas as empresas de auditoria.
Normas Internacionais de Educação (IES)	
Adotado Parcialmente	No Brasil, compete ao Ministério da Educação legislar sobre o Ensino Superior do país. Contudo, o CFC tem buscado trabalhar junto ao MEC para reduzir as principais lacunas de alinhamento com as IES 5, 7 e 8, em especial quanto a exigência de experiência prática. Como forma de minimizar essas diferenças, o CFC exige aprovação em Exame de Suficiência para que todos os contadores possam obter seus registros profissionais e exercerem a profissão regularmente. Bem como, aprovação em Exame de Qualificação Técnica antes de fornecer serviços de auditoria e perícia para empresas regulamentadas. Soma-se a isso, a revisão anual e ampliação gradual promovida pelo CFC dos profissionais obrigados a cumprir o Programa de Educação Continuada. Por fim, o CFC continua a envidar esforços para adotar o requisito da IES 5 em torno da experiência prática; no entanto, um impedimento legal está atualmente impedindo o avanço da adoção desse requisito. No entanto, o CFC observa que os estágios supervisionados são necessários como requisito para conclusão do curso de ciências contábeis, de modo que os alunos tenham alguma experiência prática antes da graduação.

Normas Internacionais de Auditoria (ISA)	
Adotado	As ISA foram adotadas, na sua totalidade, e estavam em vigor no momento da avaliação. As normas são efetivas para aplicação em todos os trabalhos de auditoria.
Código de Ética	
Adotado Parcialmente	O CFC é legalmente responsável por estabelecer requisitos éticos para todos os contadores profissionais no Brasil. Nesse sentido, o CFC adotou um Código de Ética, em consonância com os requisitos da versão de 2012 do Código de Ética do Iesba, excetuando algumas poucas diferenças em face da legislação brasileira não trazer similaridade para a sua adoção. O Código é constantemente revisado e a partir de 2019, o CFC planeja atualizar seu código de ética, incluindo algumas diferenças com o Código Iesba 2016. Além disso, o CFC tomou medidas para apoiar seus membros com a implementação do Código atual, divulgando atualizações, fornecendo atividades de treinamento para os profissionais da contabilidade em todas as regiões e mantendo um diálogo com os reguladores.
Normas Internacionais aplicadas ao Setor Público (IPSAS)	
Adotado Parcialmente	O Brasil encontra-se em processo de adoção das IPSAS e o planejamento estabelecido é de que todas as normas estejam convergidas até 2021. Até 31/12/2018, o CFC já convergiu 22 Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público, restando convergir mais 13 IPSAS.
Sistema de Fiscalização e Disciplinar (I&D System)	
Adotado Parcialmente	O CFC e os CRCs têm autoridade para conduzir processos investigativos e disciplinares (I & D) para profissionais da contabilidade, de acordo com o Decreto-Lei n.º 9.295/46, alterado pela Lei n.º 12.249/10, porém esses procedimentos, pela Lei brasileira, não incluem não-contadores. O CFC estuda a possibilidade de propor a revisão da legislação a fim de que esse ponto seja atingido no futuro.
Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS)	
Adotado	As IFRS foram adotadas e atualmente são efetivas para todas as entidades de interesse público.

Histórico de Cumprimento do SMO

SMO 1	Revisado e aprimorado
--------------	-----------------------

SMO 2	Executado
--------------	-----------

SMO 3	Mantido
--------------	---------

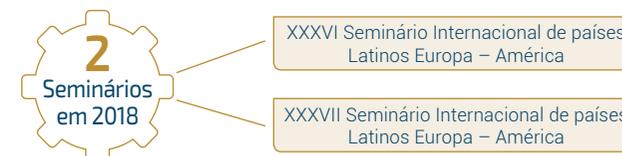
SMO 4	Revisado e aprimorado
--------------	-----------------------

SMO 5	Revisado e aprimorado
--------------	-----------------------

SMO 6	Revisado e aprimorado
--------------	-----------------------

SMO 7	Mantido
--------------	---------

Comitê de Integração Latino Europa América (CILEA)



Foram publicados quatro estudos internacionais provenientes de reuniões realizadas por Grupos Técnicos de Trabalho:

- Tributação e Economia Digital;
- Impacto da Economia Digital na Profissão Contábil;

- *Balanced Scorecard* para PMEs;
- Estudo sobre Tributação nos Países que compõem o Cileia. O CFC participa ativamente do Cileia, buscando construir um ambiente propício ao intercâmbio de experiências entre os países-membros e colaborando na adoção e implementação das normas vinculadas à profissão contábil.

Prioridades estabelecidas

- Recepcionar todos os processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de Ciências Contábeis disponibilizados pelo MEC para análise e julgamento do CFC.
- Atuar ativamente nas entidades Glenif, AIC, Ifac e Cileia com o intuito de ampliar a participação da classe contábil no âmbito internacional.

Desafios e riscos futuros

- Elaborar e apresentar proposta ao MEC das diretrizes curriculares para o curso de Ciências Contábeis no Brasil.
- Elaborar e apresentar proposta ao MEC para desvincular do curso de Ciências Contábeis a subárea de Administração e Turismo.
- Ter maior destaque na mídia e ser uma fonte reconhecida pela imprensa para assuntos relacionados à Contabilidade, Auditoria, Tributação, entre outros.
- Tornar o Brasil país referência como entidade reguladora e modelo a ser seguido quanto à adoção de padrões e normas de contabilidade internacionais em todas as áreas das Ciências Contábeis, bem como voz ativa no processo de elaboração das Normas Internacionais.

Objetivo Estratégico 3

Elevar a percepção do valor da profissão contábil perante a sociedade

Vínculo com a cadeia de valor

- Governança, Gestão de Riscos e *Compliance*



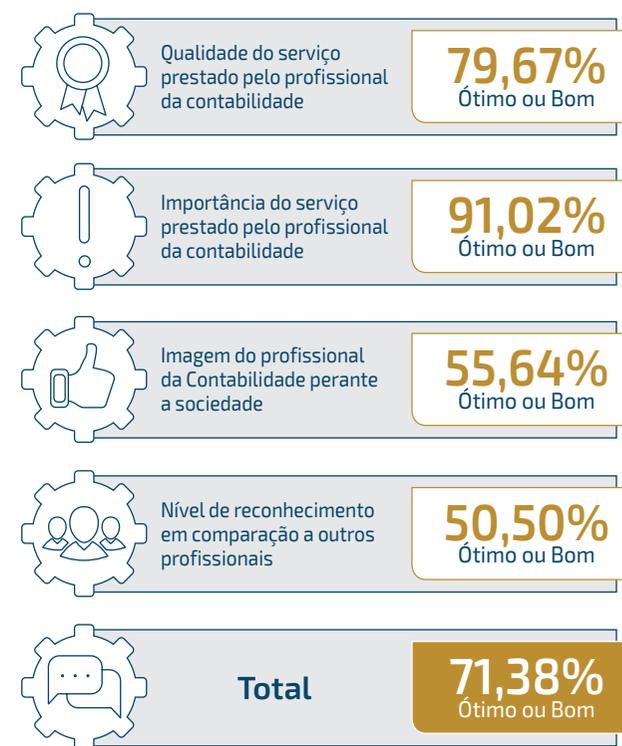
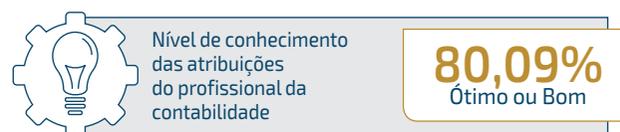
Indicadores

Índice de avaliação da profissão contábil perante a sociedade (pesquisa)

Objetivo: Avaliar a percepção do valor da profissão contábil perante a sociedade.



Em 2018, 915 pessoas responderam à pesquisa, que ficou disponível no site do CFC e que também foi divulgada por meio da imprensa. O resultado demonstra o reconhecimento da sociedade em relação à importância e qualidade do serviço prestado, bem como o nível de conhecimento do profissional da contabilidade. É importante destacar que o CFC irá implementar novas ações que contribuam para a melhoria da imagem do profissional da contabilidade perante a sociedade e para aumentar o nível de reconhecimento em comparação a outros profissionais.



Principais projetos e ações

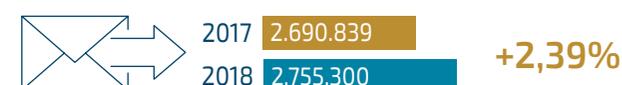
Comunicação Institucional

Objetivo: Difundir informações de interesse público sobre as filosofias, as políticas, as práticas e os objetivos do Sistema CFC/CRCs, alinhados ao Planejamento Estratégico da entidade, de modo a torná-los públicos.

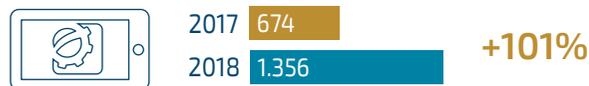
Acessos ao Portal do CFC



Leitores do CFC Informa (boletim eletrônico)



Leitores do Jornal do CFC



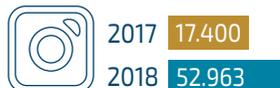
Facebook +7,87%



Twitter +15,56%



Instagram +204,38%



LinkedIn --



Prioridades estabelecidas

- Tratar os resultados das pesquisas de satisfação.
- Apresentar à classe contábil e à sociedade a atuação do Sistema CFC/CRCs.
- Contratar profissional especializado em mídias sociais e no atendimento à imprensa.
- Criar o programa "CFC em Um Minuto", veiculado nas redes sociais, voltado a prestar esclarecimentos sobre os serviços oferecidos pelo CFC, entre outros temas.
- Criar conta do CFC no LinkedIn.

Desafios e riscos futuros

- Ampliar ações que contribuam para a melhoria da imagem do profissional da contabilidade perante a sociedade e para aumentar o nível de reconhecimento em comparação a outros profissionais.
- Elaborar a Política de Comunicação para o Sistema CFC/CRCs, Plano de Comunicação para o CFC e Manual de Comunicação;
- Elaborar projeto para fomentar as ferramentas de comunicação interna (divulgação da informação, conscientização dos colaboradores e estímulo à comunicação).
- Lançar programa do CFC na IGTV.
- Realizar processo licitatório para a contratação de Assessoria de Imprensa, de Agência de Publicidade e de ferramenta de monitoramento das redes sociais.

Objetivo Estratégico 4

Firmar parcerias estratégicas

Vínculo com a cadeia de valor

- Relacionamento com entidades internacionais.
- Relacionamento Institucional.



Projeto executado sem investimentos financeiros

Indicadores

Percentual de parcerias e patrocínios firmados

Objetivo: Avaliar a variação percentual de parcerias firmadas durante o ano entre o CFC e outras entidades/organizações.



Em 2018, foram firmadas 14 parcerias com diversas entidades. Esse resultado demonstra o trabalho efetivo do CFC em ampliar suas ações de articulação com parceiros estratégicos visando aumentar a sua capacidade de intervenção e promover a valorização da profissão e dos profissionais da contabilidade, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do País.

Principais projetos e ações

Relacionamento Institucional - Parcerias Estratégicas

Objetivo: Firmar parcerias estratégicas com instituições públicas e privadas sem fins lucrativos.

As parcerias firmadas em 2018 foram:

1. Acordo de Cooperação Técnica entre CFC, Abracicon, Conaci, FBC e Atricon, com o objetivo de conscientizar os profissionais da contabilidade e gestores de Controle Interno das entidades públicas sobre sua importância no funcionamento dos mecanismos de controle social e no aperfeiçoamento dos sistemas de controle, transparência e fiscalização da administração pública.

2. Termo de Cooperação entre CFC e FBC para a realização do V Seminário de Contabilidade e Custos Aplicados ao Setor Público.

3. Termo de Colaboração entre CFC, FBC, Abracicon, Ibracon e Fenacon com o objetivo de realização do Seminário de Gestão e Planejamento Estratégico do Sistema Contábil, com vistas ao aperfeiçoamento técnico, planejamento, desenvolvimento institucional e aprimoramento profissional.

4. Acordo de Cooperação Técnica entre CFC, CRCSP e Abracicon com o objetivo de conjugar esforços para a realização do XI Encontro Nacional de Coordenadores e Professores do Curso de Ciências Contábeis (XI ENCPCCC), em setembro de 2018, em São Paulo-SP.

5. Convênio de Cooperação Institucional celebrado entre o CFC e a Associação Civil Internacional Glenif (AC Glenif) com o objetivo de apoiar a AC Glenif em qualquer atividade que leve a integrar os contadores latino-americanos e buscar o apoio para o desenvolvimento profissional, especialmente, na promoção/adoção das normas emitidas pelo IASB na região e sua aplicação consistente.

6. Convênio celebrado entre o CFC e o Comitê de Integração Latino América (Cilea) para a promoção, desenvolvimento e aprimoramento da profissão contábil entre os países latinos, buscando a uniformização de padrões de normas internacionais de contabilidade e o aperfeiçoamento da prestação de contas de serviços.

7. Convênio de Cooperação Institucional entre o CFC e a Associação Interamericana de Contabilidade (AIC) visando integrar os contadores da América e buscar o apoio e desenvolvimento profissional, científico e acadêmico. O objetivo do CFC e do AIC é que todos os países do continente trabalhem de forma proativa no processo de elaboração das normas de contabilidade.

8. Acordo de Cooperação Técnica entre CFC e FBC com a finalidade de realização e divulgação de eventos de interesse da classe contábil voltados ao aperfeiçoamento técnico, edição conjunta de publicações técnicas e de matérias destinadas à valorização da imagem do profissional da contabilidade.

9. Termo de Cooperação Técnica entre o CFC e a Federação Internacional de Contadores (Ifac) visando à promoção, desenvolvimento e aprimoramento da profissão contábil e de auditoria, buscando a uniformização de padrões de normas internacionais de contabilidade e o aperfeiçoamento da prestação de serviços contábeis, obedecendo a padrões de alta qualidade em atendimento ao interesse público.

10. Acordo de Cooperação Técnica entre o CFC, Atricon e Abracom, a fim de fortalecer a ampla aplicação, no âmbito dos Tribunais de Contas brasileiros, das Normas Brasileiras de Contabilidade e Técnicas de Auditoria Governamental e incentivar o processo de convergência às Normas Internacionais de Auditoria das Entidades Superiores de Fiscalização (ISSAIs), recomendadas pela Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai).

11. Termo de Cooperação Técnica e Institucional entre o CFC e a Procuradoria-Geral Eleitoral – Ministério Público Federal (MPF), com vistas a alcançar maior adequação e transparência no processo de arrecadação e aplicação de recursos no financiamento de campanhas eleitorais e no financiamento da atividade partidária.

12. Acordo de Cooperação entre o CFC e a Associação Observatório Social do Brasil, visando à criação e à manutenção de observatórios sociais no Brasil.

13. Acordo de Cooperação Técnica entre o CFC e o Conselho Regional de Contabilidade de Pernambuco (CRCPE) para a realização do XII Encontro Nacional da Mulher Contabilista (XII ENMC), de 11 a 13 de setembro de 2019.

14. Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre a União, por intermédio da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, e o CFC, com o intuito de consolidar e disseminar as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), por meio da oferta conjunta de eventos e publicações, da participação em eventos e fóruns de natureza técnica, bem como a troca de informações para fins de fiscalização do exercício da profissão contábil.

Prioridades estabelecidas

- Promover e aprimorar as atribuições institucionais, por meio de ações integradas, de apoio mútuo e intercâmbio de informações e experiências.

Desafios e riscos futuros

- Manter e/ou desenvolver novas ações em conjunto com as entidades parceiras no próximo ano, de modo a maximizar os objetivos propostos por cada termo e propiciar o engajamento, a participação e o desenvolvimento da profissão contábil.
- Buscar celebrar, no mínimo, cinco novas parcerias para 2019.

Objetivo Estratégico 5

Atuar como fator de proteção da sociedade

Vínculo com a cadeia de valor

- Gestão Ética e Disciplinar da Profissão Contábil.
- Gestão do Exame de Suficiência nos Conselhos de Contabilidade.
- Gestão de registro nos Conselhos de Contabilidade.
- Gestão dos Controles Internos.



R\$ 9.430.487,33

Investimento total

Indicadores

Ética na profissão

Objetivo: Avaliar o percentual de penalidades aplicadas no exercício corrente em relação ao número de processos julgados no mesmo período.



Foram julgados 1.504 processos em grau de recurso, o que corresponde a 107 processos por conselheiro. Do total de processos, observa-se o seguinte resultado: 1.206 mantiveram a pena aplicada em primeira instância; 232 obtiveram provimento parcial; 34 foram arquivados; e os demais foram diligenciados ou devolvidos aos CRCs. Esses dados demonstram que 96% dos processos julgados implicaram a imposição de penalidade às infrações.

1.504
Processos em grau de recurso

1.206
Penalidades mantidas

232
Provimentos parciais

34
Processos arquivados

96% dos processos julgados implicaram a imposição de penalidade.

Índice de controle social

Objetivo: Avaliar o percentual de profissionais registrados que participam de programas de voluntariado.



7.963
Profissionais da contabilidade cadastrados como voluntários no PVCC

1.494 atividades realizadas nos quatro subprogramas:

- 1) Rede Nacional de Cidadania Fiscal
- 2) Educação Financeira
- 3) Doações ao Funcrância e ao Fundo do Idoso
- 4) Ações Locais de Voluntariado



11.784 horas de trabalho voluntário em prol da sociedade

Principais projetos e ações

Exame de Suficiência

Objetivo: Comprovar a obtenção de conhecimentos médios, consonantes aos conteúdos programáticos desenvolvidos nos cursos de bacharelado em Ciências Contábeis e possibilitar aos bacharéis que forem aprovados a obtenção do registro profissional em Conselho Regional de Contabilidade (CRC), uma vez que a aprovação em Exame de Suficiência é obrigatória, conforme a Lei n.º 12.249/2010.

2 Edições aplicadas	118 Cidades contempladas	26.076 Candidatos aprovados
-------------------------------	------------------------------------	---------------------------------------

EXAME	Presentes	Total Aprovados	(%) Aprovados
1º/2018	43.864	13.231	30,16%
2º/2018	34.259	12.845	37,49%

A realização dessas avaliações, considerando o resultado das aprovações nas duas edições e o devido registro profissional em CRC, disponibiliza à sociedade profissionais mais bem preparados para o exercício da profissão contábil.

Apoio ao Atendimento à Lei de Prevenção a Crimes de Lavagem de Dinheiro

Objetivo: Acompanhar a adoção dos procedimentos a serem observados pelos profissionais e organizações contábeis, quando no exercício de suas funções, para cumprimento das obrigações previstas na Resolução CFC n.º 1.445/2013, que tem por finalidade estabelecer normas gerais de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

Declarações ao Coaf:

Exercício	Declaração de Ocorrências	Declaração de Não Ocorrências
2016	1.219	134.404
2017	1.361	132.206
2018	1.451	150.120

O Sistema CFC/CRCs, com o intuito de manter a correta aplicação da legislação, desenvolveu ações de divulgação e acompanhamento com os profissionais da contabilidade quanto aos procedimentos a serem realizados, de modo a atuar como fator de proteção da sociedade, auxiliando na prevenção e combate ao terrorismo, à lavagem de dinheiro e ao crime organizado, por meio do aumento de controles.

Reuniões Regimentais

Objetivo: Assegurar o cumprimento das prerrogativas institucionais do Sistema CFC/CRCs, por meio de reuniões Plenárias, do Conselho Diretor e das Câmaras.

11 Processos julgados	44 Normas Brasileiras de Contabilidade aprovadas
---------------------------------	--

126 Deliberações expedidas	21 Resoluções aprovadas
--------------------------------------	-----------------------------------

170 Processos de fiscalização julgados
--

1.334 Processos éticos disciplinares julgados pelo Tribunal Superior de Ética e Disciplina do CFC

Além disso, nas reuniões plenárias do CFC foram homologadas as decisões das reuniões de câmaras, bem como foram discutidos os projetos, a gestão e a aplicação dos recursos, com vistas ao aprimoramento da profissão contábil.

Exame de Qualificação Técnica

Objetivo: Estimular o aperfeiçoamento do profissional de contabilidade na execução de trabalho a ser desenvolvido na área de auditoria independente e perícia contábil.

Nos termos da NBC PA 13 e NBC PP 02, foram realizadas, em 2018, a 18ª edição do Exame de Qualificação Técnica – Auditoria e a 2ª edição do Exame de Qualificação Técnica – Perícia.

Exame	Presentes	Total Aprovados	(%) Aprovados
18º EQT – Prova QTG	1.206	376	31,18%
18º EQT – Prova BCB	192	41	21,35%
18º EQT – Prova SUSEP	114	49	42,98%
18º EQT – Prova CVM	1.010	625	61,88%
2º EQT – Perícia Contábil	707	163	23,06%

Os profissionais aprovados foram incluídos no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI) e no Cadastro Nacional de Peritos Contábeis (CNPC) e devem cumprir o Programa de Educação Profissional Continuada.

Prioridades estabelecidas

- Primar pela segurança e pelo sigilo em todas as etapas dos Exames.
- Cumprir os prazos previstos no Edital.

Desafios e riscos futuros

- Tendo em vista que a contratação de empresa para elaborar e aplicar a prova do Exame de Suficiência é viabilizada por processo licitatório, o CFC, em especial neste exercício, teve como desafio a realização de uma edição em cada semestre, conforme dispõe a Resolução CFC n.º 1.486/2015. No entanto, tal fato não acarretou prejuízo no atendimento do objeto. Esse risco permanece para o exercício de 2019, uma vez que não foi possível a renovação contratual da empresa e será necessária a realização de novo processo licitatório para a contratação de empresa que possa elaborar e realizar as edições do exame no próximo exercício.
- Para o Exame de Qualificação Técnica também será necessária a realização de processo licitatório para contratação de gráfica, transportadora e empresa para leitura óptica dos gabaritos.

Objetivo Estratégico 6:

Promover a satisfação da classe contábil em relação ao Sistema CFC/CRCs

Vínculo com a cadeia de valor

- Gestão Ética e Disciplinar da Profissão Contábil.
- Gestão de Registro nos Conselhos de Contabilidade.
- Regulação da Conduta do Profissional e da Técnica Contábil.
- Gestão da Educação Continuada.

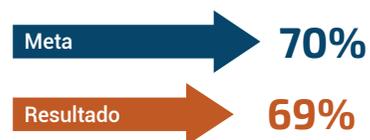


R\$ 117.113,30
Investimento total

Indicadores

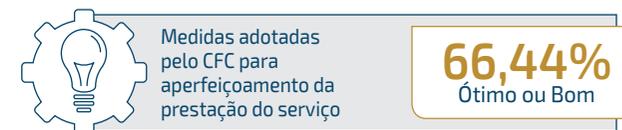
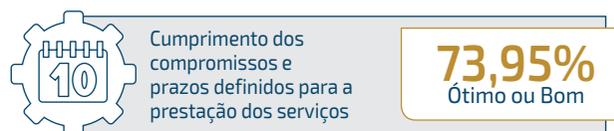
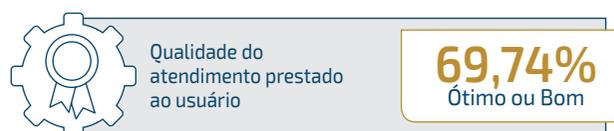
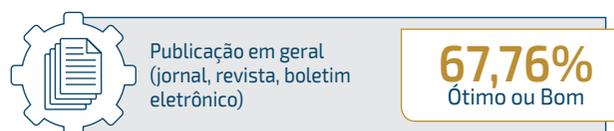
Grau de satisfação dos profissionais da contabilidade

Objetivo: Avaliar o grau de satisfação dos profissionais da contabilidade em relação às ações desenvolvidas pelo Sistema CFC/CRCs.



Meta não atingida

Em 2018, 14.078 profissionais da contabilidade responderam à pesquisa que foi enviada aos mais de 500 mil profissionais registrados e disponibilizada no site, no boletim eletrônico e nas redes sociais do CFC. Com base nos resultados, o CFC pretende programar ações para contribuir com a melhoria dos serviços prestados e elevar o nível de satisfação dos profissionais da contabilidade. Vale ressaltar que, ao longo do exercício, o CFC veio intensificando a divulgação dos programas, projetos e ações desenvolvidos por meio de seus canais de comunicação. Além disso, foram capacitados 241.535 profissionais no Programa de Educação Continuada, demonstrando a preocupação do Sistema com o aperfeiçoamento profissional.



Principais projetos e ações

Ampliação e modernização do acervo bibliográfico

Objetivo: Promover a disseminação da informação por meio de um acervo bem constituído, atualizado e relevante, com livros e outros materiais das áreas contábil e afins para atender aos estudantes, profissionais da contabilidade e público interno.

Resultados:



Em 2018, a Biblioteca adquiriu **131** exemplares de livros, assinou **14** periódicos nacionais e internacionais, incluiu **1.171** artigos de periódicos na base de dados e teve mais de **9.398** consultas via terminal web.

CFC em Um Dia

Objetivo: Proporcionar ao profissional da contabilidade um contato direto com o CFC, apresentando a entidade, a estrutura física e as rotinas de trabalho, incluindo a participação nas reuniões de Câmaras e na reunião Plenária.

Resultados: No exercício de 2018, foi viabilizada a participação de 37 profissionais das entidades representativas da classe,

oriundos de todas as regiões do País (presidentes, delegados, conselheiros e funcionários contadores dos CRCs), condicionada aos critérios estabelecidos na Portaria CFC n.º 275/2018.

Prioridades estabelecidas

- Primar pela excelência dos serviços prestados, tendo como foco a satisfação da classe contábil.
- Revisar os formulários e a metodologia de aplicação das pesquisas de satisfação do Sistema CFC/CRCs, tendo em vista a necessidade de avaliar os serviços prestados conforme a Lei n.º 13.460/2017, bem como melhorar os questionários e a forma de aplicação das pesquisas.
- Manter um acervo atualizado e abrangente e primar pelo compartilhamento da informação e divulgação da base de dados da Biblioteca do CFC.

Desafios e riscos futuros

- Aumentar o número de consultas via terminal *web* da Biblioteca.
- Realizar processos licitatórios para aquisição de novos exemplares.
- Alcançar a meta de contentamento em relação à pesquisa de satisfação aplicada aos profissionais da contabilidade.

Objetivo estratégico 7: Garantir sustentabilidade orçamentária e financeira do Sistema CFC/CRCs

Vínculo com a cadeia de valor

- Gestão orçamentária dos Conselhos de Contabilidade.
- Gestão de arrecadação de recursos.



Indicadores

Ampliação da receita de contribuição (anuidade de profissionais e organizações contábeis)

Objetivo: Avaliar o comportamento da receita de contribuição (redução ou acréscimo) em relação ao exercício anterior.



A receita proveniente das anuidades referentes ao exercício de 2018 foi, aproximadamente, 1% menor quando comparada ao exercício de 2017. Dentre os fatores determinantes para esse cenário, destacam-se o não reajuste do valor da anuidade; o alto índice de inadimplência provocado pela crise econômica vivenciada pelo País; e a redução de cerca de 5 mil profissionais registrados.

O Conselho reajustou a anuidade para o exercício de 2019 e, com isso, espera-se alavancar suas receitas. Além disso, está trabalhando em conjunto com os Conselhos Regionais para minimizar as inadimplências. Com esse conjunto de medidas, espera-se atingir a meta para o ano de 2019.

Índice de despesas com pessoal

Objetivo: Avaliar o percentual da despesa de pessoal e encargos em relação ao total da Receita Líquida.



Foi convencionado que o Sistema CFC/CRCs tem como limite de gastos com pessoal o percentual de 40% da receita líquida. Em 2018, foram gastos R\$23.377.675,97 com despesa de pessoal, obtendo assim um resultado abaixo da meta fixada, cenário esse que garante a sustentabilidade e a manutenção do efetivo necessário para a conservação da qualidade das atividades realizadas.

Índice dos custos com a estrutura

Objetivo: Avaliar o percentual de custos gerais sobre a manutenção da estrutura.



No ano de 2018, tendo em vista que a receita teve um desempenho menor do que o esperado, a meta para esse indicador foi ultrapassada em três pontos percentuais, ficando em R\$19.614.023,02 o total de custos gerais.

Com o reajuste da anuidade e a elaboração do orçamento de despesa de maneira bastante conservadora, o CFC espera atingir a meta desse índice em 2019.

Principais projetos e ações

Acompanhamento e assessoramento aos setores de Cobrança dos CRCs

Objetivo: Reduzir o índice de inadimplência nos Conselhos Regionais de Contabilidade.



Resultados:

- Foram visitados 9 CRCs (AL, AM, CE, DF, MA, MT, PB, RR e SE), sendo emitidas orientações teóricas e práticas aos funcionários no âmbito dos procedimentos de cobrança administrativa e judicial. Por meio do trabalho realizado, foi possível reorganizar, uniformizar e melhorar as ações de cobrança, com a finalidade de reduzir os índices de inadimplência.
- Foram revisados e reformulados os normativos que tratam das normas e procedimentos de cobrança com as seguintes publicações: Resolução CFC n.º 1.545/2018, que fixa as diretrizes de cobrança dos CRCs, e Resolução CFC n.º 1.546/2018, que estabelece critérios para concessão de parcelamento de créditos de exercícios encerrados, de transação, de remissão e de isenção pelos CRCs. Destaca-se que, entre as providências, estão o aumento da porcentagem de desconto sobre multa e juros e a admissão da utilização de meios eletrônicos de pagamentos (cartão de crédito e de débito). Essa atualização dos normativos permitiu obter mecanismos mais eficazes na negociação dos débitos pelos colaboradores dos Conselhos, referente à recuperação de créditos e redução dos índices de inadimplência, buscando o aumento da arrecadação do Sistema CFC/CRCs.

Prioridades estabelecidas

- Selecionar os CRCs com maior índice de inadimplência.
- Atualizar os atos normativos de cobrança editados em 2010 e 2011 com a finalidade de modernizar e adaptar os procedimentos às regras legais para cobrança administrativa e de execução judicial.

Desafios e riscos futuros

- Manter a inadimplência no menor patamar possível e aumentar a arrecadação.
- Enfrentar a crise econômica, uma vez que ela trouxe dificuldades aos profissionais e às organizações contábeis de saldarem suas dívidas.

Objetivo Estratégico 8: Garantir qualidade e confiabilidade nos processos e nos procedimentos

Vínculo com a cadeia de valor

- Governança, Gestão de Riscos e *Compliance*.
- Gestão dos Controles Internos.



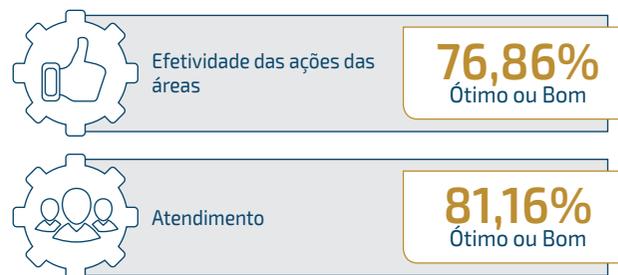
Indicadores

Índice de satisfação com a qualidade do atendimento do CFC (pesquisa)

Objetivo: Medir o grau de satisfação dos CRCs em relação à efetividade das ações das áreas, do atendimento, da comunicação social e da instalação física e estrutura administrativa do CFC em favor dos Conselhos Regionais.



Em 2018, 382 conselheiros e funcionários do Sistema CFC/CRCs responderam à pesquisa. Os resultados foram bastante satisfatórios, pois todos os quesitos atingiram índices superiores a 70%, o que reflete empenho de todo o CFC em atender, com eficiência, às demandas dos Conselhos Regionais de Contabilidade.



Tempo médio de julgamento de processos de registro

Objetivo: Avaliar o percentual de processos julgados dentro do prazo.



Foram direcionados à Câmara de Registro do CFC 163 processos para análise, sendo que todos foram julgados dentro do prazo, que é de 60 dias. Esse resultado foi possível em razão da utilização do Sper, ferramenta web que possibilita o acompanhamento e julgamento dos processos de registro profissional e de organizações contábeis, e que contribui de forma significativa na celeridade dos julgamentos dos processos distribuídos ao CFC em grau de recurso.

Tempo médio de julgamento de processos de fiscalização

Objetivo: Avaliar o percentual de processos julgados dentro do prazo.



No pleito eleitoral de 2017, foram renovados 2/3 do Plenário do CFC. Assim, no início de 2018, ingressaram na Câmara de Fiscalização, Ética e Disciplina novos conselheiros eleitos, que necessitaram de treinamento e tempo para aprendizagem dos procedimentos de trabalho. É importante ressaltar que, neste exercício, a Câmara

desenvolveu esforços visando reduzir o estoque e o tempo de julgamento dos processos, que é de 180 dias, a partir da entrada do processo no CFC, tendo 87,93% dos processos julgados dentro do prazo nos últimos quatro meses de 2018. No entanto, mesmo com esses esforços, a média anual ficou abaixo da meta estabelecida.

Para o exercício seguinte, implantaremos as seguintes melhorias:

- Complemento dos controles existentes inserindo as datas de distribuição e datas de julgamento em colunas próprias na planilha de procedimentos processuais, a fim de que possamos analisar e verificar as providências necessárias a serem tomadas para distribuição, pauta e julgamento dos processos dentro do prazo estipulado pelo indicador.
- Manutenção do gerenciamento e do acompanhamento constante da devolução dos processos pelos conselheiros relatores.

Principais projetos e ações

Gestão da Qualidade – ISO

Objetivo: Manter a conformidade do Sistema de Gestão da Qualidade com os requisitos da norma NBR ISO 9001:2015, incluindo auditorias de recertificação e auditorias de manutenções.



Resultados: No ano de 2018, o CFC promoveu a migração da ABNT NBR ISO 9001:2008 para 9001:2015, mantendo a certificação em 18 áreas, bem como certificou mais quatro unidades organizacionais: Procuradoria Jurídica, Coordenadoria Técnica e Setor de Transporte e Ouvidoria. O trabalho realizado fortaleceu o Sistema de Gestão da Qualidade e permitiu verificar a eficácia das ações tomadas, com foco na satisfação do usuário e na busca da melhoria contínua dos processos.

Realização e acompanhamento da auditoria no Sistema CFC/CRCs

Objetivo: Acompanhar a gestão dos CRCs e do CFC, por meio da equipe interna, que emite relatórios e recomendações de medidas a serem tomadas, que servirão de subsídio ao julgamento das prestações de contas anuais pela Câmara de Controle Interno e pelo Plenário do CFC.

20

Auditorias de gestão no 1º semestre, em 19 CRCs e no CFC

11

Auditorias de gestão no 2º semestre, em 10 CRCs e no CFC

A realização do projeto propiciou benefícios para a gestão dos Conselhos de Contabilidade, a saber:

1. Possibilidade de melhoria e propriedade nas decisões administrativas tomadas pelos gestores das unidades jurisdicionadas.

2. Garantir segurança nas operações financeiras e as disposições legais e regulamentares aplicáveis ao Sistema CFC/CRCs.

3. Monitoramento da implementação das recomendações e determinações de medidas saneadoras.

4. Permitir aos Conselhos de Contabilidade uma maior eficiência e eficácia dos controles internos administrativos, colaborando para a redução das possibilidades de fraudes e erros e eliminação de atividades que não agregam valor para o Sistema CFC/CRCs.

5. Melhoria nas decisões de julgamento das contas dos Conselhos.

6. Incentivo à qualificação aos agentes responsáveis pela execução das atividades principais do Sistema CFC/CRCs, havendo, com isso, a possibilidade na redução das constatações de auditoria.

Prioridades estabelecidas

- Migrar da norma ABNT NBR ISO 9001:2008 para 9001:2015, uma vez que, a partir de 15 de setembro de 2018, os certificados para as normas ISO 9001:2008 não seriam mais válidos.
- Realizar todas as auditorias constantes na programação e avaliar todos os programas de auditoria previstos no planejamento específico.

Desafios e riscos futuros

- Buscar, em 2019, a certificação com base nas normas ABNT NBR ISO 14001:2015 - Sistema de Gestão Ambiental; ABNT NBR ISO 37001:2017 - Sistema de Gestão Antissuborno; e ABNT NBR ISO 45001:2018 - Sistema de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional.
- Adotar a matriz de risco na seleção da amostragem do planejamento de auditoria; informatizar todas as fases da auditoria, correspondentes ao planejamento, execução, controle e acompanhamento; e alcançar todas as áreas de atividade-fim do Sistema CFC/CRCs, com aprofundamento nos exames.

Objetivo Estratégico 9:

Aperfeiçoar, ampliar e difundir ações de Educação Continuada, Registro e Fiscalização como fator de proteção da sociedade

Vínculo com a cadeia de valor

- Gestão Ética e Disciplinar da Profissão Contábil.
- Gestão de Registro nos Conselhos de Contabilidade.
- Gestão da Educação Continuada.



R\$ 1.774.005,77
Investimento total

Indicadores

Índice de realização de diligências geral

Objetivo: Avaliar a variação percentual do total de diligências realizadas em relação à quantidade total de diligências previstas para o exercício.



Dados do Sistema CFC/CRCs



*processos ético-disciplinares e de fiscalização

A utilização do Sistema de Fiscalização Eletrônica e a celebração de convênios pelos Conselhos de Contabilidade, como forma de fiscalização indireta, foram ferramentas importantes que auxiliaram no desenvolvimento de ações mais efetivas da fiscalização e propiciaram o crescimento significativo das ações em combate às irregularidades.

Índice de evolução de registros profissionais ativos

Objetivo: Avaliar o percentual de crescimento dos registros profissionais ativos.



A redução no número de registros profissionais nos CRCs se deu, principalmente, devido ao período de crise econômica vivenciado pelo País. Em consequência disso, com dificuldades de inserção no mercado de trabalho, os profissionais aprovados nas edições do Exame de Suficiência não solicitaram registro nos Conselhos Regionais de Contabilidade. Para alcance da meta no próximo exercício, o CFC promoverá ações com os Conselhos Regionais de Contabilidade para reforçar aos profissionais aprovados a obrigatoriedade do registro profissional no desempenho das atividades contábeis.

Investimentos em desenvolvimento profissional – per capita

Objetivo: Avaliar o valor investido no Programa de Educação Continuada por profissional da contabilidade.



R\$ 13.015.321,86
Investimento total

3.375
Eventos realizados pelo Sistema CFC/CRCs

241.535
Participantes capacitados pelo Sistema CFC/CRCs

20
Eventos realizados pelo CFC

+3.000
Participantes credenciados nos eventos do CFC

Principais projetos e ações

Assessoramento à Câmara e ao Setor de Registro dos CRCs

Objetivo: Oferecer assessoramento às câmaras e aos setores de registro dos Conselhos Regionais de Contabilidade, adotando ações que possam ser traduzidas em maior eficiência e eficácia no resultado das atividades, especialmente as relacionadas à instrução, à tramitação e ao julgamento de processos.

14 estados foram assessorados em 2018 pelo Sistema de Processo Eletrônico de Registro (Sper).

Assessoramento à Câmara e ao Setor de Fiscalização dos CRCs

Objetivo: Desenvolver ações visando garantir que a fiscalização do Sistema CFC/CRCs seja exercida com abrangência e uniformidade necessárias.

Realizou-se o acompanhamento dos 27 CRCs para o cumprimento das metas de fiscalização, apuração de denúncias e julgamento de processos.

8
Visitas realizadas

10
Reuniões da Câmara

1.504
Processos julgados

Além disso, a Câmara de Fiscalização iniciou o projeto Radar do Conhecimento para Fiscais, que tem o intuito de compartilhar conhecimento e esclarecer dúvidas, utilizando a plataforma de vídeos Youtube.

Promover a educação continuada - encontros/seminários/fóruns/jornadas

Objetivo: Oferecer à classe contábil a oportunidade de debater e refletir sobre os assuntos específicos, aprimorando os conhecimentos dos profissionais de contabilidade no exercício de suas atividades.

Encontro Nacional de Coordenadores e Professores de Cursos de Ciências Contábeis
205 participantes

Prolatino
901 participantes

Seminário de Capacitação CFC/CGU
(Realizado em 9 estados)
1.101 participantes

Seminário Prestação de Contas Eleitorais
183 participantes

Abraçando o Controle Social
(Realizado em 8 estados)
831 participantes

Prioridades estabelecidas

- Materializar o relatório analisado pelo CFC, de forma didática, de modo a expressar todos os processos que são analisados, visando à melhoria das ações atribuídas à área de Registro dos Conselhos Regionais de Contabilidade.
- Cumprir as metas de fiscalização e o julgamento de processos em primeira e segunda instância.
- Realizar os eventos de interesse da classe contábil, previstos nos Termos de Cooperações Técnicas.

Desafios e riscos futuros

- Conscientizar os CRCs quanto à utilização das normas e às orientações estabelecidas pelo CFC durante a instrução processual dos pedidos de registro.
- Melhorar a formação dos fiscais do Sistema CFC/CRCs.
- Intensificar treinamentos e orientações para conselheiros do Sistema CFC/CRCs.
- Realizar melhorias dos sistemas de informática para controle das fiscalizações, denúncias e trâmite processual dos processos de fiscalização.
- Promover atualizações no sistema de eventos, assim como dar apoio técnico aos usuários e aos eventos.
- Realizar a XII edição do Encontro Nacional da Mulher Contabilista (ENMC), de 11 a 13 de setembro de 2019, em Porto de Galinhas (PE), para um público estimado de 1.200 profissionais da contabilidade de todo o País.

Objetivo Estratégico 10:

Elaborar, acompanhar e aperfeiçoar normas de interesse do Sistema CFC/CRCs, da profissão e da Ciência Contábil

Vínculo com a cadeia de valor

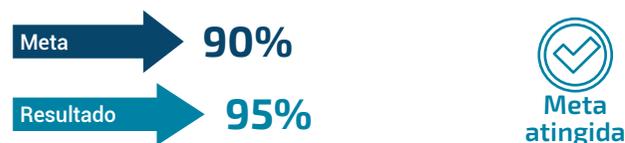
- Regulação da conduta do profissional e da técnica contábil.



Indicadores

Índice anual de alterações – audiência pública

Objetivo: Mensurar o alinhamento dos Grupos de Trabalho com a sociedade.



Todas as NBCs, antes de sua aprovação, são colocadas em audiência pública, exceto os comunicados. As alterações técnicas realizadas em seu texto original contam, também, com sugestões provenientes da audiência pública.

Quantidade de normas técnicas aprovadas

Objetivo: Mensurar a quantidade de normas técnicas aprovadas relativas ao processo de convergência.



Nesse sentido, além das 33 normas programadas para emissão, conforme programação, ocorreram estudos de mais 11 normas que não estavam previstas no início do exercício.

Principais projetos e ações

Revisão da legislação aplicada ao Sistema CFC/CRCs – comissões

Objetivo: Manter os procedimentos de registro, fiscalização e de educação profissional continuada adequados às práticas adotadas pelos profissionais de contabilidade, pelo Sistema CFC/CRCs e legislações em geral.

Resultados:

- Finalização de minuta de reformulação do Decreto-Lei n.º 9.295/1946, que culminou em um anteprojeto de lei para adequação à nova realidade do exercício profissional.
- Aprovação de duas normas de registro: Resolução CFC n.º 1.554/2018, que dispõe sobre o Registro Profissional dos Contadores e Resolução CFC n.º 1.555/2018, que dispõe sobre o Registro das Organizações Contábeis.
- Desenvolvimento de modelo de carteira digital que será disponibilizada aos profissionais de forma gratuita, no exercício de 2019, trazendo modernidade e facilidade no manuseio e uso do documento por meio de aplicativo móvel.

4. Finalização de minuta para atualização do Código de Ética Profissional do Contador, após audiência pública, para adequação aos padrões internacionais estabelecidos e aos princípios éticos, tendo por objetivo fixar a conduta do profissional, quando no exercício da sua atividade e nos assuntos relacionados à profissão e à classe contábil.

5. Início dos trabalhos para atualização do Manual de Fiscalização com as discussões e a produção de pareceres com exposição de motivos relativos à necessidade de agilização do trâmite processual das denúncias e atualização da métrica de fiscalização. Estima-se que o novo Manual seja publicado no exercício de 2019.

Comissões institucionais

Objetivo: Estudar, debater e apresentar propostas de assuntos de interesse da profissão contábil.

Resultados:

- Comissões Jovens Lideranças Contábeis e de Representantes Regionais das Jovens Lideranças Contábeis do Sistema CFC/CRCs.



- Comissão de Parceria CFC/TSE



- A Comissão de Delegacias elaborou a minuta do texto inicial da norma, submeteu aos CRCs para a audiência pública, analisou e acatou as sugestões pertinentes, ações essas que culminaram na publicação da Resolução CFC n.º 1.557/2018, que regulamenta a forma de constituir as delegacias/representações, os critérios de eleição dos delegados e a forma de custeio das unidades representativas dos CRCs.

Comitê Gestor da Convergência (CGC)

Objetivo: Identificar, impulsionar e monitorar as ações a serem implantadas para viabilizar a convergência das normas contábeis e de auditoria, a partir dos pronunciamentos de contabilidade e auditoria editados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e Ibracon, respectivamente, bem como de assuntos regulatórios no Brasil, com vistas ao seu alinhamento às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo Iasb, às normas internacionais de auditoria e asseguração emitidas pela Ifac e às melhores práticas internacionais em matéria regulatória.

Resultados: Em 2018, foram revisadas as seguintes normas sob a supervisão do CGC:

Norma	Descrição
NBC TG 42	Contabilidade em Economia Hiperinflacionária
NBC TG 49	Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria
ITG 22	Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro
ITG 23	Aplicação da Abordagem de Atualização Monetária Revista na NBC TG 42
Revisão NBC 01	Revisão das seguintes normas e interpretações técnicas: NBC TG 02 (R3), NBC TG 03 (R3), NBC TG 04 (R4), NBC TG 11 (R2), NBC TG 15 (R4), NBC TG 16 (R2), NBC TG 18 (R3), NBC TG 19 (R2), NBC TG 20 (R2), NBC TG 25 (R2), NBC TG 26 (R5), NBC TG 27 (R4), NBC TG 28 (R4), NBC TG 29 (R2), NBC TG 32 (R4), NBC TG 33 (R2), NBC TG 37 (R5), NBC TG 39 (R5), NBC TG 40 (R3), NBC TG 47, NBC TG 48 e ITG 12
Revisão NBC 02	NBC PG 12 (R3) – Educação Profissional Continuada

De modo a simplificar o processo de Revisão das normas foi criado o documento “Revisão NBC”, mediante alteração da Resolução CFC n.º 1.328/2011, que dispõe sobre a Estrutura das Normas Brasileiras de Contabilidade.

Em 2018, foram editados sete Comunicados Técnicos que visam explicar a aplicação das normas de auditoria, conforme a relação a seguir:

Norma	Descrição
CTG 2002	Laudo de Avaliação Emitido por Contador
CTA 12	Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis de Grupo Econômico
CTA 26	Relatório do Auditor Independente sobre o Demonstrativo do Direcionamento dos Recursos de Poupança
CTR 03	Relatório de Revisão sobre as Informações Trimestrais (ITR)
CTO 04	Trabalho de Asseguração Razoável sobre a Estrutura de Controles Internos de Operações de Cessão de Créditos
CTO 05	Trabalho de Asseguração Razoável sobre as Informações do Relatório Demonstrativo Anual (RDA)
CTSC 04	Relatório sobre a Aplicação de Procedimentos Previamente Acordados para Atendimento aos Requerimentos do Questionário de Riscos pelas Entidades Supervisionadas pela Susep

Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

Objetivo: Realizar reuniões ordinárias do CPC, destinadas ao estudo e à elaboração das minutas dos pronunciamentos técnicos; realizar reunião dos grupos de trabalho para analisar e oferecer sugestões às propostas de revisão de IFRS pelo Iasb; e realizar assembleia dos presidentes das entidades para analisar o relatório de atividades do CPC.

Resultados:

1. No exercício de 2018, o CPC desenvolveu seus trabalhos ao longo de dez reuniões regimentais com a Revisão CPC 13, que alterou 21 CPCs e dois ICPCs em vigor. Além disso, editou o CPC 42, o CPC 49, a ICPC 22 e a ICPC 23.

2. Promoveu o “XV Seminário Internacional do CPC – Normas Contábeis Internacionais” com o objetivo de proporcionar um panorama do atual estágio de adoção das normas internacionais, principalmente as que se referem ao Relato Integrado, Aluguéis e Arrendamentos (IFRS 16), Instrumentos Financeiros (IFRS 9) e Reconhecimento de Receita (IFRS 15), além de tratar da relação entre o Fisco federal e as IFRS.

Prioridades estabelecidas

- Atualizar a lei de regência da profissão contábil e as normas de Registro e Fiscalização.
- Regulamentar a forma de constituição das delegacias e representações, os critérios de eleição dos delegados e a forma de custeio das unidades representativas dos CRCs.

Desafios e riscos futuros

- Adequar os sistemas às mudanças oriundas dos normativos publicados.
- Elaborar e editar, em conjunto com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o Manual de Orientação Técnica e informações práticas sobre a Prestação de Contas Eleitorais.
- Adaptar os normativos face ao avanço tecnológico e dilemas éticos enfrentados no exercício da profissão contábil.

Objetivo Estratégico 11: Inovar, integrar e otimizar a gestão do Sistema CFC/CRCs

Vínculo com a cadeia de valor

- Governança, Gestão de Riscos e *Compliance*.
- Gestão orçamentária dos Conselhos de Contabilidade.
- Sustentabilidade.



Indicadores

Grau de eficiência orçamentária

Objetivo: Avaliar o percentual da execução da despesa em relação à realização da receita.



Em 2018, essa relação entre despesa e receita ultrapassou em 8% a meta estabelecida devido ao fato de a receita ter sido menor do que a prevista em aproximadamente R\$2.976.000,00. É importante mencionar que, mesmo não executando toda a despesa prevista no orçamento, não foi possível alcançar o resultado esperado.

Esse índice também guarda relação entre as despesas e as receitas. Com o reajuste da anuidade e parcimônia na execução das despesas, o Conselho acredita no atingimento da meta desse índice em 2019.

Grau de implementação da inovação

Objetivo: Avaliar o percentual de ações inovadoras implementadas em relação às aprovadas.



As inovações realizadas no período foram:

1. Instituição da Política de Governança no âmbito do Sistema CFC/CRCs.

2. Aprovação do Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs para 2018-2027.

3. Regulação da participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos no âmbito do Sistema CFC/CRCs.

4. Acessibilidade web no Portal da Transparência do CFC.

5. Resolução dispondo sobre a uniformização da denominação e a forma de custeio das unidades representativas dos CRCs fora dos locais de suas respectivas sedes (Delegacias).

6. Migração para a versão 2015 da Norma ISO 9001 e certificação de quatro novas unidades organizacionais.

7. Resolução dispondo sobre a cobrança compartilhada e a participação do CFC no reembolso de despesas com cobrança efetuadas pelos CRCs.

8. Publicação do livro "Exame de Suficiência: um requisito para a qualificação profissional".

9. Projeto de reuniões regionalizadas com os presidentes dos CRCs das regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste.

10. Sistema eletrônico de prestação de contas da EPC.

11. Elaboração de Anteprojeto de Lei de Reformulação do Decreto-Lei n.º 9.295/1946.

12. CFC em 1 minuto.

13. Criação de área de pesquisas acadêmicas no site do CFC.

14. Lançamento do Projeto Abraçando o Controle Social, a fim de conscientizar os profissionais da Contabilidade e gestores do controle interno das entidades públicas sobre o seu papel e a importância do funcionamento dos mecanismos de controle social disponibilizados pelo governo.

15. Acordo de cooperação técnica firmado entre o CFC e o Ministério Público Federal (MPF), com o objetivo de analisar a forma como os 30% dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) foram garantidos às candidaturas de mulheres, além do impacto no processo eleitoral e no aumento da representação feminina na disputa eleitoral.

Principais projetos e ações

Seminários e reuniões voltados à gestão do Sistema CFC/CRCs

Objetivo: Promover reuniões/seminários de Presidências, Vice-Presidências, Diretorias, Chefias de departamentos e corpo funcional.

Resultados:

1. Realização do Seminário de Gestão e Planejamento Estratégico do Sistema Contábil, que reuniu 312 participantes entre conselheiros e membros das diretorias do CFC, dos 27 CRCs e representantes de entidades parceiras – FBC, Abracicon, Ibracon e Fenacon – com o objetivo de elaborar e aprovar o Planejamento Estratégico para os próximos 10 anos e capacitar os vice-presidentes, visando à multiplicação dos conhecimentos em suas bases.

2. Realização de duas reuniões de Presidentes do Sistema CFC/CRCs com o propósito de discutir e alinhar as ações com foco na missão, visão, valores, objetivos, estratégias, programas de ação e prioridades na alocação de recursos dos CRCs.

3. Realização de duas reuniões de Presidentes, Diretores e Assessores Jurídicos por região, contemplando as regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste, com a finalidade de construir uma pauta específica, que melhor atenda cada região em suas especificidades, trazendo para o debate preocupações particulares de cada CRC.

4. Realização do Encontro Nacional de Assessores Jurídicos do Sistema CFC/CRCs, com a presença de 34 participantes, ocasião em que foram tratados diversos assuntos de interesse dos Conselhos, com destaque para a reforma trabalhista.

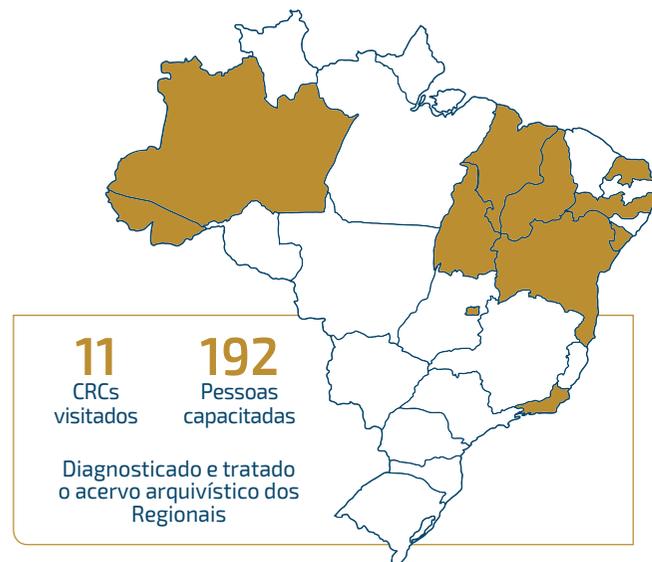
Apoio técnico e operacional aos CRCs

Objetivo: Acompanhar a gestão dos CRCs por meio de diagnósticos com informações administrativa, financeira, econômica e de fiscalização e registro, bem como assessorá-los por meio de apoio técnico e de treinamentos, que serão realizados de acordo com as demandas identificadas pelo CFC ou quando solicitadas pelos Conselhos Regionais.

Resultados:

1. Foi realizado o acompanhamento da gestão dos 27 Conselhos Regionais, identificando previamente os CRCs com indicativos concretos de desequilíbrios financeiros e econômicos, que possibilitou ao CFC adotar medidas preventivas para permitir que os CRCs em situação crítica pudessem reequilibrar as suas contas.

2. Foram realizadas 13 visitas de apoio técnico-operacional, compreendendo auxílio jurídico em processo licitatório, inventário patrimonial, treinamento ao setor Financeiro, entre outras atividades.



Prioridades estabelecidas

- Aprovar o Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs para os próximos dez anos (2018/2027).
- Capacitação dos presidentes e vice-presidentes em função do início da nova gestão.

Desafios e riscos futuros

- Implementar e cumprir os objetivos do Planejamento Estratégico aprovado para os próximos dez anos.
- Realizar seminário para tratar, especificamente, da elaboração do relatório de gestão no formato de relato integrado.

Objetivo Estratégico 12

Ampliar e integrar o uso da Tecnologia da Informação no Sistema CFC/CRCs

Vínculo com a cadeia de valor

- Solução de Tecnologia da Informação do Sistema CFC/CRCs.



Indicadores

Índice de capacitação de usuários de tecnologia

Objetivo: Avaliar a quantidade de horas de capacitação por colaborador nos sistemas informatizados utilizados pelo Conselho Federal de Contabilidade.



O plano de capacitação de usuário da tecnologia da informação insere-se no Plano Anual de Treinamento do CFC, que, em 2018, priorizou ações alinhadas à diretriz estratégica para ampliar e integrar o uso da Tecnologia da Informação no Sistema CFC/CRCs, predominando os treinamentos para atender à implantação do Sistema SEI e a inclusão do eSocial.



Índice de renovação do parque de informática

Objetivo: Avaliar o percentual de equipamentos trocados a cada ano.



A fim de propiciar melhor segurança da informação e melhores condições de trabalho, foram investidos recursos na aquisição de equipamentos de microinformática, como computadores, notebooks e monitores. Estudos apontaram que para a manutenção das impressões no CFC, o sistema de *outsourcing* de impressão tornou-se ideal, tanto que os serviços já estão contratados e em fase de implementação. Nesse sentido, impressoras não foram e não serão adquiridas.

Principais projetos e ações

Tecnologia da Informação

Objetivo: Contratação de empresas terceirizadas de informática para o fornecimento de serviços especializados e para atuar na segurança da informação.

Resultados:

Em 2018, foram investidos R\$2.114.122,86 na contratação de serviços de informática, entre os quais: *link* de internet dedicado; hospedagem de *site*; *backup* externo; serviço técnicos de administração e operação remota; licença de uso do sistema de gestão integrada; desenvolvimento, manutenção e evolução de sistemas; certificação digital; e acessibilidade em ambiente *web* para portadores de necessidades especiais.

Modernização do parque de informática (*hardware e software*)

Objetivo: Modernizar o parque de informática para promover a melhoria do desempenho das atividades institucionais, ampliar a segurança e agilidade das informações e reduzir custos operacionais.

Resultados:

 **R\$ 575.167,68** Investidos

63 Monitores	63 Computadores	72 Notebooks
------------------------	---------------------------	------------------------

Além disso, o CFC manteve o foco na continuidade de desenvolvimento de *softwares* voltados para as atividades-fins – Fiscalização, Registro e Educação Profissional Continuada – dos Conselhos de Contabilidade, com o objetivo de oferecer aos profissionais e aos CRCs sistemas integrados estratégicos e eficientes e, conseqüentemente, maior qualidade e dinamismo aos atuais processos de trabalhos.

Apoio financeiro aos CRCs para ampliação e atualização do parque de informática

Objetivo: Subsidiar com recursos financeiros os CRCs no processo de reestruturação, modernização e manutenção do parque de informática.

Resultados:

O CFC subsidiou 15 (quinze) Conselhos Regionais (BA, GO, MG, MS, PA, PB, PE, PR, SC, RJ, RR, RO, SE, SP e TO) no processo de reestruturação, modernização e manutenção do parque de informática, investindo em torno de R\$290.000,00, conforme abaixo:

Valor Repassado aos CRCs no Exercício de 2018 Paricipações do CFC		
CRC	Descrição	Valor Repassado (R\$)
BA	Aquisição de equipamentos de informática	2.308,87
GO	Aquisição de equipamentos de informática	33.924,56
MG	Aquisição de equipamentos de informática	12.335,99
MS	Aquisição de equipamentos de <i>hardware</i>	34.367,20
PA	Aquisição de equipamentos de informática	19.595,17
PB	Aquisição de equipamentos de <i>hardware</i>	57.000,00
PE	Aquisição de equipamentos de informática	4.971,60
PR	Aquisição de equipamentos de informática	2.670,00
	Aquisição de equipamentos de <i>hardware</i>	41.631,63
SC	Aquisição de <i>hardware</i>	11.022,60
	Aquisição de equipamentos de <i>software</i>	3.393,75
RJ	Aquisição de equipamentos de <i>software</i> (complemento de reembolso)	2.653,20
RR	Aquisição de equipamentos de <i>software</i>	2.635,80
RO	Aquisição de equipamentos de <i>software</i>	9.522,08
SE	Aquisição de equipamentos de <i>hardware</i>	11.610,00
SP	Aquisição de equipamentos de <i>hardware</i>	26.744,20
TO	Aquisição de equipamentos de <i>hardware</i>	9.000,00
Valor Total (R\$)		285.386,65

Prioridades estabelecidas

- Proceder às aquisições de equipamentos de informática, como a troca de 1/3 dos computadores e *notebooks* do CFC.

Desafios e riscos futuros

- Continuação de desenvolvimento terceirizado dos sistemas finalísticos de Arrecadação, Fiscalização, Registro e Educação Profissional Continuada, entre outros.

Objetivo Estratégico 13 Atrair e reter talentos

Vínculo com a cadeia de valor

- Governança, Gestão de Riscos e *Compliance*.
- Sustentabilidade.

 **R\$ 24.226.202,90**
Investimento total

Indicadores

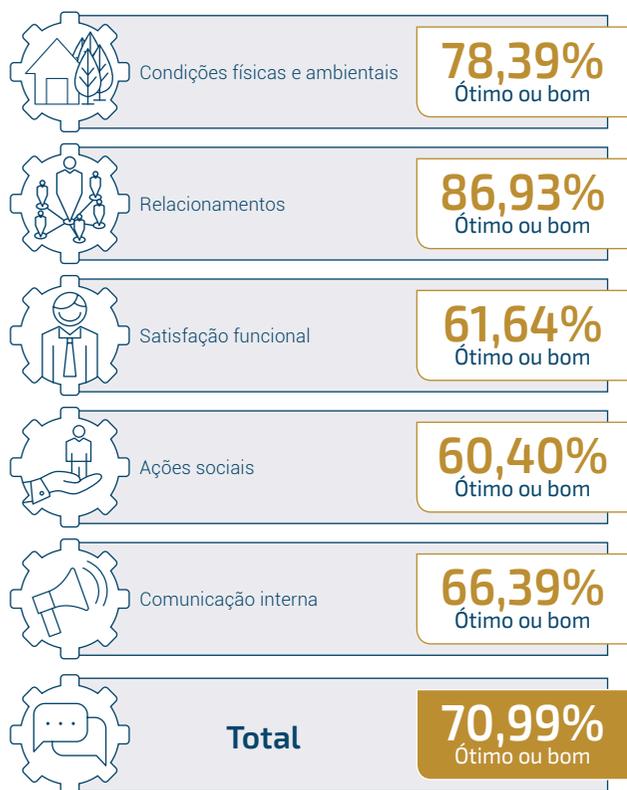
Grau de satisfação de funcionários em relação à infraestrutura e às ações desenvolvidas pelo Conselho em favor do corpo funcional

Objetivo: Medir o grau de satisfação dos funcionários com relação à infraestrutura e ações desenvolvidas pelo Conselho em favor do corpo funcional.

Meta  **70%**
Resultado  **71%**



Em 2018, 85 colaboradores responderam à pesquisa, que revela a percepção dos funcionários do CFC em relação a condições físicas e ambientais, relacionamentos, satisfação funcional, ações sociais e comunicação interna.



Desde o exercício de 2014, início da apuração do indicador, o resultado geral da pesquisa atinge a meta fixada. Esse resultado reflete o empenho do CFC em atender, com eficiência, às demandas e às necessidade de seus colaboradores. Na busca do aperfeiçoamento contínuo, é desenvolvido pela área de Gestão de Pessoas o planejamento de ações para melhoria dos itens que apresentaram desempenho inferior.

Percentual de benefícios

Objetivo: Avaliar o percentual gasto com benefícios (pessoal e assistenciais) em relação à remuneração de pessoal e encargos patronais da folha de pagamento.



O CFC oferece benefícios voltados à saúde e ao bem-estar de seus funcionários, tais como: plano de saúde, plano odontológico, auxílio alimentação/refeição, vale-transporte, auxílio creche, auxílio educação (pós-graduação e idiomas), aumento salarial por avaliação de desempenho, treinamentos e licenças (acompanhamento médico, aniversário, casamento e falecimento). Dessa forma, o investimento realizado em 2018 perfaz 14% do total das despesas despendidas com pessoal, atingindo a meta estabelecida.

Taxa de desligamento

Objetivo: Avaliar o percentual da taxa de desligamento do quadro de funcionários.



O resultado apurado não reflete a realidade do quadro funcional do CFC, pois, durante o ano, devido à necessidade de manutenção de um quantitativo mínimo de aprendizes, foram admitidos quatro aprendizes em substituição àqueles que foram desligados em razão do término do contrato de aprendizagem ou de pedido de desligamento. Se levarmos em consideração apenas os funcionários efetivos, excluindo os aprendizes, a taxa de desligamento seria de 3% e estaria dentro da meta esperada pelo CFC neste quesito.

Principais projetos e ações

Pessoal, encargos e benefícios

Objetivo: Calcular, controlar e efetuar o pagamento das despesas (salário, encargos e benefícios) relativas aos gastos com pessoal (funcionários, cargos em comissão, aprendizes e estagiários).

Resultados:

Em 2018, o orçamento para despesas com pessoal ficou em R\$25.283.323,81. Desse valor, o CFC executou 95,61% do planejado.

O gasto total com pessoal teve um aumento de aproximadamente 9,72% em relação ao ano de 2017. Os fatores que levaram ao incremento desse gasto foram a aprovação de um novo Plano de Cargos e Salários, no qual houve a reestruturação das tabelas salariais e criação de novas gratificações, com o intuito de desenvolver novas formas de valorização da força de trabalho do CFC; e o reajuste salarial de 2% aprovado na reunião Plenária do mês de abril/2018.

Qualidade de vida no trabalho

Objetivo: Realizar exames ocupacionais com o objetivo de proporcionar redução no absenteísmo, avaliar aptidões físicas e mentais, além de evitar as implicações legais pelo não cumprimento. Proporcionar ginástica laboral a todos os funcionários, com vistas a reduzir e prevenir doenças ocupacionais, por meio de exercícios específicos, de forma a obter melhoria na qualidade de vida no trabalho.

Resultados:

1. Ginástica laboral: Atividade realizada duas vezes por semana, por aproximadamente 15 minutos.

2. Massagem expressa: Atividade realizada uma vez por semana. Em 2018, foram, aproximadamente, 1.200 atendimentos.

3. Dia Nacional da Saúde: Realizado no dia 25 de agosto, com atendimentos de quiropraxia, reflexologia podal, limpeza de pele, auriculoterapia, meditação, yoga e palestra sobre o tema "Doenças Crônicas: uma visão na fisioterapia e acupuntura".

4. Programas e relatórios: Emissão de laudos voltados ao controle e à prevenção de riscos ambientais e físicos no ambiente de trabalho, como o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO); Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA); Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT); e Análise Ergonômica do Trabalho (AET).

Prioridades estabelecidas

- Realizar o pagamento dos salários, das férias e dos benefícios no dia estabelecido, sem atrasos.

Desafios e riscos futuros

- Adequar as rotinas trabalhistas à nova metodologia do Governo para verificação do cumprimento das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas pelos órgãos públicos. A ferramenta, denominada Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), tem por objetivo padronizar a transmissão, validação, armazenamento e distribuição dessas informações.
- Os órgãos públicos têm previsão para iniciar a utilização do eSocial em janeiro de 2020. O CFC deverá criar/incentivar uma política de comunicação eficiente para que todos os fatos que interferem na folha de pagamento dos empregados/estagiários sejam registrados e enviados ao Governo dentro dos prazos estipulados.

Objetivo Estratégico 14:

Influenciar a formação das competências e das habilidades dos profissionais, fomentar programas de educação continuada e fortalecer conhecimentos técnicos e habilidades pessoais dos conselheiros e funcionários do Sistema CFC/CRCs

Vínculo com a cadeia de valor

- Gestão da Educação Continuada.



Indicadores

Participação dos profissionais da contabilidade, conselheiros e funcionários em eventos de capacitação - Educação Continuada

Objetivo: Avaliar o percentual de profissionais da contabilidade que participaram do Programa de Educação Continuada.



O Sistema CFC/CRCs tem primado, ao longo do tempo, pela política de excelência profissional. Cada vez mais arrojada, essa política busca contribuir para que os profissionais sejam mais capacitados e sintonizados com as mudanças na profissão. No exercício de 2018, o Sistema CFC/CRCs realizou:



Avaliação dos eventos – cursos, seminários, congressos, encontros, etc.

Objetivo: Avaliar o índice de satisfação dos eventos (cursos, seminários, congressos, encontros, etc.) promovidos pelo CFC.



O resultado representa o cumprimento por parte da entidade de seu papel institucional de fomentar a educação continuada no Brasil de forma efetiva, garantido qualidade e excelência. O Sistema CFC/CRCs entrega à sociedade profissionais capacitados para atuarem de forma responsável e realiza a fiscalização preventiva. Assim, o Sistema leva, primeiramente, conhecimento aos profissionais da contabilidade antes de atuar na sua punição.

Hora média de capacitação dos conselheiros

Objetivo: Avaliar o tempo médio de capacitação dos conselheiros efetivos.



Como forma de investimento em uma fiscalização preventiva e orientativa, o CFC capacita os seus conselheiros, que atuarão em seus estados como multiplicadores de conhecimento, por meio de participação em eventos/cursos/workshops.



Percentual de treinamentos realizados para funcionários atenderem às competências definidas

Objetivo: Avaliar o percentual de realização do plano anual de treinamento para os funcionários.



O CFC tem investido em atividades de treinamento, desenvolvimento e educação dos seus funcionários, por entender que a educação continuada, a profissionalização e o autodesenvolvimento são fatores essenciais à promoção de mudanças permanentes no Conselho e à melhoria dos padrões de desempenho. Para intensificar ainda mais essa premissa, o CFC inseriu em seu Plano de Cargos e Salários, em 2018, a atribuição de pontos por cursos e treinamentos realizados por cada funcionário, sem ônus para o CFC, para compor o resultado da Avaliação de Desempenho, razão pela qual a meta estabelecida foi superavitária.



Principais projetos e ações

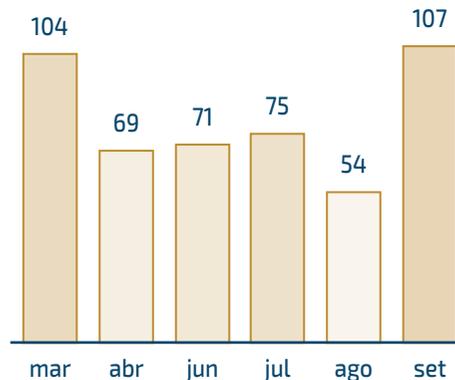
Educação Continuada – auditores, peritos e demais profissionais obrigados

Objetivo: Definir ações para o desenvolvimento, viabilização, controle e fiscalização do Programa de Educação Profissional Continuada.

Resultados:

Conforme disposto na NBC PG 12 (R3), a Comissão de Educação Profissional Continuada CEPC-CFC realizou seis reuniões durante o exercício de 2018, resultando na análise dos seguintes processos:

Quantidade de Processos Julgados



Nas reuniões realizadas, foram julgadas as seguintes atividades:

Atividades julgadas

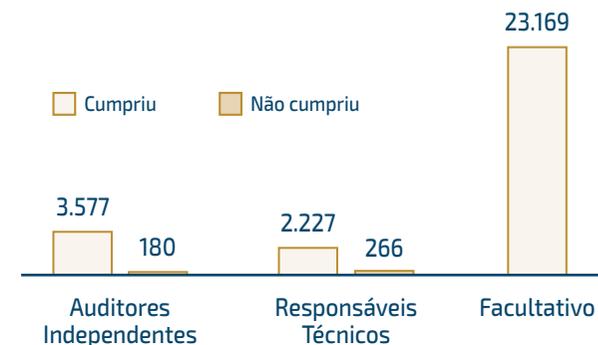


A estimativa é que **40 mil** profissionais prestem contas ao Programa, referente às atividades realizadas em 2018.



Com relação aos profissionais que cumpriram o Programa de Educação Profissional Continuada no exercício 2018/2017, obtivemos os seguintes resultados:

Prestação de contas 2018/2017



Alteração da NBC PG 12 (R3) para aplicação aos profissionais obrigados ao cumprimento do Programa de Educação Profissional Continuada. A norma passa a vigorar a partir de janeiro de 2019, com destaque, dentre outros, para a inclusão de novos grupos obrigados (responsáveis técnicos pelas empresas com receita bruta total igual ou superior a R\$78 milhões).

Excelência na Contabilidade - Cursos de Pós-Graduação *Lato e Stricto Sensu*

Objetivo: Fomentar a formação de mestres e doutores para o desenvolvimento da Ciência Contábil, com o objetivo de difundir conhecimentos por meio de reflexão e análises críticas renovadas, visando à melhoria do ensino de graduação da contabilidade.

Resultados:

- Foi elaborada e aprovada a Resolução CFC n.º 1.547/2018, que institui o Programa Excelência na Contabilidade e define condições e critérios para solicitação de apoio institucional e financeiro ao CFC para a realização de cursos de Pós-Graduação *stricto sensu*.
- Foram realizadas subvenções aos CRCs por meio de apoio à realização de cursos de mestrado, de acordo com Termos de Cooperação em vigor:



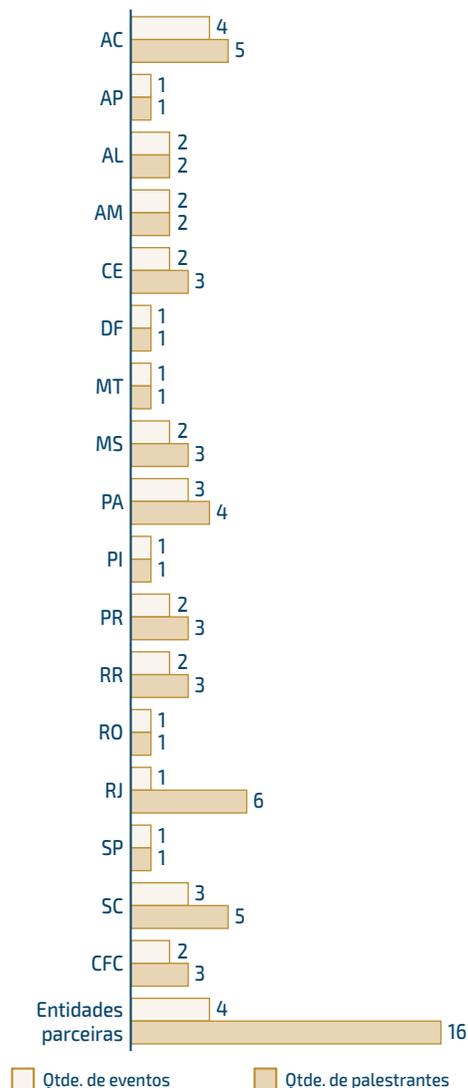
Apoio à realização de eventos da área contábil

Objetivo: Propiciar o desenvolvimento do Programa de Educação Continuada, apoiando a realização de eventos e cursos, com temas voltados à legislação profissional, à técnica e à modernização do exercício da profissão, de forma a capacitar o profissional da contabilidade para o eficiente desempenho de suas atividades.

Resultados:

Em 2018, foram concedidos 35 apoios a eventos de interesse da classe contábil por meio do custeio das despesas com diárias e passagens para palestrantes, conforme o gráfico:

Eventos apoiados com o custeio de passagens e diárias de palestrantes



Apoio à produção técnico-científica da área contábil

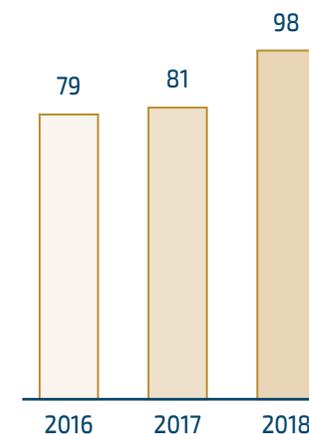
Objetivo: O Prêmio Olivio Koliver, instituído pelo CFC, é promovido pela Revista Brasileira de Contabilidade (RBC) e tem por finalidade estimular a produção de pesquisas técnicas e científicas na área contábil. Além disso, visa prestar homenagem à memória de um dos maiores expoentes da Contabilidade brasileira, o contador Dr. Olivio Koliver, falecido em 2009.



Resultados:

- Concessão do prêmio ao artigo intitulado "O que pensam os reguladores sobre as diferenças da contabilidade societária e regulatória no setor elétrico no Brasil após a emissão da OCPC 08", de autoria da contadora e mestranda em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Raquel Damacena Ribeiro, junto com o professor da mesma universidade, Doutor Adolfo Henrique Coutinho e Silva, veiculado na edição 224 da Revista Brasileira de Contabilidade (RBC), referente aos meses de março-abril de 2017.
- Houve um aumento na quantidade de artigos submetidos.

Artigos recebidos



Comitê Administrador do Programa de Revisão Externa de Qualidade (CRE)

Objetivo: Acompanhar, por meio da revisão externa de qualidade, o desempenho da auditoria independente no âmbito da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Banco Central do Brasil (BCB) e Superintendência de Seguros Privados (Susep), aplicando-se, exclusivamente, aos auditores que exercem a atividade de Auditoria Independente com cadastro na CVM e no CNAI.

Resultados:

Em 2018, foram realizadas 143 revisões por pares, sendo 41 processos baixados em diligência para verificação do Grupo Assessor, conforme informações a seguir:

Dados do programa CRE – 2018	
Total de empresas selecionadas em 2018	143
Exclusões	36
Registros cancelados	16
Revisado não indicou	13
Revisado indicou mas não contratou	02
Indicação revisado rejeitada	01
Processos aguardando recurso TSED	04
Total de processos aptos à análise	107

Comparativo dos programas de 2017 e 2018

	2017	2018
Total de revisões aptas	116	107
Processos analisados	116	104
% Processos analisados	100%	97%
Sem ressalva / sem recomendação	7 (6%)	3 (1,7%)
Sem ressalva / com recomendação	44 (37,9%)	33 (30,8%)
Com ressalva / com recomendação	38 (32,7%)	28 (26,1%)
Com abstenção de opinião	3 (2,5%)	3 (1,7%)
Com parecer adverso	5 (4,3%)	5 (4,6%)
Não aprovados	9 (13,7%)	31 (28,9%)

Fonte: CRE

Quanto aos treinamentos dos revisores, foram realizados 11 capacitações nos estados de SP, RJ, MG, PE, CE, DF, GO, RS e PR, tendo como principal escopo a adequação dos procedimentos em função dos problemas identificados nas diligências e análise das revisões do exercício anterior.

Prioridades estabelecidas

- Alterar a NBC PG 12 (R3) para inclusão de novos grupos obrigados.
- Publicar nova resolução que trata da concessão de apoio financeiro para a realização de cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Contabilidade.
- Adequar os relatórios de revisão aos modelos utilizados pelo *Public Company Accounting Oversight Board* (PCAOB, sigla em inglês).

Desafios e riscos futuros

- Implementar o novo Sistema *Web* para o Programa EPC.
- Publicar os relatórios de revisão.

Objetivo Estratégico 15:

Assegurar adequada infraestrutura e suporte logístico às necessidades do Sistema CFC/CRCs

Vínculo com a cadeia de valor

- Sustentabilidade.



R\$ 14.469.249,76

Investimento total

Indicadores

CFC não vincula nenhum dos indicadores criados a esse objetivo.

Principais projetos e ações

Modernização e manutenção da estrutura física

Objetivo: Garantir a manutenção física e a conservação preventiva e corretiva das edificações, instalações e equipamentos de infraestrutura predial. Garantir a segurança da edificação, do acervo e das instalações, bem como dos usuários. Melhorar a qualidade e eficiência funcional do edifício, alinhadas às metas de sustentabilidade ambiental e acessibilidade.

Resultados: Das 18 contratações previstas para 2018, foram realizadas 16, incluindo serviços de segurança, água, energia, seguro e outros necessários à manutenção preventiva e corretiva da estrutura predial do CFC. Assim sendo, foram concluídas 89% das contratações contidas no plano de contratação.

Apoio financeiro do CFC aos CRCs – despesas de capital

Objetivo: Subsidiar os CRCs, com recursos financeiros, no processo de aquisição, ampliação ou construção de sede própria, na renovação da frota dos veículos da fiscalização que estão depreciados e na renovação de mobiliário para melhor atender aos profissionais da contabilidade e à sociedade em geral.

Resultados: Foram contemplados 7 (sete) CRCs (CE, GO, PI, RO, RR, SE e TO) para a reforma e ampliação de sede e aquisição de equipamentos e de mobiliário, investindo mais de R\$2.800.000,00, conforme descrição abaixo:

Valor repassado aos CRCs no exercício de 2018 Participações do CFC		
CRC	Descrição	Valor Repassado (R\$)
CE	Reforma e ampliação da sede do Regional	674.615,11
GO	Aquisição de cápsulas de elevador	42.400,00
PI	Aquisição de ar condicionado	141.413,40
RO	Reforma da subsede de Ariquemes	140.290,35
	Reforma da sede do Regional, localizado em Porto Velho (RO) - 1ª, 2ª e 3ª medições	220.621,21
	Reforma da sede do Regional – 4ª medição	59.061,65
RR	Aquisição de móveis e arquivos deslizantes para a sede e Subsede de Ariquemes	155.647,40
	Aquisição de central telefônica - PABX	11.401,46
SE	Aquisição de móveis de sede	14.055,00
	Reforma e ampliação da sede do Regional	821.996,56
TO	Repasse de recurso para impermeabilização do telhado	14.500,00
	Reforma e ampliação de sede (construção do auditório)	337.539,25
	Aquisição de mobiliário	165.160,85
Valor Total (R\$)		2.798.702,24

Resultados: Foram atendidos 2 (dois) CRCs (BA e RS) para a aquisição de sede, investindo R\$7.500.000,00, conforme abaixo:

Valor repassado aos CRCs no exercício de 2018 Participações do CFC		
CRC	Descrição	Valor Repassado (R\$)
BA	Aquisição de nova sede (participação do CFC) – remessa valor parcial	1.500.000,00
RS	Aquisição de nova sede (participação do CFC) – remessa valor parcial	6.000.000,00
Valor Total (R\$)		7.500.000,00

Resultados: Foram atendidos 2 (dois) CRCs – (MG e PI) para a renovação da frota de veículos, investindo em torno de R\$280.000,00, conforme abaixo:

Valor repassado aos CRCs no exercício de 2018 Participações do CFC		
CRC	Descrição	Valor Repassado (R\$)
MG	Aquisição de 2 (dois) veículos	7.931,12
	Aquisição de um veículo 1.6	7.980,00
PI	Aquisição de três veículos, sendo um deles caminhonete e dois sedans	264.690,00
Valor Total (R\$)		280.601,12

Apoio financeiro do CFC aos CRCs – despesas correntes

Objetivo: Apoiar os CRCs que, durante o exercício, demonstrem a necessidade de aporte financeiro para cumprimento de suas finalidades institucionais.

Resultados: O CFC concedeu apoio a quatro Conselhos Regionais (AC, AP, RN, RR) para complementar as disponibilidades financeiras para pagamento de Despesas de Custeio, conforme descrição a seguir:

Valor repassado aos CRCs no exercício de 2018		
CRC	Descrição	Valor Repassado (R\$)
AC	Auxílio para atender despesas operacionais	60.000,00
AP	Auxílio para atender despesas operacionais	108.000,00
RN	Auxílio para atender despesas operacionais	210.000,00
RR	Auxílio para atender despesas operacionais	94.350,00
Valor Total (R\$)		472.350,00

Prioridades estabelecidas

- Proceder às contratações referentes à infraestrutura predial do Conselho Federal de Contabilidade, tendo em vista a necessidade imprescindível desses contratos para continuidade dos serviços prestados pelo CFC.
- Atender ao planejamento de reembolsos para subsidiar os investimentos realizados pelos CRCs.

Desafios e riscos futuros

- Implementar correta aplicação da IN 05/2017 do Ministério do Planejamento, uma vez que traça novas diretrizes para contratação de serviços terceirizados.
- Atender a todas as solicitações dos CRCs dentro do prazo estabelecido.



Alocação de Recursos e Áreas Especiais de Gestão

Declaração do Vice-Presidente Administrativo, Sergio Faraco

A Vice-Presidência Administrativa integra a estrutura dos órgãos executivos vinculados à Presidência do Conselho Federal de Contabilidade, conforme dispõe a Resolução CFC n.º 1.458/2013, e alterações, que aprova o Regimento Interno do CFC. As suas competências regimentais fundamentam a definição das diretrizes inseridas no Planejamento Estratégico e se relacionam aos processos de infraestrutura; gestão do conhecimento; gestão de pessoas; tecnologia e inovação; e financeira.

As funções desempenhadas pela Vice-Presidência se relacionam à organização institucional, planejamento e orçamento, administração financeira, contabilidade, administração de recursos humanos, licitação e contratos, gestão de pessoas, almoxarifado e patrimônio, serviços gerais, gestão de documentos e de suporte logístico, sujeitando-se à supervisão técnica do Controle Interno do CFC.

Além disso, tem a competência de planejar, coordenar, apoiar e supervisionar as atividades relacionadas às funções citadas acima; exercer papel articulador com as demais Vice-Presidências, que compõem os órgãos executivos, no processo de elaboração e acompanhamento da execução das atividades e dos projetos vinculados ao Plano de Trabalho Anual (PTA) e à Proposta Orçamentária do CFC.

O acompanhamento da execução dos projetos e atividades é uma etapa essencial para a consecução dos resultados da gestão e contribui para a realização das metas declaradas nos planos, além de auxiliar a tomada de decisão de forma tempestiva, facilitar a cooperação, a articulação e a integração entre as áreas do Conselho e, até mesmo, com órgãos externos, identificar neces-

sidades de ajustes e revisões dos planos, melhorando a gestão, e favorecer a prestação de contas.

Em 2018, foram inseridos no PTA 65 atividades e/ou projetos, para atender às necessidades dos 5 programas que resumem as atividades-fins e meio do CFC. Dessas atividades e/ou projetos, dois foram suspensos, totalizando a proposta orçamentária em R\$74.656.700,00.

Ressalta-se que a elaboração da proposta orçamentária considerou as despesas fixas destinadas à execução dos serviços e à manutenção da entidade e buscou atender às estimativas de gastos de projetos discricionários presentes no PTA. Portanto, os gastos foram fixados de acordo com sua relevância e grau de prioridade, conforme descrito a seguir:

- **Despesas Obrigatórias:** definidas pelo caráter continuado e imprescindíveis para a realização das premissas fundamentais, que representam para a entidade como uma obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios (Despesas de pessoal e encargos sociais; Despesas com projetos/atividades de Registro, Fiscalização, Educação Continuada e edição de normas; Despesas contratuais e mobiliárias; e Despesas com sentenças judiciais e indenizações trabalhistas transitadas em julgado).
- **Despesas Discricionárias:** definidas como continuidade de atividades e objetivos em destaque por não constituírem obrigações legais e nas quais o gestor tem uma maior liberdade para a decisão de aplicação (por exemplo: despesas com promoção de eventos para os profissionais da área contábil e auxílios aos CRCs).



A restrição orçamentária se constitui em um grande desafio da gestão administrativa do CFC, principalmente em razão da crise econômica que o Brasil vem enfrentando e que tem contribuído para o aumento do desemprego. Como consequência desse cenário, temos o aumento no número de pedidos de baixa de registros, aumento do percentual de inadimplência dos profissionais da contabilidade pelo não pagamento das anuidades e redução do número de solicitações de registros profissionais, fatores que interferem diretamente na arrecadação de recursos.

Tal cenário exigiu readequações das programações e enseja constantes ajustes para o aprimoramento dos procedimentos de gestão orçamentária e financeira no sentido de elevar a produtividade e a efetividade dos recursos empregados, sem comprometer a qualidade da prestação de serviços à classe contábil e à sociedade.

Com relação à gestão de pessoas, a reposição da força de trabalho também se encontra entre os grandes desafios da administração, em razão da dificuldade de realização de concurso público para admissão de pessoal frente a indefinição do Supremo Tribunal Federal acerca do regime jurídico – estatutário ou celetista – que deve ser adotado para os empregados dos conselhos profissionais. Essa situação, em curto prazo, impactará negativamente a execução das atividades finalísticas e de apoio, caso não ocorra a reposição de pessoal de forma tempestiva.

Principais ações desenvolvidas para o cumprimento dos Objetivos Estratégicos vinculados à Vice-Presidência administrativa:

- i. atualização do plano de cargos e salários dos empregados do CFC;
- ii. certificação de novos processos na norma ISO 9001:2015;
- iii. mapeamento e gerenciamento de riscos das áreas administrativas;
- iv. implantação do plano anual de contratações;
- v. implantação do SEI;
- vi. ampliação do projeto de treinamento e capacitação de empregados, especialmente em temas relacionados a licitação e contratos.

Para o próximo exercício, com base na análise dos contextos interno e externo e em consonância com as diretrizes estratégicas, estão previstas ações para fortalecer a gestão de pessoas; fortalecer as práticas de governança e *compliance*; e assegurar adequada infraestrutura predial e de tecnologia da informação.

A conformidade e a confiabilidade do conteúdo contido neste capítulo encontram-se fundamentadas em informações extraídas dos principais sistemas informatizados do Conselho (contabilidade e orçamento, pagamentos, diárias e passagens, folha de pagamento, plano de trabalho, bens patrimoniais e almoxarifado, etc.) e foram atestadas pelos gestores das áreas responsáveis na elaboração deste Relatório de Gestão 2018.

Concluindo, DECLARO que os padrões de gestão do Conselho Federal de Contabilidade atendem aos requisitos de conformidade e confiabilidade das informações prestadas neste capítulo.


Contador Sergio Faraco

Vice-Presidente Administrativo do CFC

Gestão Orçamentária e Financeira

O orçamento para o exercício de 2018 foi estimado em R\$74.656.700,00, aprovado por meio da Resolução CFC n.º 1.535/2017, subdividido em Objetivos Estratégicos, Programas, Projetos e Atividades.



Execução Orçamentária

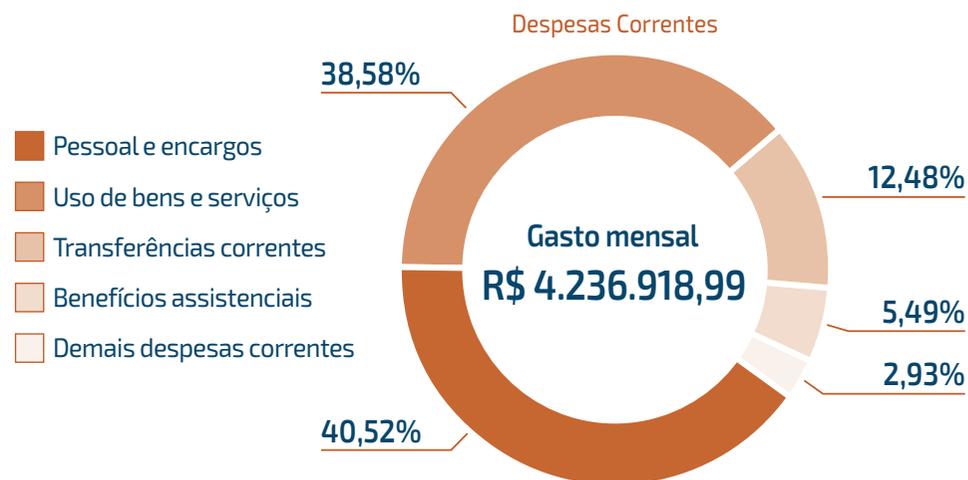
Em 2018, o CFC arrecadou R\$71.644.791,21, sendo essa arrecadação equivalente a 95,97% da receita prevista. As despesas executadas compreenderam o valor de R\$63.394.466,60, e esse valor foi equivalente a 77,74% do valor estimado na proposta orçamentária. Como resultado obtivemos um superávit orçamentário de R\$ 8.250.324,61

Principais agregados da despesa

Em 2018, as despesas executadas pelo CFC totalizaram R\$63.394.466,60, sendo a maior parte direcionada ao atendimento do programa finalístico Gestão de Fiscalização.

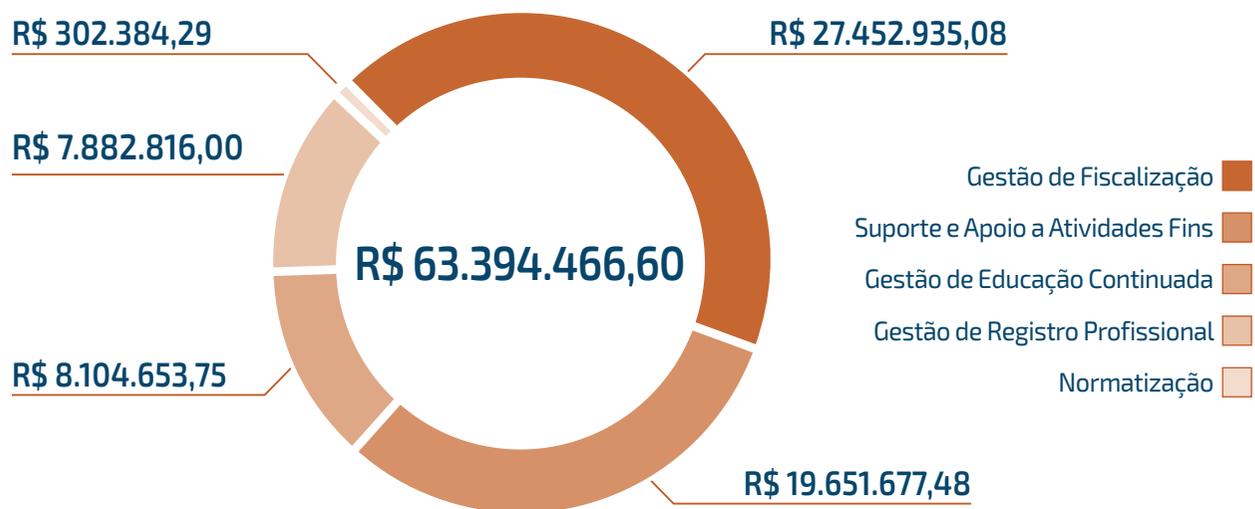
Em 2018, as despesas executadas representaram **88,48%** do montante arrecadado

As despesas correntes representaram cerca de 80% da despesa total e apresentaram uma média de gasto mensal de, aproximadamente, R\$4.236.918,99, sendo as de maior relevância descritas no gráfico ao lado:



Uso de Bens e Serviços

- Os serviços se referem a contratações necessárias ao funcionamento do CFC: 30,94%.
- O material de consumo se refere aos bens adquiridos para almoxarifado e consumo nas atividades do órgão: 1,28%.



R\$ mil

DESPESAS CORRENTES						
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		Valores Pagos	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
1. Despesas de Pessoal	23.394	21.192	23.394	21.192	22.818	18.449
Remuneração de Pessoal	15.827	14.175	15.827	14.175	15.793	12.483
Encargos Patronais	4.776	4.293	4.776	4.293	4.363	3.376
Benefícios a Pessoal	2.791	2.723	2.791	2.723	2.662	2.590
2. Uso de Bens e Serviços	19.614	16.930	19.615	16.930	19.186	16.075
Material de Consumo	812	1.134	812	1.134	769	1.126
Serviços	10.298	10.431	10.298	10.431	9.937	9.584
Diárias	4.399	3.019	4.400	3.019	4.400	3.019
Passagens	4.052	2.173	4.052	2.173	4.028	2.173
Demais elementos do grupo	52	172	52	172	52	172
3. Financeiras	313	162	313	162	313	162
Juros e Enc. s/ Empréstimos	-	-	-	-	-	-
Serviços Bancários	313	162	313	162	313	162
4. Outras Despesas Correntes	7.522	5.129	7.522	5.129	7.335	4.351
Subvenções	6.347	4.177	6.347	4.177	6.178	4.177
Tributárias	968	862	968	862	949	83
Demais elementos do grupo	208	91	208	91	208	91
DESPESAS CORRENTES	50.843	43.412	50.844	43.412	49.653	39.036

DESPESAS DE CAPITAL						
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		Valores Pagos	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
5. Investimentos	1.687	1.358	1.687	1.358	1.687	1.174
Equipamentos e Material Permanentes	610	386	610	386	610	386
Intangível	1.076	972	1.076	972	1.076	788
6. Empréstimos Concedidos	8.810	1.490	8.810	1.490	8.751	1.399
Empréstimos p/ Aquis. Const e Reforma	8.810	1.490	8.810	1.490	8.751	1.399
7. Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
8. Outras Despesas de Capital	2.055	1.534	2.055	1.534	1.701	1.336
Transferência de Capital	2.055	1.534	2.055	1.534	1.701	1.336
9. Reserva de Contingencia	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	12.551	4.381	12.551	4.381	12.138	3.909
TOTAL GERAL	63.394	47.794	63.395	47.794	61.791	42.945

As despesas de capital dividem-se em: investimentos em imobilizado e intangível e empréstimos e transferências aos Conselhos Regionais de Contabilidade. Os itens de destaque nesse quesito foram:



R\$ 610 mil
em aquisição de imobilizados



R\$ 1.076 mil
alocados para desenvolvimento/aquisição de softwares, visando à modernização das ferramentas tecnológicas do Conselho

Controle Orçamentário

O CFC cumpriu o princípio do Equilíbrio ao não gastar mais do que arrecada, mantendo a despesa corrente menor do que a receita corrente. Esse fato viabiliza a perenidade das atividades, além de garantir condições financeiras de realizar investimentos na entidade.

Medidas Mitigadoras

Durante o exercício, foram adotadas diversas medidas de contenção de gastos, exemplificadas a seguir:

- Não renovação da frota de veículos.
- Suspensão do concurso público para contratação de pessoal.
- Suspensão do processo de reforma predial.

Desafios e Ações Futuras

- Manter o bom funcionamento da estrutura do CFC, mesmo com o cenário econômico instável.
- Desenvolver meios de atingir os resultados, minimizando o consumo de recursos, principalmente em relação às ferramentas de tecnologia.
- Obter melhorias que sejam refletidas em todo o Sistema CFC/CRCs.
- Aprimorar os sistemas de informática disponíveis.
- Adotar processos digitais através do SEI.
- Treinar a equipe de trabalho para a melhor utilização dos recursos disponíveis.
- Melhorar o mapeamento dos recursos disponíveis e suas alocações.
- Divulgar os resultados orçamentários e financeiros alcançados para tomada de decisão.

Gestão de Pessoas

Política de Gestão de Pessoas

A política de gestão de pessoas praticada pelo CFC é pautada nas diretrizes institucionais e desenvolvida por meio de uma série de ações específicas na área de recursos humanos, voltadas à valorização do seu corpo funcional. Tem como finalidade motivar e comprometer os funcionários com os resultados operacionais da unidade de trabalho e, consequentemente, com os Objetivos Estratégicos da organização.

A política fundamenta-se em questões como: desenvolvimento profissional, gestão participativa, remuneração, avaliação de desempenho, benefícios praticados no mercado, qualidade de vida e compromisso com a inclusão social.

Conformidade Legal

Para assegurar a conformidade da gestão de pessoal, o CFC observa o conjunto de regras e diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal e órgãos de controle, conforme a seguir:

- Constituição Federal.
- Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), DL n.º 5.452/1943, Lei n.º 13.467/2017.
- Lei n.º 6.019/1974.
- Leis n.º 8.036/1990 e 8.212/1991.
- Resolução CFC n.º 1.536/2017 que aprova o Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCS), com alterações pela Resolução n.º 1538/2018.
- Lei n.º 11.788/2008.

- Portaria CFC n.º 226/2014, que aprova o Manual de Políticas do CFC e mostra a preocupação do CFC em se adequar a legislação referente às novas relações de trabalho e demais normas relativas à gestão de pessoas.

Indicadores de Conformidade

A avaliação da conformidade nos processos de Gestão de Pessoas do CFC é realizada por meio de indicadores, que permitem medir o grau de satisfação dos funcionários com relação à infraestrutura e ações desenvolvidas pelo Conselho em prol do corpo funcional. Além disso, os departamentos de Gestão de Pessoas são responsáveis pela observância às normas e ao cumprimento dos seguintes tópicos:

- Procedimentos específicos para gestão de pessoas, estabelecidos pela política da qualidade e certificados pela Norma ISO 9001:2015.
- Acompanhamento diário de informativos que tratam das legislações trabalhistas.
- Acompanhamento e controle do registro e justificativa de ponto dos colaboradores.
- Acompanhamento de concessões, licenças e benefícios.
- Controle e acompanhamento da entrega relativa à acumulação, ou não, de cargos, função ou emprego em entidades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, fundações, empresas públicas e sociedade de economia mista.
- Auditoria da ISO e CCI, com relação ao processamento da folha de pagamento e desligamento de empregados/estagiários do quadro de pessoal.

Avaliação da Força de Trabalho

Composição do Quadro de Colaboradores



1 Os aprendizes fazem parte do quadro de funcionários efetivos do CFC.
2 limpeza e conservação, segurança, brigada de incêndio, apoio administrativo e suporte em tecnologia da informação

Em dezembro/2018, a força de trabalho do CFC estava assim distribuída:

Funcionários efetivos	Faixa salarial	
	Faixa salarial	Cargos Comissionados
18	Até R\$ 3.500,00	0
32	De R\$ 3.500,01 a R\$ 7.000,00	4
34	De R\$ 7.000,01 a R\$ 10.500,00	0
32	Acima de R\$ 10.500,00	0
116	Total	4

Carga Horária	Bolsa auxílio dos estagiários	
	Valor	Quantidade
4 horas diárias	R\$ 488,12	21
5 horas diárias	R\$ 608,41	5
6 horas diárias	R\$ 729,86	7
Total		33

Representatividade por gênero		
♀		♂
61	Funcionários efetivos	55
4	Cargos Comissionados	-
18	Estagiários	15
83	Total	70

Representatividade por cargo e gênero		
♀		♂
3	Auxiliar Operacional	2
2	Técnico Operacional	3
30	Técnico Administrativo	19
4	Assistente Técnico	5
18	Analista	20
1	Procurador Jurídico	5
4	Assessor	0
3	Aprendiz	1
65	Total	55

Representatividade por etnia

	Parda	Branca	Negra	Indígena
Funcionários efetivos	68	43	5	0
Cargos Comissionados	1	2	1	0
Estagiários	13	10	9	1
Total	82	55	15	1

Representatividade por faixa etária

	Millennials Até 21 anos	Geração Y entre 22 e 36 anos	Geração X entre 37 e 51 anos	Baby boomers acima de 51 anos
Funcionários efetivos	4	36	56	20
Cargos Comissionados	0	3	1	0
Estagiários	18	15	0	0
Total	22	54	57	20

Representatividade por área de trabalho

Área de Trabalho	Funcionários efetivos	Cargos Comissionados	Estagiários
Diretoria Executiva	38	3	12
Vice-Presidência Administrativa	38	-	10
Vice-Presidência de Controle Interno	8	-	1
Vice-Presidência de Desenvolvimento Operacional	5	-	1
Vice-Presidência de Desenvolvimento Profissional	6	-	4
Vice-Presidência de Fiscalização, Ética e Disciplina	9	-	1
Vice-Presidência de Política Institucional	1	1	1
Vice-Presidência de Registro	4	-	2
Vice-Presidência Técnica	7	-	1
Total	116	4	33

Estratégia de Recrutamento e Alocação de Pessoas

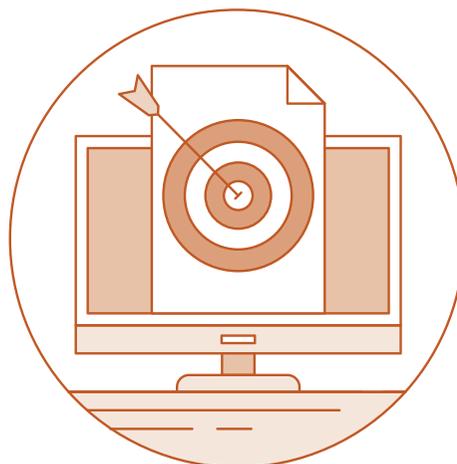
A admissão de empregados ao quadro do CFC é precedida de Concurso Público, que deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade, constan-

tes no Art. 37 da Constituição Federal. Exce- tuam-se dessa disposição os empregos aqui definidos como de Provimento em Comissão, os quais são de livre contratação e extinção.

Os cargos são distribuídos em níveis Superior, Médio e Fundamental, delineados a partir de atividades características de subsistemas e processos típicos do CFC, englobando grande número de funções afins, estruturados em classes, segundo a maturidade e as competências necessárias.

As descrições componentes do cargo têm o objetivo de definir as relações de competência, atribuições, requisitos essenciais e responsabilidades necessários para o desempenho das atividades do CFC.

Para a realização de concurso, são considera- dos fatores como: desligamentos de emprega- dos; dimensionamento da força de trabalho; complexidade da estrutura do CFC; disponibi- lidade orçamentária e financeira; e projeções futuras do quadro de pessoal.



Detalhamento da Despesa de Pessoal

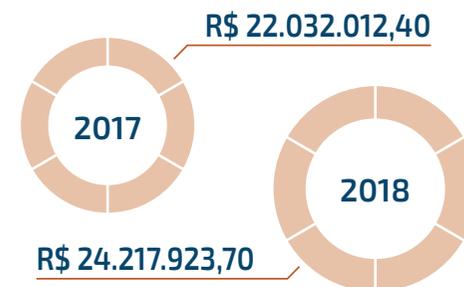
O montante gasto com despesas de pessoal no exercício de 2018 foi de R\$24.172.501,90, sendo distribuído da seguinte forma:



O gasto com pessoal teve um aumento de 9,72% em relação ao ano de 2017. Os fatores que levaram ao incremento desse gasto foram:

- A aprovação de um novo Plano de Cargos e Salários, no qual houve uma reestruturação das tabelas salariais.
- A criação de novas gratificações, visando à valorização da força de trabalho do CFC.
- O reajuste salarial de 2% aprovado na reunião Plenária do mês de abril/2018.

Comparativo do gasto com pessoal



Avaliação de Desempenho, Remuneração e Meritocracia

Avaliação de Desempenho

- Avaliar desempenho implica a atribuição de juízo de valor sobre o conjunto de competências necessário ao bom exercício de determinado cargo. Consiste na identificação de informações válidas, precisas e sistemáticas acerca do quanto o desempenho do indivíduo está de acordo com o esperado para seu cargo. Em linhas gerais, a Avaliação de Desempenho é o processo de comparação entre o resultado efetivo e o resultado esperado de acordo com critérios e medidas preestabelecidas.
- As competências representam a combinação de conhecimentos, habilidades e atitudes aplicadas a uma determinada atividade ou função. De forma simplificada, seguem conceitos constitutivos da competência:
 - Conhecimento:** refere-se ao saber o que fazer.
 - Habilidade:** refere-se ao saber como fazer.
 - Atitude:** refere-se ao querer fazer.
- A Avaliação de Desempenho objetiva promover a melhoria da qualificação dos serviços e subsidiar a política de gestão de pessoas, principalmente quanto à capacitação, ao desenvolvimento no cargo, à remuneração e à movimentação de pessoal.
- Deve ser utilizada como ferramenta de controle, alinhando a ação dos empregados aos objetivos pretendidos pelo CFC. O enfoque da Avaliação de Desempenho é garantir que o trabalho individual esteja em conformidade com o que a entidade espera em termos de realização.

Progressão Funcional

Plano de Cargos e Salários (PCS)

Aprovado pela Resolução CFC n.º 1.536/2017, com alterações pela Resolução n.º 1538/2018, estabelece uma política salarial que permite a ascensão profissional dos empregados, de acordo com suas aptidões e desempenho, e contribui para o desenvolvimento da política de recursos humanos. Com uma nova metodologia, mediante a utilização de múltiplas fontes e o estabelecimento de metas a serem atingidas, o PCS pretende ser a resposta eficaz ao pleno emprego e à satisfação profissional do corpo funcional.

Progressão Funcional

Em janeiro de 2019, iniciará o processo de progressão funcional com a participação de todos os empregados ativos que não se encontram no topo do cargo, os quais serão submetidos à avaliação de desempenho. Esse processo é definido da seguinte forma:

- Progressão Horizontal por Merecimento:** decorre de forma sequencial, nível a nível, até atingir o limite do cargo em que está enquadrado. Ocorre anualmente, no mês de março, mediante aprovação em Avaliação de Desempenho aplicada pelo CFC.
- Progressão Horizontal por Antiguidade:** decorre de forma sequencial, nível a nível, até atingir o limite do cargo em que está enquadrado. Ocorre a cada três anos, no mês de março, caso o empregado não tenha progredido por merecimento nesse mesmo período.

Avaliação de Desempenho – Contrato de Experiência

A descrição funcional é especificada no Plano de cargos e salários (PCS) do CFC, em que são identificados os requisitos e competência necessários à função. Como forma de avaliar tais requisitos e competências, é realizada a avaliação de desempenho dos funcionários em contrato de experiência.

Durante o período do contrato de experiência, os funcionários são avaliados quanto à sua aptidão e capacidade para desempenho do cargo, observando-se os seguintes critérios: assiduidade, disciplina, iniciativa, produtividade, responsabilidade e relacionamento interpessoal. As avaliações devem ser realizadas pelo gestor imediato do funcionário em até 60 dias após a admissão e, caso necessário, outra avaliação será realizada em até 30 dias, totalizando 90 dias da data de admissão.

Tabela de remuneração

Auxiliar Operacional	R\$ 1.986,42*
Técnico Operacional	R\$ 2.939,41*
Técnico Administrativo	R\$ 3.240,46*
Assistente Técnico	R\$ 5.346,60*
Analista	R\$ 7.788,98*
Procurador Jurídico	R\$ 9.754,30*

* Salário inicial do cargo.

Cargos Gerenciais Ocupados por Empregados Efetivos

Os cargos gerenciais também foram aprovados pela Resolução CFC n.º 1.536/2017, sendo distribuídos da seguinte forma: 100% dos cargos de chefia, gerência e coordenação são ocupados por empregados efetivos.

Qualidade de Vida no Trabalho

Foram realizadas algumas ações voltadas à qualidade de vida no trabalho, as quais contribuíram para a manutenção de um ambiente de trabalho harmônico e saudável, favorecendo o bem-estar e a produtividade da coletividade organizacional.

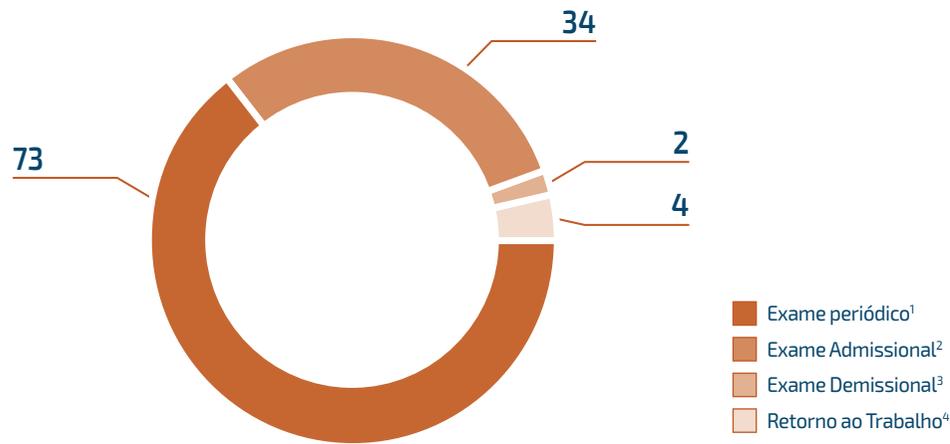
Tipo	Atividades Realizadas
Ginástica Laboral	96
Massagem Expressa	1.200 atendimentos
Palestras de prevenção à saúde e bem-estar	<ul style="list-style-type: none">Prevenção ao suicídio."Doenças Crônicas: uma visão na fisioterapia e acupuntura"
Dia Nacional da Saúde	Quiropraxia, reflexologia podal, limpeza de pele, auriculoterapia, meditação, yoga
Bazar Natalino	Com a participação de todos os colaboradores

Segurança e Medicina no Trabalho

Visando proporcionar a qualidade e a segurança no trabalho dos seus colaboradores, o CFC adota programas para prevenir acidentes no trabalho e proteger a integridade dos seus colaboradores, tais como:

- Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO);
- Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA);
- Laudos Técnicos das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT);
- Análise Ergonômica do Trabalho (AET);
- Disponibilização de equipe de brigada civil.

Exames realizados em 2018



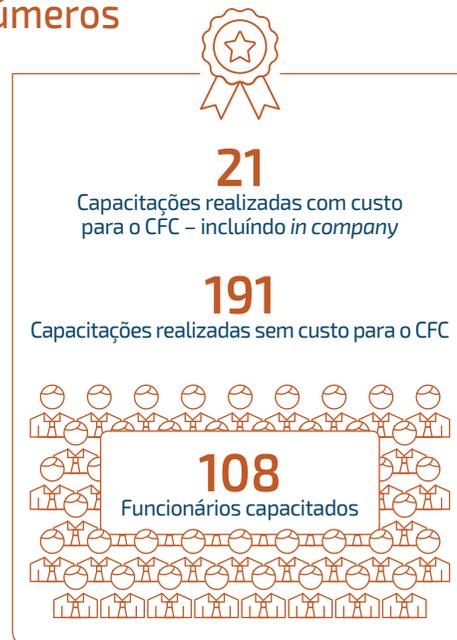
1 Exames periódicos: realizados para funcionários, estagiários e aprendizes.
 2 Exames admissionais realizados nas seguintes contratações: estagiários e assessores especiais.
 3 Exames demissionais realizados para um funcionário por desligamento compulsório e um aprendiz.
 4 Exames de retorno ao trabalho realizados por dois funcionários por motivo de doença e duas funcionárias que retornaram de licença maternidade.

Capacitação: estratégia e números

O CFC implementou processo integrado e sistemático de treinamento, desenvolvimento e aperfeiçoamento dos seus funcionários, visando à melhoria no desempenho e produtividade, à preparação para o exercício de novas funções ou atividades, à atualização ou adequação à legislação e à adaptação a novas tecnologias ou tecnologias já utilizadas, garantindo a competência necessária à condução das atividades.

A capacitação dos funcionários acontece por meio de treinamentos internos, cursos ofertados pelo mercado ou por instituições públicas parceiras, oferecidos nas modalidades "presencial" e "a distância".

O CFC investiu **R\$267.615,75** em cursos, treinamentos e capacitação funcional, totalizando **212 eventos** com a participação de **90%** do corpo funcional



Incentivo à profissionalização e aperfeiçoamento

Com o objetivo de aumentar o nível de conhecimento e melhorar a qualidade do trabalho desenvolvido pelos funcionários, o CFC oferece subsídio para a realização de cursos de pós-graduação e de idiomas (inglês e espanhol).

Em 2018:



Principais desafios e ações futuras



Um dos principais desafios para a área de gestão de pessoas consiste na adequação das rotinas trabalhistas à nova metodologia do Governo para verificação do cumprimento das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas pelos órgãos públicos. Essa ferramenta é denominada Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), que tem por objetivo padronizar a transmissão, validação, armazenamento e distribuição dessas informações.

Os órgãos públicos têm previsão para iniciar a utilização do eSocial em janeiro/2020. Nesse sentido, o Conselho Federal de Contabilidade deverá criar/incentivar uma política de comunicação eficiente para que todos os fatos que interferem na folha de pagamento dos empregados/estagiários sejam registrados e enviados ao Governo dentro dos prazos estipulados.

Além da implantação do eSocial, outros desafios identificados na área de gestão de pessoas precisam ser superados em 2019, a saber:

- Revisão e atualização do Manual de Políticas de Pessoas para adequá-lo aos normativos em vigor, bem como ao Código de Conduta do Sistema CFC/CRCs, à política de gestão de riscos, à política de integridade, à política de governança e ao plano de cargos e salários.
- Desenvolvimento de projeto para avaliar a viabilidade de investir em sistema informatizado de Gestão de Recursos Humanos com a integração dos módulos: folha de pagamento – eSocial, controle do ponto, segurança e medicina do trabalho, treinamentos, avaliação de desempenho, concessão de benefícios e portal recursos web, objetivando maior automatização nos trabalhos e o consequente ganho da eficiência e produtividade aos funcionários envolvidos.
- Considerando a indefinição do STF acerca da aplicação do regime de contratação de pessoal pelos conselhos profissionais e a impossibilidade de realização de concurso, bem como a crescente demanda por projetos voltados à classe contábil e à limitação do quadro funcional, o CFC deverá desenvolver projeto para identificar soluções visando assegurar o crescimento da máquina administrativa.

Gestão de Licitações e Contratos

Conformidade Legal

Para assegurar a conformidade da gestão de Licitações e Contratos, o CFC observa o conjunto de normas e diretrizes estabelecidas pelo Governo federal e órgãos de controle, conforme a seguir:

- Constituição Federal;
- Lei n.º 8.666/1993;
- Lei n.º 10.520/2002;
- Lei Complementar n.º 123/2006;
- Decretos Lei: n.º 3.555/2000; n.º 3.722/2001; n.º 5.450/2005; n.º 7.892/2013; e n.º 8.538/2015;
- Instruções normativas.

O Conselho conta com a atuação de sua Procuradoria Jurídica, que garante a conformidade das contratações com as normas, principalmente no que se refere à legislação acima citada e as Instruções Normativas do Ministério do Planejamento (MP), com destaque à IN 04/2014 (SEGES/MP) e 05/2017 (STI/MP).

Detalhamento dos Gastos das Contratações por finalidade e especificação dos tipos de serviços contratados para o funcionamento administrativo

Modalidades (nº de processos)/ Finalidades	Despesas Finalísticas	Fortalecimento Institucional	Tecnologia da Informação	Funcionamento Administrativo	Total
Dispensas	3	3	3	25	34
Inexigibilidades	0	4	0	18	22
Pregões*	1	1	2	9	13
Gasto por finalidade	R\$ 1.972.451,89	R\$ 173.872,00	R\$ 635.551,58	R\$ 2.342.582,27	R\$ 5.124.457,74

*Pregões acrescidos dos processos de adesões.

Contratos em 2018



Contratações mais Relevantes

As contratações mais relevantes realizadas pelo CFC, em 2018, foram para atender aos programas de Gestão de Registros Profissionais e Gestão de Fiscalização, compreendendo:

Exame de Suficiência	Vale Alimentação/Refeição
<p>Serviços técnico-especializados destinados à elaboração de prova, organização, planejamento, impressão, logística de distribuição, leitura/digitalização e aplicação das provas do Exame de Suficiência do CFC.</p> <p>Valor: R\$ 1.940.000,00</p> <p>Justificativa: O Exame de Suficiência é requisito necessário aos bacharéis em Ciências Contábeis que se formaram após a publicação da Lei n.º 12.249/2010, que alterou o DL n.º 9.295/1946, com regulamentação estabelecida na Resolução CFC n.º 1.486/2015, para se registrarem como Contadores nos CRCs. Essa ação alinha-se com o objetivo estratégico 5 - "Atuar como fator de proteção da sociedade".</p>	<p>Serviços de Vale Alimentação/Refeição</p> <p>Valor: R\$ 1.576.097,50</p> <p>Justificativa: O CFC fornece o auxílio vale alimentação e/ou vale-refeição aos seus funcionários, aprendizes, cargos em comissão e estagiários, em cumprimento ao Manual de Políticas de Gestão de Pessoas. Essa ação alinha-se ao objetivo estratégico 13 - "Atrair e reter talentos", que está vinculada à Gestão de Fiscalização.</p>

Contratações diretas: justificativas



Dentre as **22** inexigibilidades contratadas no exercício, destacam-se **16** processos de capacitação para o corpo funcional, que giraram em torno de **R\$ 219.587,50**, visando ao aperfeiçoamento dos empregados.

Os **33** processos de dispensa de licitação, em razão do valor abaixo de R\$ 8.000,00, totalizaram **R\$ 155.967,94**.

Contratações Diretas	Dispensas	Inexigibilidades
Funcionamento Administrativo	94.269,15	219.587,50
Despesas Finalísticas	32.451,89	-
Tecnologia da Informação	32.902,90	-
Fortalecimento Institucional	23.152,00	150.720,00
Gasto por modalidade	R\$ 182.775,94	R\$ 370.307,50

Houve uma dispensa de licitação com base no inciso IV do Art. 24 da Lei n.º 8.666/1993 para contratação de discos "NETAPP", visando atender **emergencialmente** a uma demanda da área de Tecnologia da Informação, totalizando **R\$ 26.808,00**.

Principais Desafios e Ações Futuras

- Implantar o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), visando promover maior eficiência administrativa e adequação às práticas inovadoras de trabalho;
- Manter a equipe de contratações atualizada e capacitada;
- Elaborar manuais de Pesquisa de Preços, Contratação Sustentável, Fiscalização de Contratos e Sanções Administrativas.

Gestão Patrimonial e Infraestrutura

Conformidade Legal

O Conselho Federal de Contabilidade está alinhado, entre outros, aos seguintes normativos quanto à sua gestão patrimonial:

- Artigos 37, 70 e 75 da Constituição Federal.
- Lei n.º 4.320/1964.
- Decreto-Lei n.º 200/1967.
- Instrução Normativa n.º 205/1988.
- Lei Complementar n.º 101/2000.
- Lei n.º 8.429/1992.
- Resolução CFC n.º 1.543/2018.
- Decreto n.º 9.373/2018 e demais instrumentos legais que regem a gestão patrimonial na Administração Pública.

Principais Investimentos de Capital (infraestrutura e equipamentos)



Quanto à modernização e manutenção da estrutura física, os contratos de serviços de limpeza, conservação e jardinagem e segurança predial e preventiva totalizam **R\$ 1.894.722,98**, representando mais de **50%** dos gastos em infraestrutura e aquisição de equipamentos.

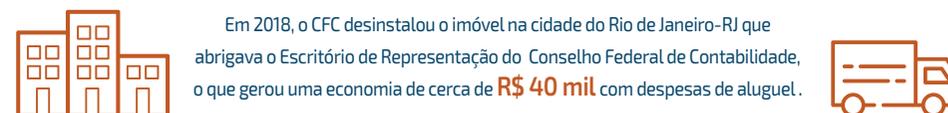
Os investimentos realizados estão relacionados aos Objetivos Estratégicos 12 e 15, que são respectivamente "Ampliar e integrar o uso da tecnologia da informação no Sistema CFC/CRCs" e "Assegurar adequada infraestrutura e suporte logístico às necessidades do Sistema CFC/CRCs".

Desfazimento de Ativos



Os ativos baixados do Sistema de Bens Patrimoniais do CFC referem-se a equipamentos de informática e mobiliário, que foram doados aos Conselhos Regionais de Contabilidade do Pará, Santa Catarina e Rio de Janeiro.

Mudanças e Desinstalações



Resultados Alcançados

Entre os resultados alcançados decorrentes dos investimentos realizados, pode-se destacar:



Principais Desafios e Ações Futuras:

- Assegurar o pleno funcionamento da estrutura predial.
- Contratar especialista para elaborar o projeto básico e o caderno de especificação e encargos visando à execução da reforma predial.
- Realizar licitação para contratação de empresa que irá executar o projeto de reforma predial.
- Elaborar projeto para avaliar a viabilidade de implantação do sistema de energia solar.
- Elaborar o Manual de Controle de Bens Patrimoniais.
- Instruir processo para desfazimento dos bens patrimoniais em desuso.
- Cumprir o Plano de Logística Sustentável.

Gestão da Tecnologia da Informação

Conformidade legal

Para assegurar a conformidade legal da gestão de tecnologia da informação (TI), o CFC, por meio da Coordenadoria de Gestão de Tecnologia da Informação (CGTI), observa e aplica um conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referenciadas pelo Governo federal, órgãos de controle, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão-MP e melhores práticas para a manutenção dos serviços de TI. Como exemplo, destacam-se a IN 4 - Instrução Normativa MP/SLTI n.º 4/2014, o Guia de Boas Práticas em Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação do SISP e a Portaria n.º 40/2016 - Plano de Contratações de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicações do MP/STI.

Ademais, o CFC alinha-se às regras estabelecidas em seus normativos internos, como, por exemplo, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) e a Portaria CFC n.º 134/2018, que constitui o Comitê de Tecnologia da Informação (CTI). Desse modo, evolui continuamente em seus padrões e processos, principalmente em relação à governança, à tecnologia, à segurança da informação, à licitação e à fiscalização de contratos alinhadas às normas para contratação de Tecnologia da Informação.

Modelo de Governança de TI

O Modelo de Governança de TI do CFC, alinhado ao Modelo de Governança Corporativo do CFC, tem como principal instância o CTI. Esse Comitê tem por objetivo elaborar e aprovar políticas relativas à TI, além de monitorar e avaliar sistematicamente estas políticas.



Montante de Recursos Aplicados em TI

Exercício 2017

Classificação Contábil	Orçamento	Empenhadas	Realizadas	% Realizado / Orçamento
Serviços	R\$ 5.374.024,00	R\$ 2.157.151,09	R\$ 2.157.151,09	40,14 %
Investimentos	R\$ 1.098.000,00	R\$ 276.778,15	R\$ 276.778,15	25,21 %
Total	R\$ 6.472.024,00	R\$ 2.433.929,24	R\$ 2.433.929,24	37,60 %

Exercício 2018

Classificação Contábil	Orçamento	Empenhadas	Realizadas	% Realizado / Orçamento
Serviços	R\$ 5.615.727,00	R\$ 2.114.122,86	R\$ 2.114.122,84	37,65 %
Investimentos	R\$ 810.900,00	R\$ 580.062,68	R\$ 580.062,68	71,53 %
Total	R\$ 6.426.627,00	R\$ 2.694.185,54	R\$ 2.694.185,54	41,92 %

Realizado:

Contratações mais relevantes de recursos de TI

1	Fábrica de Software Empresa: Basis Tecnologia da Informação S.A. R\$3.499.760,00 Valor do contrato R\$1.258.434,94 Valor realizado
2	Serviços de cessão de uso e manutenção nos sistemas SPW Empresa: SPW Informática Ltda. R\$ 628.677,96 Valor do contrato R\$384.349,99 Valor realizado
3	Aquisição de notebooks, computadores e monitores Empresa: Global Distribuidora de Bens de Consumo R\$ 575.167,68 Valor do contrato R\$ 575.167,68 Valor realizado
4	Aquisição de 1 Chassis Blade e 8 Servidores Blade com garantia Empresa: Integrasys Comércio e Serviços de Informática Ltda. R\$ 260.008,00 Valor do contrato R\$ 260.008,00 Valor realizado
5	Administração presencial e remota de rede Empresa: ISH Tecnologia S/A R\$ 249.600,00 Valor do contrato R\$ 249.600,00 Valor realizado



Segurança da informação



Para garantir a disponibilidade e o acesso controlado às informações armazenadas com o uso da tecnologia da informação, adotam-se os seguintes procedimentos:

- Atualização constante do procedimento interno de segurança da informação ISO 9008/2015.
- Atualização constante do Capítulo VII - Utilização das Ferramentas de Informática do manual de políticas do Conselho Federal de Contabilidade.
- Atualização de solução de proteção e segurança das informações a fim de minimizar ameaças.

Projetos e iniciativas

Os principais projetos e iniciativas da área de Tecnologia da Informação em desenvolvimento, para beneficiar a classe contábil, de acordo com as cadeias de valor, são:

Cadeia de Valor	Principais iniciativas (Sistemas e projetos) na área de TI	Principais resultados (Benefícios e impactos)
Desenvolvimento de sistemas	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de sistemas finalísticos proprietários em regime de fábrica de Software (Arrecadação, Registro e Educação Continuada) Sistema de Controle de Acesso. 	<ul style="list-style-type: none"> Sistema de Arrecadação – harmonizar as normas e os procedimentos de arrecadação; centralizar as informações financeiras em uma única plataforma; permitir a padronização das rotinas operacionais; atender as necessidades dos profissionais e demais usuários; controlar todo o processo de créditos a receber de anuidades, multas de infração e de eleição, taxas e receitas diversas. Sistema de Registro Cadastral - possibilitar a integração com os sistemas desenvolvidos e unificar a base de profissionais de contabilidade. Sistema EPC – permitir a integração das atividades dos Conselhos de Contabilidade e das capacitadoras credenciadas no Programa de Educação Profissional Continuada e proporcionar aos profissionais da contabilidade agilidade na tramitação das ações necessárias ao cumprimento do exigido na NBC PG 12. Sistema de acesso – controlar e gerenciar permissões e autorizações, por meio de módulos e sistemas com arquitetura voltada a serviços, o que possibilita integrações independentes de linguagem de programação e/ou banco de dados.
Estratégia, Gestão e Suporte	<ul style="list-style-type: none"> Implantar o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) Atualizar o sistema de Exame de Qualificação Técnica (EQT) Adequar o Sistema de Pagamento (Sispag) para o boleto registrado Sustentar os sistemas em produção 	<ul style="list-style-type: none"> SEI – tramitação de processos, por meio eletrônico, para aumentar a eficiência, agilidade e produtividade no fluxo dos processos administrativos do CFC. EQT – monitorar inscrições, gerenciar gabaritos, leitura de cartões de respostas, manutenção de submissão de recursos e relatórios gerenciais. Sispag – viabilizar o registro de boleto através do envio de arquivos de remessa para os bancos conveniados, dos boletos emitidos pelo CFC e, também, pelos Conselhos Regionais que utilizam o Sistema, conforme exigências do Banco Central e da Federação Brasileira de Bancos. Continuidade do negócio – garantir que o sistema em utilização mantenha-se ativo e disponível para os usuários.

Principais Desafios e Ações Futuras



Saída e ausência de reposição de colaboradores na área de TI expondo o Conselho a uma série de riscos, entre eles:

- Alongamento do prazo na execução de projetos.
- Limitação na possibilidade de automatização de processos internos.
- Perda do conhecimento técnico sobre os sistemas existentes.

Condicionamento tecnológico em relação a fornecedores e prestadores de serviço, que pode ocasionar:

- Descontinuidade de serviço.
- Necessidade de contratação de novos equipamentos e procedimentos de migração.

Acompanhar a rápida evolução das tecnologias, que implica em:

- Investir em novas capacitações, cursos e aprimoramento dos colaboradores de TI.
- Adquirir novos equipamentos com tecnologias avançadas.

Garantir a segurança de dados e redes, sendo necessárias as seguintes medidas:

- Manter a equipe treinada, os processos confiáveis e preestabelecidos.
- Executar ações mais rápidas e eficientes, caso algum risco seja identificado.

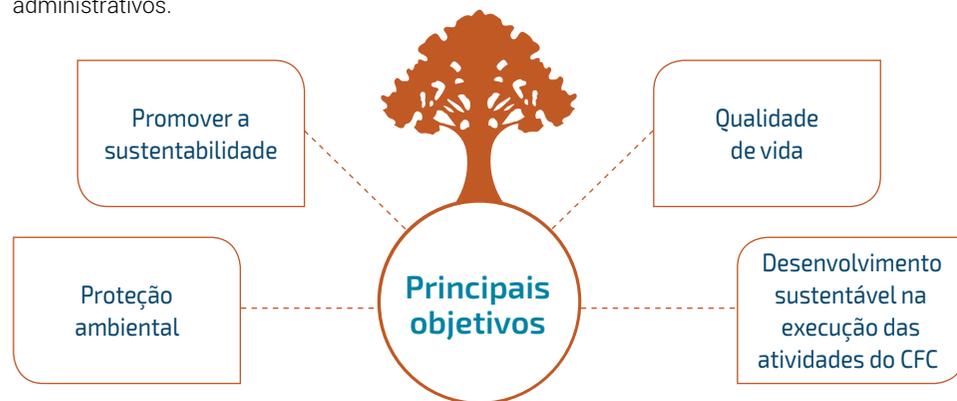
Trabalhar as principais fraquezas e principais riscos detectados na Gestão de TI, que implica as seguintes ações:

- Distribuir e definir os papéis e responsabilidades.
- Dispor de recursos para o pleno atendimento das demandas solicitadas pelas áreas do CFC.
- Colaborar e interagir com os Conselhos Regionais.
- Substituir sistemas legados e obsoletos.
- Acompanhar e fiscalizar os contratos de TI.
- Desenvolver Políticas Unificadas de Tecnologia da Informação nos Conselhos Regionais.
- Investir em segurança para minimizar ataques aos sistemas, bancos de dados e portais do CFC.

Sustentabilidade Ambiental

Crítérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições

Desenvolvido em 2018 e com aprovação e ações previstas para 2019, o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) do CFC é uma ferramenta de planejamento que possibilitará estabelecer práticas de sustentabilidade e de racionalização dos gastos institucionais e dos processos administrativos.



O Plano de Ação desenvolvido para compras e contratações sustentáveis visa:

Aprimorar os processos de compras e contratações, pautados por critérios de sustentabilidade, em conformidade com o disciplinado na Lei n.º 8.666/1993, no Decreto n.º 7.746/2012 e demais normativos vigentes

Incluir critérios socioambientais nos editais de licitação para aquisição de bens permanentes e de consumo, contratação de serviços e de obras

Capacitar empregados do CFC para que possam incluir com segurança critérios de sustentabilidade nos processos de compras, contratações e editais de licitação

Ações para redução do consumo de recursos naturais

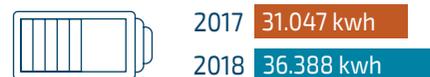
Gestão hídrica

A partir de 2017, o CFC adotou uma política de contenção no consumo e conscientização dos funcionários sobre a importância do uso racional da água. Dentre as ações, destacam-se:

- Palestra sobre a importância e a preservação da água.
- Monitoramento contínuo das instalações hidráulicas para identificação e correção de vazamentos.
- Mudança nos procedimentos da irrigação paisagística e da limpeza de garagens, corredores e escadas.
- Redução da vazão dos vasos sanitários e do tempo de funcionamento das torneiras.

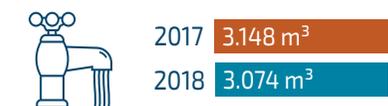
Evolução no consumo de recursos naturais:

Energia elétrica



Aumento de **14,68%** em decorrência da utilização de equipamentos de manutenção predial.

Água e Esgoto



Economia de **2,66%**.

Grupo Voluntário de Ações de Responsabilidade Socioambiental (Garsa)

Em 2018, o projeto colocou em prática as seguintes ações:

- **Campanha de boas práticas** – uso racional de: energia elétrica, ar-condicionado, chuveiro e geladeiras, água, papel, tecnologia, bens e lixo.
- **Campanha do dia Mundial da Água** – palestra com representante da Caesb, exposição de consumo de água e cartazes.
- **Campanha “Traga sua Garrafinha”** – campanha de redução do consumo de copos descartáveis.
- **Campanha de prevenção ao suicídio (setembro amarelo)** – palestra com representante da Evolve Serviços e divulgação de e-mails de prevenção ao suicídio.

Diante do número relevante de atividades desenvolvidas, foi criada a Comissão Permanente de Sustentabilidade e Inovação, por meio da Portaria CFC n.º 270/2018, com a competência e responsabilidade de elaborar e implantar o Plano de Logística sustentável (conforme a Instrução Normativa n.º 10/2012 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão) e o Sistema de Gestão Ambiental do CFC (ISO 14001:2015) para o ano de 2019.

Redução de resíduos poluentes

Descarte e Reciclagem

A política de descarte e reciclagem tem como objetivo promover ações e atividades que visem ao consumo e ao descarte consciente de seus materiais por parte dos seus colaboradores. Por meio de ações contínuas de coleta seletiva de resíduos e de reciclagem nos diversos setores da instituição, mantém-se um ambiente racional e sustentável.



Gestão de Custos

Atualmente o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) não adota metodologia para o rateio dos custos indiretos. O Conselho utiliza sistema informatizado para controle dos custos diretos realizados por projeto, no módulo do Sistema do Plano de Trabalho, cujas informações são geradas a partir dos registros contábeis. Por meio desse sistema, é possível gerenciar os gastos por programas; Objetivo Estratégico; áreas; e, projetos/atividades fomentando assim a tomada de decisão pelo gestor.

Conformidade legal

- Art. 50, §3º da Lei Complementar 101/2000.
- Resolução CFC n.º 1.535, de 8 de dezembro de 2017, que aprovou o Plano de Trabalho e o Orçamento para o exercício financeiro de 2018.
- Resolução CFC n.º 1.161/2009, que aprovou o Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs.
- Resolução CFC n.º 1.473/2014, que aprovou o Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs.
- Manual do Plano de Trabalho.

Estimativa de Custos por Programa e Objetivo Estratégico

Em 2018, o CFC aprovou 65 projetos em seu plano de trabalho, alinhados e vinculados a 15 diretrizes estratégicas para atender às necessidades dos 5 programas com desígnio no atingimento das atividades-fins do Conselho.

Valores por programa



Valores por Objetivos Estratégicos

Objetivos Estratégicos	Executado
Fortalecer o ambiente regulatório e garantir as prerrogativas profissionais.	241.724,68
Fortalecer a participação sociopolítico-institucional nas instituições públicas, privadas, sociedade civil e entidades representativas.	4.195.568,60
Elevar a percepção do valor da profissão contábil perante a sociedade.	157.220,66
Firmar parcerias estratégicas*.	0,00
Atuar como fator de proteção da sociedade.	9.430.487,33
Promover a satisfação da classe contábil com o Sistema CFC/CRCs.	117.113,30
Garantir a sustentabilidade orçamentária e financeira do Sistema CFC/CRCs.	1.172.486,53
Garantir qualidade e confiabilidade nos processos e nos procedimentos.	286.428,29
Aperfeiçoar, ampliar e difundir ações de Educação Continuada, Registro e Fiscalização como fator de proteção da sociedade.	1.774.005,77
Elaborar, acompanhar e aperfeiçoar normas de interesse do Sistema CFC/CRCs, da profissão e da Ciência Contábil.	501.377,62
Inovar, integrar e otimizar a gestão do sistema CFC/CRCs.	1.413.189,98
Ampliar e integrar o uso da tecnologia da informação no sistema CFC/CRCs.	3.033.424,08
Atrair e reter talentos.	24.226.202,90
Influenciar a formação das competências e das habilidades do profissional e fomentar programas de educação continuada e fortalecer conhecimentos técnicos e habilidades pessoais dos conselheiros e funcionários do Sistema CFC/CRCs.	2.375.987,10
Assegurar adequada infraestrutura e suporte logístico às necessidades dos CRCs.	14.469.249,76
Total	63.394.466,60

*Foram firmadas parcerias, porém sem custos.

Principais desafios e ações futuras

- Concluir o processo de atualização do Manual de Contabilidade e definir os parâmetros de rateio dos custos indiretos.
- Parametrizar os sistemas informatizados "Plano de Trabalho" e de "Contabilidade" para possibilitar a alocação de despesas por Centro de Custos.
- Capacitar os colaboradores para implementação e utilização das ferramentas de gestão de custos.



Demonstrações Contábeis

Declaração do Contador do CFC, Carlos Frederico Carvalho de Melo

O Departamento de Contabilidade (Decont), compõe a estrutura da Coordenadoria Administrativa (Coad), do Conselho Federal de Contabilidade, e exerce a competência de órgão setorial de contabilidade do CFC, encerradas em 31 de dezembro de 2018.

O escopo desta declaração leva em conta as demonstrações contábeis do Conselho Federal de Contabilidade.

As demonstrações contábeis do CFC foram elaboradas em observância a Lei n.º 4.320/1964, às Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica Aplicada ao Setor Público; ao Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs aprovado pela Resolução CFC n.º 1.161/2009; ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), e à INT/VPCI/ CFC n.º 020/2018, da Câmara de Controle Interno do CFC, conforme orientações da Instrução Normativa TCU n.º 63/2010 de 1/9/2010, da DN-TCU n.º 170/2018, de 19/9/2018 e da Portaria TCU 369, de 17/12/2018, além de outros normativos do Sistema CFC/CRCs.

As demonstrações apresentadas são: Balanço Patrimonial – evidencia os ativos e passivos do CFC, além do Patrimônio Líquido; Balanço Orçamentário – traz a informação do orçamento aprovado em confronto com sua execução; Balanço Financeiro e a Demonstração do Fluxo de Caixa – visam demonstrar o fluxo financeiro no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas; Demonstração das Variações Patrimoniais – neste demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, no confronto entre as variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas

(despesas); e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) – tem a finalidade de divulgar as variações do patrimônio líquido, bem como sua evolução no período.

A análise da conformidade contábil das demonstrações contábeis e dos atos da gestão é realizada pela Câmara de Controle Interno, de acordo com as letras “c”, “d” e “g” do § 1º do Art. 17 da Resolução CFC n.º 1.458, de 11 de dezembro de 2013, que aprova o Regimento do Conselho Federal de Contabilidade e dá outras providências, alinhado aos procedimentos descritos nos Manuais de Auditoria e de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs.

Este é um processo que visa assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações apresentadas nas demonstrações, extraídas do Sistema Informatizado de Contabilidade e demais sistemas gerenciais, que são utilizados pelos Conselhos de Contabilidade, onde são registrados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

Avanços

Com a emissão das normas (NBC-TSP), o CFC precisou reestruturar suas prioridades e estabelecer metas para implementação do novo modelo, mesmo diante de uma conjuntura repleta de desafios. Com essa missão em foco, o Sistema CFC/CRCs apresentou avanços substanciais na qualidade das informações contábeis, entre elas destacamos as seguintes pautas:

- Adoção do princípio da competência para receitas e despesas com reflexo nas Variações Patrimoniais.



- Registro da depreciação de itens do Ativo Imobilizado.
- Registro do Ativo Intangível e respectiva amortização de seus componentes.
- Reconhecimento, mensuração e evidenciação das Variações Patrimoniais Ativas e Passivas decorrentes de créditos e ajuste para perdas.
- Registro contábil por meio de eventos.
- Controle orçamentário por meio de empenhos.
- Reconhecimento de passivos contingentes e demais obrigações, a exemplo de provisões trabalhistas e cíveis.
- Controle dos contratos nas contas de compensação, designados como atos potenciais ativos e passivos.

Desafios

Primando pela aplicação das boas técnicas e pela busca pela qualidade das nossas informações, temos ainda desafios a serem superados. A ausência de parametrização no sistema informatizado, em decorrência da complexidade, diversidade e amplitude de implantação de processos, provocou a elaboração de alguns relatórios em planilhas eletrônicas, a partir de dados extraídos do Sistema de Contabilidade, conforme destacamos a seguir:

- **Demonstração do Fluxo de Caixa** – O demonstrativo foi elaborado pelo método direto, com base em dados extraídos do balanço orçamentário e financeiro, segregando-se as

atividades de operação, de investimentos e de financiamento.

- **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido** – Elaborada a partir de dados extraídos do Balanço Patrimonial e da Demonstração das Variações Patrimoniais.
- **Gestão de Custos** – Atualmente é adotado sistema informatizado para controle dos custos diretos por projeto/programa, no módulo Plano de Trabalho, cujas informações são geradas a partir dos registros contábeis. Com base nessas informações, o Conselho tem desenvolvido relatórios internos com o propósito de fomentar a gestão de custos e a avaliação da qualidade do gasto, sendo uma importante ferramenta de apoio à tomada de decisão dos gestores. Está em fase de estudo, a definição da metodologia para a distribuição dos custos indiretos aos centros de custos.

Declaração

Considerando que os normativos trazem orientações quanto aos procedimentos para a elaboração e apresentação do Relatório de Gestão e do processo de Prestação de Contas, considerando ainda que a documentação apresentada para registro está alinhada aos procedimentos internos de controles, declaro que os demonstrativos contábeis (Balanço Patrimonial, Financeiro e Orçamentário, Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido) refletem a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Conselho Federal de Contabilidade.

Contador Carlos Frederico Carvalho de Melo
Gerente do Departamento de Contabilidade do
CFC

Balço Patrimonial (BP)

				R\$ mil			
ATIVO	NE	2018	2017	PASSIVO	NE	2018	2017
Ativo Circulante		95.188	85.986	Passivo Circulante		4.986	4.915
Caixa e Equivalentes de Caixa	01	92.360	84.211	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	08	447	455
Caixa e Equivalentes de Caixa		92.360	84.211	Pessoal a Pagar		34	36
Créditos de Curto Prazo	02	308	96	Encargos Sociais a Pagar		413	419
Cota-Parte		308	96	Obrigações de Curto Prazo	09	1.506	1.882
Demais Créditos e Valores de Curto Prazo	03	2.173	1.264	Obrigações Fiscais de Curto Prazo		411	228
Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros		337	327	Depósitos Consignáveis		511	468
Empréstimos Concedidos		1.363	694	Fornecedores		584	1.187
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		379	189	Demais Obrigações de Curto Prazo	10	608	313
Outros Créditos e Valores a Receber		94	54	Contas a Pagar		590	297
Estoques	04	338	405	Transferências Legais		18	16
Almoxarifado		338	405	Provisões de Curto Prazo	11	2.425	2.265
Variações Diminutivas Pagas Antecipadamente	05	10	9	Provisões Trabalhistas		2.314	2.154
Variações Diminutivas Pagas Antecipadamente		10	9	Provisões para Riscos Trabalhistas e Cíveis		111	111
Ativo Não Circulante		98.828	91.461	Passivo Não Circulante		1.621	1.476
Ativo Realizável a Longo Prazo	06	13.760	6.160	Provisões de Longo Prazo	12	1.476	1.445
Empréstimos Concedidos		13.709	6.092	Provisões para Riscos Trabalhistas e Cíveis		1.476	1.445
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo		51	68	Demais Obrigações a Longo Prazo	13	145	31
Investimentos, Imobilizado e Intangível	07	85.068	85.301	Adiantamento de Clientes		145	31
Imobilizado		86.737	86.157	Total do Passivo		6.606	6.392
(-) Depreciação Acumulada		-7.791	-5.934	Patrimônio Líquido	14	187.410	171.056
Intangível		6.210	5.134	Patrimônio Social		187.410	171.056
(-) Amortização Acumulada		-88	-55				
Total do Ativo		194.016	177.447	Total do Passivo		6.606	6.392
Ativo Financeiro	15	93.180	84.791	Total do Passivo + Patrimônio Líquido		194.016	177.447
Ativo Permanente		100.836	92.656	Passivo Financeiro	15	4.875	4.805
Saldo Patrimonial				Passivo Permanente		1.731	1.587
						187.410	171.056
Atos Potenciais Ativos	16	234	234	Atos Potenciais Passivos	16	19.368	11.231

Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

Variações Patrimoniais Quantitativas

R\$ mil

Variações Patrimoniais Aumentativas	2018	2017	Variações Patrimoniais Diminutivas	2018	2017
Contribuições	53.926	54.123	Pessoal e encargos	23.288	21.070
Exploração de bens e serviços	10.676	6.548	Benefícios assistenciais	161	141
Financeiras	6.604	8.177	Uso de bens e serviços	21.503	19.146
Outras variações patrimoniais aumentativas	41	204	Financeiras	313	162
			Transferências	8.402	5.710
			Tributárias e contributivas	968	862
			Desvalorização e perda de ativos	41	37
			Outras variações patrimoniais diminutivas	226	105
Total	71.247	69.052	Total	54.902	47.233
Resultado Patrimonial do Exercício				16.345	21.819

Variações Patrimoniais Qualitativas

R\$ mil

Descrição	2018	2017
Incorporação de Ativos	10.497	2.848
Investimentos	1.687	1.358
Empréstimos Concedidos	8.810	1.490
Desincorporação de Ativos	723	465
Amortização de Empréstimos Concedidos	723	465

Balanço Orçamentário (BO)

Receitas orçamentárias

R\$ mil

Receita Orçamentária	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receita Realizada	Saldo
Receitas Correntes	73.768	73.768	70.922	-2.846
Contribuições	53.800	53.800	53.714	-86
Exploração de bens e serviços	12.210	12.210	10.796	-1.414
Financeiras	7.758	7.758	6.406	-1.352
Outras receitas correntes	0	0	6	6
Receitas de Capital	889	889	723	-166
Alienações de bens	193	193	0	-193
Amortização de empréstimos concedidos	696	696	723	27
Subtotal	74.657	74.657	71.645	-3.012
Total das Receitas	74.657	74.657	71.645	-3.012
Saldos de Exercícios Anteriores – Superávit Financeiro				6.886

Despesa orçamentária

R\$ mil

Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial	Créditos Adicionais	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo
Despesas Correntes	66.469	-1.188	65.281	50.843	50.843	49.652	14.438
Pessoal e encargos	21.465	51	21.516	20.603	20.603	20.156	913
Benefícios assistenciais	3.010	47	3.057	2.791	2.791	2.662	266
Uso de bens e serviços	35.216	-4.525	30.691	19.614	19.614	19.186	11.076
Financeiras	1.301	-740	561	313	313	313	248
Transferências correntes	4.420	3.630	8.049	6.347	6.347	6.178	1.703
Tributárias e contributivas	905	145	1.050	968	968	949	82
Outras despesas correntes	153	204	357	208	208	208	150
Despesas de Capital	5.767	10.456	16.223	12.551	12.551	12.139	3.672
Investimentos	5.247	-650	4.597	1.687	1.687	1.687	2.910
Empréstimos concedidos	200	8.685	8.885	8.810	8.810	8.751	75
Transferências de capital	320	2.421	2.741	2.055	2.055	1.701	687
Reserva de Contingência Orçamentária	2.420	-2.382	38	0	0	0	38
Reserva de contingência orçamentária	2.420	-2.382	38	0	0	0	38
Subtotal	74.657	6.886	81.543	63.394	63.394	61.791	18.148
Superávit orçamentário				8.250			
Total das Despesas	74.657	6.886	81.543	63.394	63.394	61.791	18.148

Balanço Financeiro (BF)

R\$ mil

Ingressos	2018	2017
Receita orçamentária	71.645	69.393
Receitas Correntes	70.922	68.927
Receitas de Capital	723	465
Recebimentos Extraorçamentários	489	860
Adiantamentos a Pessoal	0	71
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0	453
Créditos e Valores a Receber	0	1
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	16	0
Pessoal a Pagar	0	36
Encargos a Pagar	0	53
Obrigações de Curto Prazo	0	142
Contas a Pagar	294	0
Transferências Legais	2	0
Provisões Trabalhistas	160	51
Cancelamento de Restos a Pagar	17	52
Disponível do exercício anterior	84.211	62.049
Total	156.345	132.301

Dispêndios	2018	2017
Despesa orçamentária	63.394	47.794
Despesas Correntes	50.843	43.412
Despesas de Capital	12.551	4.381
Pagamentos Extraorçamentários	590	296
Adiantamentos a Pessoal	15	0
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	190	0
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	0	17
Pessoal a Pagar	2	0
Encargos a Pagar	6	0
Obrigações de Curto Prazo	377	0
Contas a Pagar	0	279
Disponível para o exercício seguinte	92.360	84.211
Total	156.345	132.301

Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC)

R\$ mil

Descrição	2018	2017
Fluxos de Caixa das Operações		
Ingressos	70.922	68.927
Receitas	70.922	68.927
Receita de Contribuições	70.922	68.927
Exploração de Bens e Serviços	53.714	54.068
Receitas Financeiras	10.796	6.582
Outras Receitas	6	167
Desembolsos	52.856	45.228
Despesas	52.856	45.228
Pessoal, Encargos e Benefícios	23.531	21.403
Uso de Bens e Serviços	20.443	16.528
Despesas Tributárias e Contributivas	970	861
Transferências (Subvenções + Auxílios)	7.879	5.908
Outros Despesas	34	528
Fluxo de Caixa Líquido das Operações	18.066	23.699
Fluxos de Caixa de Investimento		
Ingressos	723	465
Amortização de Empréstimos Concedidos	723	465
Desembolsos	10.437	3.129
Aquisição de Ativo Não Circulante	1.687	1.548
Empréstimos Concedidos	8.751	1.581
Fluxo de Caixa Líquido de Investimento	(9.715)	(2.664)
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	8.149	22.163
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	84.211	62.049
Caixa e Equivalente de Caixa Final	92.360	84.211

Restos a Pagar Processados (RPP)

R\$ mil

Restos a Pagar Processados	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro			
Despesas correntes	1.475	1.204	1.444	17	1.217
Despesas capital	472	413	472	0	413
Total	1.947	1.617	1.916	17	1.630

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)

R\$ mil

Descrição	Patrimônio líquido	
	2018	2017
Saldo Inicial do Exercício	171.056	149.195
Ajustes de Exercício Anterior	9	42
Resultado do Exercício	16.345	21.819
Saldo Final do Exercício	187.410	171.056

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Contexto Operacional

O Conselho Federal de Contabilidade localizado no Setor de Autarquias Sul (SAUS) Quadra 5, Lote 3, Bloco J, Ed. CFC - Brasília (DF), criado pelo Decreto-Lei n.º 9.295/1946, alterado pela Lei n.º 12.249/2010. Os Conselhos de Contabilidade, por delegação, prestam serviços públicos e têm como principais atividades o registro e expedição da carteira profissional, a fiscalização do exercício profissional, a regulamentação do Exame de Suficiência, do Cadastro de Qualificação Técnica e do Programa de Educação Continuada; e editar Normas Brasileiras de Contabilidade de natureza técnica e profissional.

Dotado de personalidade jurídica de direito público e forma federativa, o CFC funciona como Autarquia Federal Especial, tendo sua estrutura e organização estabelecidas no Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade, Resolução CFC n.º 1.370/2011 e tem sua constituição, sede e foro regulamentados no seu Regimento Interno, aprovado pela Resolução CFC n.º 1.458/2013 e alterações.

O Conselho Federal gerencia o Fundo de Integração e Desenvolvimento da Profissão Contábil (Fides), que foi criado pela Resolução CFC n.º 350/1972, de 22 de setembro de 1972, e alterado pelas Resoluções n.º 692/1991 e 968/2003. Os recursos são provenientes da contribuição de 1 (um) % sobre o montante das anuidades arrecadadas. O Fundo não é dotado de personalidade jurídica e não tem bens patrimoniais. Os contribuintes/integrantes do Comitê Gestor do Fides (Cofides) são o CFC, Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais (CRCMG), Conselho Regional de Contabilidade do Paraná (CRCP), Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro (CRCRJ), Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CRCRS), Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina (CRCSC) e Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo (CRCSP). Os montantes relativos à caixa e equivalentes de caixa, fornecedores, resultados e patrimônio social estão descritos no decorrer dessa nota.

Base da Preparação e Elaboração das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidade de sua administração e foram elaboradas em conformidade com a Lei n.º 4.320/1964, em observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP); a Resolução CFC n.º 1.161/2009, que aprovou o Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs e a Instrução de Trabalho da Câmara de Controle Interno do CFC – INT/VPCI n.º 20/2018.

As demonstrações que compõem a Prestação de Contas da Gestão, exercício de 2018, são: o Balanço Patrimonial (BP), a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), o Balanço Financeiro (BF), o Balanço Orçamentário (BO), o Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar Processados (RPP), Demonstrativo do Fluxo de Caixa (DFC), Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e as Notas Explicativas. Os dados foram extraídos do Sistema de Contabilidade, desenvolvido pela empresa Spiderware Consultoria em Informática Ltda, para a elaboração dos demonstrativos e das notas explicativas.

As demonstrações contábeis do CFC e dos Conselhos Regionais não são consolidadas, ou seja, cada Conselho Regional e o Conselho Federal são autônomos administrativamente e financeiramente, e as operações realizadas entre os Conselhos de Contabilidade são consideradas "transferências interconselhos", as quais compreendem a entrega de recursos, correntes ou de capital, de um ente (chamado "transferidor") a outro (chamado "beneficiário", ou "recebedor"). Podem ser voluntárias, neste caso, destinadas à cooperação, auxílio ou assistência, ou decorrentes de determinação legal.

Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais

A adoção dos procedimentos contábeis alinhados à NBC T SP teve início no exercício de 2010, por meio da implantação do novo plano de contas, com base no Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs aprovado em 2009, por meio da Resolução CFC n.º 1.161/2009, destacando-se as alterações positivas e negativas do patrimônio, decorrentes do regime de competência e da avaliação e reavaliação dos bens móveis, imóveis e intangíveis, dando início também ao processo de depreciação e amortização, respectivos.

No exercício de 2018, foi instituída comissão com o objetivo de dar continuidade à revisão do Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs, para atender às alterações ocorridas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, já convergidas aos padrões internacionais, e o imprescindível ajuste dos conceitos, estrutura e função/funcionamento do plano de contas.

Uso de Estimativa e Premissas Contábeis Significativas

Na preparação das demonstrações contábeis, o Conselho Federal fez uso de estimativas que afetam diretamente o valor de avaliação dos ativos e passivos constantes nas demonstrações. As principais estimativas e premissas estão a seguir relacionadas.

A mensuração do valor justo dos ativos que foram reavaliados ou que tiveram a sua primeira avaliação foi realizada com dados comparáveis no mercado. No exercício de 2018, não ocorreram reavaliações, sendo que em 2010 ocorreu a primeira avaliação e, em 31/12/2014, todos os bens móveis e imóveis foram reavaliados.

Na determinação da vida útil econômica dos bens do imobilizado para os bens adquiridos e postos em operação até 31/12/2010, foi utilizada aquela definida no laudo de avaliação. Para os bens adquiridos e postos em operação a partir de 1º/1/2011, a vida útil foi definida pela Câmara de Controle Interno, por meio da Instrução de Trabalho n.º 4/2012 elaborada com base na IN da Secretaria da Receita Federal (SRF) n.º 162, de 31 de dezembro de 1998.

As provisões para riscos cíveis e trabalhistas são reconhecidas de acordo com a análise jurídica de cada ação e, dependendo da análise, poderão ser classificadas como passivo contingente ou como passivo exigível. Para a constituição das provisões judiciais, o CFC considera o posicionamento de sua Procuradoria Jurídica.

Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais, que é a moeda funcional das operações do Conselho Federal, cujos saldos estão assim evidenciados. Vale ressaltar que alguns demonstrativos estão apresentados na base de Reais Mil.

Resumo Principais Práticas Contábeis

A estrutura e a composição das demonstrações contábeis do CFC estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicado ao setor público brasileiro e são compostas do Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Financeiro, Balanço Orçamentário, Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar Processados, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido.

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas e demonstradas a seguir. Ressalta-se que essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição específica em contrário.

Balanço Patrimonial

O BP evidencia a situação patrimonial do Conselho em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 e demonstra a posição estática dos ativos e passivos no final do exercício, possibilitando ao usuário da informação conhecer, qualitativa e quantitativamente, a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos) e dos resultados acumulados da gestão patrimonial ao longo de vários exercícios (patrimônio líquido).



Nota Explicativa 1

Caixa e Equivalentes de Caixa

Os recursos disponíveis em caixa e equivalentes de caixa são administrados pelo Conselho Federal de Contabilidade, em consonância ao que dispõe o § 3º do Art. 164 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

“§ 3º - as disponibilidades de caixa da União serão depositadas no Banco Central; as dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei.” (Constituição da República Federativa do Brasil de 1.988, Art. 164, § 3º).

Disponibilidades CFC		R\$ mil
Títulos	2018	2017
Caixa e Equivalente de Caixa	86.226	79.428
Bancos Conta Movimento	263	248
Bancos Aplicação Financeira	84.016	77.997
Disponível para Aplicação Vinculada – Eventos	1.947	1.183

Fonte: Balanço Patrimonial de 2018

Os valores disponíveis para uso do Fides seguem abaixo:

Disponibilidades Fides		R\$ mil
Títulos	2018	2017
Fides	6.134	4.783
Bancos Conta Movimento	7	6
Bancos Aplicação Financeira	6.128	4.777

Fonte: Balanço Patrimonial de 2018

Os recursos disponíveis são mantidos em instituições financeiras oficiais e incluem saldos em conta movimento e aplicações financeiras em fundos de investimento em renda fixa, classificados como conservadores e de médio risco, tendo os ganhos registrados em contas de resultado. A parte mais significativa das disponibilidades é mantida em aplicações financeiras, conforme demonstrado anteriormente.

Nota Explicativa 2

Creditos a Receber de Curto Prazo e Longo Prazo

Os direitos provenientes dos valores de cota -parte a receber dos Conselhos Regionais são avaliados pelo valor realizável. O montante de cota -parte é o exemplo de transferência legal interconselhos. A base de cálculo está evidenciada no Art. 8º do Decreto-Lei n.º 9.295/1946. O reconhecimento dos valores é realizado no início de cada exercício e considera, como base confiável, a estimativa de arrecadação que os CRCs planejam e declaram no Orçamento Anual. A baixa dos créditos é motivada pelos repasses de cota -parte.

Os recebimentos acontecem de forma compartilhada no momento da arrecadação pelo agente bancário, ou seja, os CRCs recebem, efetivamente, 80%, e o Conselho Federal, 20% dos recursos totais. Não há registro de ajuste para perdas, inscrição em dívida ativa e prescrição de créditos entre CFC e CRCs. Essa prática (cobrança, controle, dívida ativa, ajuste de perdas e prescrição) é efetuada pelos Conselhos Regionais em relação aos profissionais da contabilidade.

Os valores a receber de curto e longo prazos, derivados de empréstimos concedidos aos Conselhos Regionais, têm taxa de juros prefixados e são ajustados a valor presente. Ver informação de empréstimos nas NEs 3 e 6.

As atualizações, os ajustes apurados e as apropriações provenientes de utilização são contabilizados em contas de resultado.

Nota Explicativa 3

Demais Créditos e Valores de Curto Prazo

Correspondem a valores a receber relativos a adiantamentos a pessoal, empréstimos concedidos, depósitos restituíveis e valores vinculados e outros créditos e valores a receber de entes públicos.

Demais créditos de valores de curto prazo	R\$ mil	
Descrição	2018	2017
Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros	337	328
Empréstimos Concedidos	1.363	694
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	379	189
Outros Créditos e Valores a Receber	94	54
Total	2.173	1.264

Fonte: Balanço Patrimonial 2018

- **Adiantamento Concedido a Pessoal e a Terceiros** – valores relativos a adiantamento de férias concedidas a funcionários em dezembro e participação dos funcionários no custeio dos planos médico/odontológico, vale alimentação e vale-transporte a serem descontados na folha de pagamento de janeiro/2019.
- **Empréstimos Concedidos** – valor referente aos repasses que foram feitos aos CRCs para construção, ampliação e/ou modernização das sedes e aquisição de veículos. As informações dos empréstimos estão mais detalhadas na Nota Explicativa 6.
- **Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados** – valores relativos a depósito em conta vinculada aos encargos trabalhistas descontados no pagamento das notas fiscais de fornecedores.
- **Outros Créditos e Valores a Receber** – valores referentes às passagens compradas em 2018 cuja utilização ocorrerá apenas em 2019.

Nota Explicativa 4

Estoques

O saldo demonstrado no grupo de estoques/almoxarifado compreende o somatório dos materiais adquiridos pelo CFC, com o objetivo de utilização no curso normal de suas atividades operacionais e administrativas, composto de materiais de expediente, gêneros de alimentação e materiais de higiene, limpeza e conservação, materiais de distribuição, bens móveis não ativáveis, entre outros.

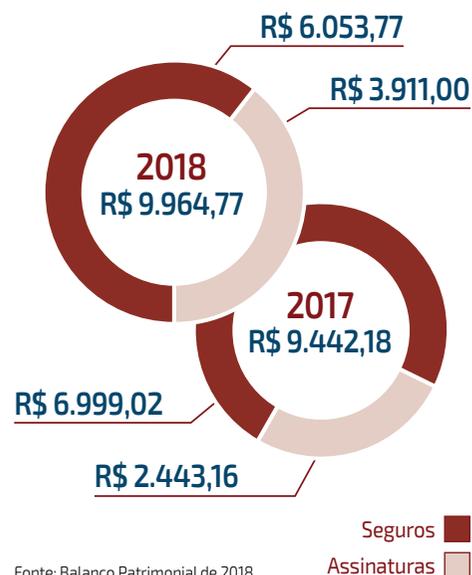
Estes bens estão avaliados, na entrada, pelo valor original das aquisições. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, considerando o custo histórico dos itens. As apropriações provenientes da utilização são contabilizadas em contas de resultado.

Descrição	R\$	
	2018	2017
Materiais de Expediente	128.563,58	157.535,16
Impressos Formulários e Papéis	12.875,95	13.230,10
Publicações Técnicas	14.091,08	14.091,08
Carteiras de Identificação Profissional	4.591,08	4.591,08
Material para Áudio, Vídeo e Foto	3.584,11	3.765,32
Materias de Informática	111.284,07	130.336,76
Materiais Elétricos e Telefonia	158,18	708,18
Material de Copa e Cozinha	10.308,44	15.325,60
Gêneros de Alimentação	6.018,45	5.986,89
Materiais de Higiene, Limpeza e Conservação	9.934,51	12.965,96
Bens Móveis Não Ativáveis	34.762,50	38.910,23
Materiais de Distribuição Gratuita	1.354,20	7.548,40
Almoxarifado Total	337.526,15	404.994,76

Os materiais disponíveis em almoxarifado foram inventariados em 31/12/2018 e os ajustes necessários a sua regularização foram realizados no sistema operacional de controle de estoques, os quais não influenciaram os saldos das contas patrimoniais.

Nota Explicativa 5

Variações Patrimoniais Diminutivas pagas Antecipadamente



No exercício de 2018, o Conselho Federal de Contabilidade manteve cobertura de seguro contra incêndios para os seus bens, em especial, do ativo imobilizado, em valores considerados pela administração suficientes para cobrir qualquer eventualidade. O Conselho possui dois contratos de seguros, uma apólice de Seguros para seguro predial anual com a empresa Sompos Seguros, no valor de R\$4.645,49; e outra apólice para serviço de seguros de veículos com a empresa Gente Seguradora S/A, para toda a frota do CFC. Foram contabilizados direitos correspondentes ao pagamento de despesas cujos benefícios ou prestações de serviços ocorrerão até o término do exercício seguinte.

Nota Explicativa 6

Ativo Realizável a Longo Prazo

Empréstimos de Curto e Longo Prazo

Os empréstimos concedidos a Conselhos Regionais de Contabilidade tiveram finalidade de construção, ampliação e/ou modernização das sedes e estão contabilizados pelo valor original e os juros também foram evidenciados em contas distintas de acordo com o contrato.

Os registros contábeis referentes aos empréstimos, com saldos atualizados em 31/12/2018, são:

Títulos	R\$ mil			
	2018		2017	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Empréstimos – Valor Presente	1.363	13.709	694	6.092
Empréstimo – Principal	1.196	12.619	532	5.197
Juros a receber s/ Empréstimo	668	6.942	176	2.637
(-) Encargos Financeiros a apropriar	-501	-5.852	-14	-1.742

Fonte: Balanço Patrimonial de 2018

Depósitos Realizáveis a Longo Prazo

Depósitos Recursais – Longo Prazo



Fonte: Balanço Patrimonial de 2018

Nota Explicativa 7

Imobilizado e Intangível

Imobilizado

O ativo imobilizado está segregado em dois grupos: bens móveis e imóveis. Estão mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição, incluindo os gastos adicionais ou complementares para serem postos em operação, com exceção dos bens que foram reavaliados a valor de mercado e reconhecidos contabilmente no exercício de 2014. Os ativos imobilizados recebidos em doação tiveram a sua mensuração resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico e/ou o valor patrimonial definido no termo da doação.

Entre as aquisições mais relevantes no ano de 2018, destaca-se, na conta Equipamentos de Processamento de Dados, a aquisição de microcomputadores e *notebooks* para modernização das estações de trabalho do CFC. Essa compra ocorreu via Processo de Adesão a Ata de Registro de Preços, conforme Processo n.º 2018/000596 e Mem. n.º 255/2018/DELIC.

Os saldos das contas do Imobilizado, em 31/12/2018, são:

Descrição	R\$ mil				
	Saldo em 31/12/2017	Compras	Desincorporações	Saldo em 31/12/2018	Depreciação acumulada
Móveis e Utensílios	934	0	16	918	490
Máquinas e Equipamentos	315	7	6	316	144
Instalações	305	17	0	322	220
Utensílios de Copa e Cozinha	18	3	1	20	8
Veículos	254	0	0	254	164
Equipamentos de Processamento de Dados	2.003	575	8	2.570	1.431
Sistema de Processamento de Dados	1	0	0	1	1
Biblioteca	256	8	0	264	0
Museu e Obras de Arte	71	0	0	71	0
Sede	60.000	0	0	60.000	5.333
Terrenos	22.000	0	0	22.000	0

Fonte: Demonstrações Contábeis de 2018

No exercício de 2018, o Conselho Federal de Contabilidade realizou baixas e doação de bens móveis que se encontravam em situação ociosa. Foram doados móveis e utensílios, máquinas e equipamentos, equipamentos de processamento de dados e utensílios de copa e cozinha ao CRCSC, CRCRJ e CRCPA.

Depreciação

A depreciação e a amortização de bens novos adquiridos e postos em operação utilizam o método das cotas constantes, com critérios definidos na INT VPCI n.º 004/2012 da Câmara de Controle Interno do CFC.

Os bens adquiridos até dezembro de 2010 foram avaliados pela empresa Unisis Administração Patrimonial LTDA e depreciados a partir de 1º de janeiro de 2011, de acordo com a vida útil do bem estabelecida no laudo de avaliação n.º 2.891/2012.

Os bens móveis adquiridos são depreciados a partir do mês subsequente à aquisição e ou instalação. A vida útil e o valor residual estão previstos na Instrução de Trabalho VPCI n.º 004/2012, e estão abaixo descritos:

Tabela de referência para vida útil e valor residual

Título	Vida Útil (Anos)	Valor Residual
Sede (Edifícios)	25	10%
Subsedes/Salas/Garagens	25	10%
Móveis e Utensílios de Escritório	10	10%
Máquinas e Equipamentos	10	10%
Instalações	10	10%
Veículos (uso administrativo)	10	10%
Equipamentos Processamento de Dados	5	10%
Sistemas de Processamento de Dados – Softwares (amortização)	5	10%
Biblioteca	10	–

Fonte: INT VPCI 004/2012, item 2.3.7.

Além disso, ressalta-se que os bens registrados no item "Biblioteca" não foram depreciados até o exercício de 2018, pois o controle dos livros é realizado por um sistema de informática próprio para bibliotecas, o qual não dispõe da possibilidade de lançamento da vida útil. O trabalho de adequação é complexo e tem demandado recursos financeiros e humanos, porém vem sendo desenvolvido gradativamente. Ainda, indica-se que são realizados os controles anuais de perdas, baixas, transferências e doações do acervo bibliográfico.

Intangível

O ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública, ou exercidos com essa finalidade, e é mensurado ou avaliado, inicialmente, com base no valor de aquisição ou de produção. Estão destacadas informações específicas no item 6.

A amortização dos ativos intangíveis é efetuada de acordo com a vida útil definida. Para os *softwares* desenvolvidos internamente, não foi possível definir a vida útil, por isso, não são passíveis de amortização.

Abaixo, apresentam-se sinteticamente os saldos dos bens intangíveis:

Descrição	R\$ mil				
	Saldo em 31/12/2017	Aquisições	Baixas	Saldo em 31/12/2018	Amortização acumulada
Software em Desenvolvimento	4.471	1.075	0	5.546	0
Outros Softwares	115	1	0,15	117	88
Software Concluído	548	0	0	548	0

Fonte: Demonstrações Contábeis de 2018

Nota Explicativa 9 Obrigações de Curto Prazo

Este grupo apresenta as obrigações fiscais de curto prazo, depósitos consignados e fornecedores de curto prazo.

Descrição	2018	2017
Obrigações fiscais de curto prazo	411	228
Depósitos Consignáveis	511	468
Fornecedores	584	1.187
Total	1.506	1.882

Fonte: Balanço Patrimonial de 2018

Em 2018, deu-se continuidade ao trabalho de desenvolvimento de *softwares* próprios. O valor registrado como "intangível" relaciona-se aos custos de produção dos *softwares*. Até 31/12, os sistemas concluídos e postos para uso perfaziam o montante de R\$547.551,68; e os *softwares* em desenvolvimento, o valor de R\$5.545.698,22.

Os *softwares* de terceiros prontos para utilização, que tiveram vida útil definida, pelos técnicos em tecnologia da informação, em 2 (dois), 8 (oito) e 10 (dez) anos estão sendo amortizados.

As obrigações fiscais decorrem de retenções efetuadas de contratações realizadas à fornecedores pela aquisição de bens e/ou serviços, de acordo com as Instruções Normativas da Receita Federal, originários de empenhos processados, liquidados e não pagos até o término do exercício.

São evidenciados ainda neste grupo os valores retidos de fornecedores de serviços terceirizados, e depositados em conta vinculada específica, conforme disposto na IN MPDG n.º 5/2017. A retenção é realizada no momento do pagamento e registrada em conta de passivo e o depósito em conta específica é efetuado em rubrica do ativo.

Nota Explicativa 8 Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias

Corresponde às provisões de Pessoal a Pagar e Encargos Sociais a Pagar, os quais são demonstrados por meio de valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

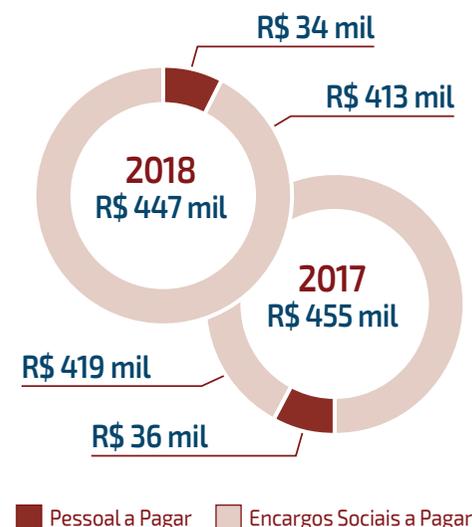
As obrigações com pessoal e obrigações trabalhistas são reconhecidas pelo valor original.

O saldo apresentado na conta de pessoal a pagar refere-se à rescisão contratual, por falecimento de ex-empregado, no valor de R\$33.772,92. Para a realização do pagamento o Conselho Federal aguarda a apresentação do alvará judicial. As obrigações trabalhistas com FGTS, INSS Patronal e PIS são contabilizadas na competência, de acordo com o cálculo constante no resumo da folha de pagamento, e o reco-

Os depósitos consignáveis compreendem os valores retidos de funcionários (INSS, IRRF, Pensão Judicial, Empréstimos Consignados, entre outros), e que deverão ser recolhidos ou pagos às respectivas entidades responsáveis. O registro é efetuado pelo valor original das transações, com base, principalmente, na folha de pagamento.

As obrigações com Fornecedores, decorrentes da entrega de bens ou serviços, são classificadas como passivos circulantes, quando o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Os valores decorrentes de empenhos liquidados e

Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias



Fonte: Balanço Patrimonial de 2018

lhimento é feito de acordo com os vencimentos nos respectivos órgãos.

não pagos no exercício são evidenciados no Demonstrativo dos Restos a Pagar.

Ainda, são classificados neste grupo os valores retidos dos fornecedores, pelo Conselho, em conta vinculada específica, conforme o disposto no Anexo VII da IN 2/2008 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MPO). A retenção no momento do pagamento é registrada em conta de passivo e o depósito em conta específica é efetuado em rubrica do ativo.

As apropriações estão de acordo com a legislação vigente e alinhadas à Instrução de Trabalho VPCI/CFC n.º 20/2018.

Nota Explicativa 10

Demais Obrigações de Curto Prazo

As demais obrigações de curto prazo são compostas pelo provisionamento de repasses devidos aos Conselhos Regionais e a contribuição mensal ao Fides. Todos os compromissos que apresentam saldos em 31/12 foram registradas por competência no mês de dezembro, e as datas de pagamento têm vencimento em 2019, conforme exposto ao lado.

Descrição	R\$ mil	
	2018	2017
Contas a Pagar	590	297
Transferências Legais	18	16
Total	608	313

Fonte: Balanço Patrimonial de 2018

Nota Explicativa 11

Provisões de Curto Prazo

No grupo de provisões, registram-se os valores lançados a título de provisões de férias e 13º salário, com respectivos encargos, bem como da provisão de repasse de cota-parte, de provisões para riscos trabalhistas e cíveis, entre outras.

Provisões trabalhistas (13º salário, férias e encargos)

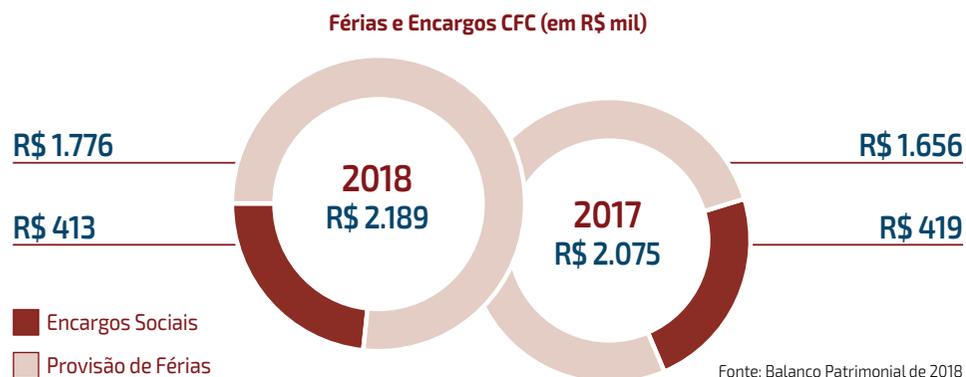
São constituídas mensalmente, em atendimento ao regime de competência, com base nos períodos aquisitivos de cada funcionário,

acrescidas dos respectivos encargos, conforme relatório expedido pelo Sistema de Folha de Pagamento.

Não ocorreram alterações significativas nos saldos da provisão de férias, pois não aconteceram modificações expressivas no número de colaboradores. Não há férias acumuladas e vencidas.

Os saldos referentes às provisões para décimo terceiro salário e seus encargos patronais foram baixados por ocasião do pagamento da segunda parcela, ocorrido no dia 19/12/2018.

No gráfico abaixo, está demonstrado o detalhamento da provisão em 31 de dezembro:



Nota Explicativa 12

Provisões de Longo Prazo

Provisão para Riscos Trabalhistas e Cíveis

Esta provisão tem por finalidade dar cobertura às perdas ou despesas, cujo fato gerador já ocorreu, mas não tendo havido ainda, correspondente desembolso ou perda.

As provisões para riscos cíveis foram constituídas com base no Relatório de Passivos Contingentes da Procuradoria Jurídica do CFC. O Conselho possui processos avaliados como de risco de possível e provável ganho, possível perda e remota, que não são reconhecidos contabilmente, conforme estabelecido pela NBC.

De acordo com o Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs, uma contingência passiva é a possível obrigação presente, cuja

existência será confirmada somente pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros, que não estejam totalmente sob controle da entidade.

Ressalta-se que os processos contingentes, cuja avaliação do grau de perda foi classificada como "Possível" e "Remota", não são reconhecidos contabilmente, mas, a título de informação, demonstra-se no quadro da Nota Explicativa 12 – Provisões de Longo Prazo, os processos que estão sob a responsabilidade da Procuradoria Jurídica.

O Conselho possui, ainda, processos judiciais avaliados com risco de perda possível. Ressalta-se que os processos nessa situação não são reconhecidos contabilmente.

Descrição	2018		2017	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Processos Trabalhistas				
Praticamente certo	1	18.076,09	–	–
Provável	9	1.569.623,93	9	1.433.888,81
Possível	5	85.922,00	3	50.000,00
Total	15	1.673.622,02	12	1.483.888,81

Processos Cíveis	2018		2017	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Praticamente certo	4	110.547,00	5	110.547,00
Provável	3	21.213,00	2	11.213,00
Possível	45	2.733.456,20	43	2.715.456,20
Remota	14	84.986,00	7	44.724,00
Total	66	2.940.202,20	57	2.881.940,20

Fonte: Balanço Patrimonial 2018

Nota Explicativa 13

Demais Obrigações de Longo Prazo

No passivo não circulante, estão registradas as receitas com inscrições recebidas antecipadamente. Elas se referem à arrecadação de inscrições para participação no 21º Congresso Brasileiro de Contabilidade, que ocorrerá em 2020.

A contabilização foi efetuada dessa forma tendo em vista que o serviço que o Conselho prestará realizar-se-á apenas em ano subsequente. De acordo com a NCTSP 02, quando o produto de transação envolvendo a prestação de serviços puder ser mensurado confiavelmente, a receita associada à transação deve ser reconhecida tomando por base o estágio de execução dos serviços prestados até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Dessa forma, os montantes arrecadados foram registrados como "adiantamento de clientes", pois compreende as antecipações recebidas por operações de fornecimento de bens ou prestação de serviços e que ensejem a devolução da quantia recebida, caso a operação não ocorra.

Nota 14

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido demonstrado no BP é composto dos saldos de resultados positivos (ou negativos) apurados em exercícios anteriores, superávit patrimonial do exercício e ajustes de exercícios anteriores.

O resultado patrimonial do exercício foi de R\$ 16.345.395,37, sendo R\$ 15.072.722,34 referente ao Conselho Federal e R\$ 1.272.673,03 referente ao Fides. Conforme demonstrado abaixo:

Patrimônio Líquido CFC (em R\$ mil)



Nota Explicativa 15

Resultado Financeiro

O Resultado financeiro é representado pela diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, apurado em conformidade com a Lei nº 4.320/1964, alinhado às orientações do Controle Interno do CFC. No exercício de 2018, foi apurado um superávit financeiro, no CFC e no Fides, no valor de R\$88.304.833,07.

Resultado Financeiro CFC

	R\$ mil	
Resultado Financeiro	2018	2017
Ativo Financeiro	93.180	84.791
(-) Passivo Financeiro	4.875	4.805
Superávit	88.305	79.986

Metodologia de cálculo

Ativo Financeiro	2018	2017
Ativo circulante	95.188	85.986
(-) créditos de curto prazo	1.671	790
(-) estoques	338	405
(=) Valor do Ativo Financeiro	93.180	84.791

Passivo Financeiro	2018	2017
Passivo circulante	4.986	4.915
(-) Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	111	111
(=) Valor do Passivo Financeiro	4.875	4.805
Superávit Financeiro	88.305	79.986

Fonte: Balanço Patrimonial 2018

Contas de Compensação

Nota Explicativa 16

Atos Potenciais Ativos e Passivos

O CFC mantém registrados em seu balanço os valores dos contratos, convênios e acordos em atos potenciais, resguardando os direitos e deveres estabelecidos nesses documentos, bem como o registro prévio de futuros reflexos patrimoniais.

O valor registrado dos empréstimos concedidos a executar refere-se aos contratos firmados com os Conselhos Regionais da Bahia, Pernambuco, Rondônia e Rio Grande do Sul. Além dos empréstimos, foram registrados os Convênios e/ou Termos de Cooperação firmados com entidades representativas da profissão contábil. Essa atividade tem por objetivo fortalecer a relação sociopolítico-institucional em entidades nacionais e internacionais. Seguem abaixo as informações de cada instrumento:

- **Federação Internacional de Contadores (Ifac)** – termo de cooperação vigente com o objeto de promoção, desenvolvimento e aprimoramento da profissão contábil e de auditoria, buscando a uniformização de padrões de normas internacionais de contabilidade e ao aperfeiçoamento da prestação de serviços contábeis, obedecendo a padrões de alta qualidade em atendimento ao interesse público.
- **Associação Interamericana de Contabilidade (AIC)** – Convênio com a finalidade de integrar os contadores da América e buscar o apoio e o desenvolvimento profissional,

científico e acadêmico. O objetivo do CFC e da AIC é que todos os países do continente trabalhem de forma proativa, no processo de elaboração das normas de contabilidade.

- **Comitê de Integração Latino Europa -América (Cilea)** – Termo de cooperação vigente cujo objetivo é promover o desenvolvimento e aprimoramento da profissão contábil entre países de língua latina.

Outro ponto registrado em Atos Potenciais são os repasses mediante termos de acordos firmados pelos CRCs com Instituições de Ensino Superior (IES), com o objetivo de incentivar a criação de polos para a instalação de cursos de mestrado e/ou doutorado. Essa ação deriva da necessidade de profissionais mestres em Contabilidade para atuarem em Instituições de Ensino Superior, de acordo com o disposto no Art. 52, inciso II da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Seguem os contratos:

- **Contrato de Repasse para o Conselho Regional de Contabilidade do Piauí (CRCPI)** – o auxílio financeiro tem por base subsidiar a execução do termo de cooperação assinado entre o CRCPI e a Fucape. O objeto do termo é oferecer a 30 alunos o curso de mestrado profissional em Ciências Contábeis no prazo de 30 meses.
- **Contrato de Repasse para o Conselho Regional de Contabilidade do Alagoas (CRCAL)** – o auxílio financeiro tem por base subsidiar a execução do termo de cooperação assinado entre o CRCAL e a Fucape. O objeto do termo é oferecer a 30 alunos o curso de mestrado profissional em Ciências Contábeis no prazo de 30 meses.

O Conselho Federal também registra em seu Balanço Patrimonial, em Atos Potenciais, a concessão de auxílio financeiro aos Conselhos Regionais para aquisição de equipamentos de informática e mobiliário, renovação de frota de veículos, manutenção e Reforma de Sede. Em 2018, o CFC repassou auxílio financeiro aos seguintes Regionais: CRCAC, CRCAL, CRCAM, CRCPI, CRCRN, CRCRR, CRCSE e CRCTO.

Demonstração das Variações Patrimoniais

Resultado CFC	R\$ mil	
Resultado Patrimonial	2018	2017
Variações Patrimoniais Aumentativas	69.118	66.773
(-) Variações Patrimoniais Diminutivas	54.045	46.756
Superávit	15.073	20.017

Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes	2018	2017
Ativo Financeiro	87.046	84.791
Ativo Não Circulante	98.828	91.461
Ativo (I)	185.873	176.252
Passivo Financeiro	4.797	4.805
Passivo Não Circulante	1.621	1.476
Passivo (II)	6.417	6.281
Saldo patrimonial acumulado (I-II)	179.456	169.971

Resultado FIDES	R\$ mil	
Resultado Patrimonial	2018	2017
Variações Patrimoniais Aumentativas	2.129	2.278
(-) Variações Patrimoniais Diminutivas	857	477
Superávit	1.273	1.802

Fonte: Balanço Patrimonial 2018

O Superávit Patrimonial decorreu principalmente da prudência na execução dos gastos, contando que o país enfrenta grave crise financeira e econômica nos últimos anos, e a receita de arrecadação com contribuição de anuidades, que é o maior e o principal ingresso de valores no Conselho Federal de Contabilidade, tem se mantida estável nos últimos exercícios. Apesar dos esforços, o CFC teve seu resultado patrimonial impactado pelo aumento das despesas em referência ao exercício de 2017. O aumento ocorreu principalmente devido à implementação do novo plano de cargos, que ocasionou um aumento com Despesa de Pessoal e a realização da despesa de Capital de R\$8.809.831,46 com a concessão de Empréstimos aos CRCs, e o investimento em Ativo Intangível com a criação da fábrica de software, no valor de R\$1.686.719,11.

Balanço Financeiro (BF)

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos financeiros advindos do exercício anterior. Dessa movimentação financeira, resulta um saldo financeiro, que é transferido para o exercício seguinte. No final de 2018, o saldo financeiro foi de R\$92.360.179,37.

Ingressos e Dispêndios Extraorçamentários

Nos saldos dos ingressos e dispêndios extraorçamentários, estão evidenciados, especialmente, a movimentação dos depósitos restituíveis e valores vinculados a processos judiciais, os valores inscritos em restos a pagar e os pagos de exercícios anteriores, bem como o cancelamento de restos a pagar, decorrentes de erros, entre outros.

Balanço Orçamentário (BO)

O BO demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas e reflete também as mudanças do orçamento original devido à elaboração de créditos adicionais. A diferença entre o total de receitas arrecadadas e o de despesas empenhadas gera o resultado orçamentário, o qual pode ser positivo — superávit orçamentário — ou negativo — déficit orçamentário. O resultado orçamentário evidencia a sobra ou a falta dos recursos arrecadados para cobertura das despesas empenhadas.

Resultado Orçamentário

O orçamento do CFC para o exercício de 2018 foi aprovado por meio da Resolução n.º 1.535/2017, publicada no Diário Oficial da União, de 12 de dezembro de 2017, no valor de R\$74.656.700,00 e alterações, de acordo com os créditos adicionais aprovados. No Balanço Orçamentário, estão demonstrados os valores das receitas arrecadadas e as despesas empenhadas, sendo o resultado orçamentário apurado pela diferença entre as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas e liquidadas no exercício.

Deve-se observar que as despesas com férias e encargos são empenhadas e liquidadas no sistema, ou seja, a cada 1/12 avos trabalhados, contabiliza-se a liquidação da despesa (e a obrigação no sistema de informação patrimonial). Dessa forma, os valores que constam registrados em despesas liquidadas não podem ser interpretados como saídas totais de recursos financeiros.

O resultado orçamentário foi extraído com base no subsistema orçamentário e apresentou um superávit orçamentário de R\$8.250.324,61. O resultado orçamentário do exercício de 2018 foi inferior ao valor apurado no exercício de 2017 (R\$19.797.840,53). Essa diminuição ocorreu principalmente devido à queda na arrecadação de Receitas Correntes, ao aumento das despesas correntes, face ao novo PCS, e ao aumento da despesa de Capital decorrente do valor repassado para os Conselhos Regionais de Contabilidade em forma de Empréstimo para aquisição ou reforma de Sede.

Resultado Orçamentário CFC	R\$ mil	
Títulos	2018	2017
Resultado Orçamentário	8.250	21.599
Receitas Arrecadadas	71.645	69.393
Despesas Empenhadas	63.394	47.794

Fonte: Balanço Patrimonial 2018

Demonstrativo dos Restos a Pagar Processados (RPP)

O Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar Processados apresenta os valores de obrigações empenhadas e liquidadas, inscritas em restos a pagar no exercício, bem como as obrigações pagas de exercícios anteriores e/ou canceladas.

Destacamos que o Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs, aprovado pela Resolução CFC n.º 1.161/2009, não previu em seu plano de contas os restos a pagar não processados, cuja metodologia utilizada está em análise pela Comissão de Revisão do Manual.

Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)

A Demonstração dos Fluxos de Caixa fornece informações acerca das alterações no caixa e equivalentes de caixa da entidade em um determinado período, evidenciando separadamente os fluxos nas atividades operacionais, nas atividades de investimento e nas atividades de financiamento.

As informações são úteis para proporcionar aos usuários uma base para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como as necessidades da entidade de utilização desses fluxos de caixa.

Demonstração das Mutações Patrimoniais (DMPL)

A Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) demonstrará a evolução do patrimônio líquido da entidade durante o período.

Brasília, 31 de dezembro de 2018.

Contador Zulmir Ivânio Breda
Presidente do CFC

Contador Carlos Frederico Carvalho de Melo
Gerente do Departamento de Contabilidade do CFC



Outras Informações Relevantes

Outras Informações Relevantes

O Conselho Federal de Contabilidade publica, pela primeira vez, o Relato Integrado, com base no modelo IIRC12 do Conselho Internacional para o Relato Integrado, na Instrução Normativa TCU n.º 170/2018 e na Portaria TCU n.º 369/2018. Os elementos de conteúdo estão alinhados com a estrutura conceitual e foram distribuídos de forma a deixar o Relato conciso e objetivo.

Foram selecionadas informações constantes no Relatório de Auditoria, no Sistema de Gestão por Indicadores (SGI), nas demonstrações contábeis, nas notas expli-

cativas, no Planejamento Estratégico do CFC e nos estudos realizados em atendimento à Resolução CFC n.º 1.549/2018, que institui a Política de Governança no âmbito do Sistema CFC/CRCs, Resolução CFC n.º 1.528/2017, que institui a Política de Gestão de Riscos, e a Resolução CFC n.º 1.532/2017, que aprova o Plano de Gestão de Riscos.

Para a determinação de materialidade das informações relevantes, foi desenvolvido o formulário de identificação, que foi encaminhado e aplicado pelos gestores das unidades organizacionais.

Parceria CFC/Correio Braziliense: Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física

Pelo terceiro ano consecutivo, a parceria entre o CFC e o Correio Braziliense (um dos principais jornais de referência do Brasil) esclareceu dúvidas de muitos contribuintes sobre a Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), ano base 2017. O CFC instituiu uma comissão, formada por conselheiros do CFC e voluntários da classe contábil, para esclarecer as dúvidas dos contribuintes, cujo

trabalho ressaltou a importância do profissional da contabilidade para a sociedade. As respostas sobre a Declaração do IRPF 2018, elaboradas pela comissão e publicadas no Correio Braziliense, estão disponíveis para consulta no portal do CFC e trazem orientações gerais. Em casos mais complexos, o CFC orienta o contribuinte a procurar o auxílio de profissionais da contabilidade.

Mais de **150** perguntas respondidas e publicadas durante a parceria, que durou de 16/2/2018 a 30/4/2018



Milhares de contribuintes beneficiados com as orientações sobre a elaboração da DIRPF publicadas no Correio Braziliense e replicadas nas redes sociais

Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas

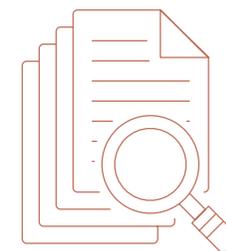
O CFC, por meio de seu representante legal, tem participado das reuniões realizadas pelos conselhos federais das profissões regulamentadas, com o objetivo de valorizar as diversas categorias perante os poderes públicos, reafirmando, assim, a relevância dos profissionais para a sociedade brasileira. Os encontros são realizados para traçar estratégias que visam a uma melhor organização no âmbito dos Conselhos Federais; a integração dos Conselhos Regionais e Federais de todas as categorias; e a promoção de debates e a troca de experiências entre os diversos setores dos Conselhos, contribuindo para a modernização da gestão.



Na pauta são tratadas matérias relacionadas ao exercício profissional; legalidade e regulamentação das profissões; fiscalização; normatização; Lei de Acesso à Informação; análise do relatório Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC), entre outros.

Comissão Permanente de Avaliação de Documentos

A complexidade e a abrangência dos conhecimentos exigidos pelo processo de avaliação de documentos de arquivo requerem, para o estabelecimento de critérios de valor, a participação de profissionais de diversas áreas. A Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do CFC, instituída pela Portaria CFC n.º 266/2018, tem a responsabilidade de orientar e realizar o processo de análise, avaliação e seleção da documentação produzida e acumulada no âmbito do CFC, tendo em vista a identificação dos documentos para guarda permanente e/ou a eliminação dos destituídos de valor.



Observa-se que a ausência de políticas de gestão documental, assim como a eliminação indevida e/ou desprovida de critérios claros e definidos com base na legislação, nos procedimentos e nos princípios estabelecidos na literatura arquivística podem ocasionar problemas nas perspectivas financeiras, estratégicas, de reputação e regulatórias, tanto no ambiente interno quanto no ambiente externo.

Nesse aspecto, ressalta-se que as atividades da Comissão estão alinhadas aos valores do Sistema CFC/CRCs, a saber: Ética, Excelência, Confiabilidade e Transparência, isto porque todo o processo de eliminação de documentos está amparado e baseado nas legislações arquivísticas brasileiras e do CFC vigentes, relacionadas à gestão documental. Assim, é possível alcançar a preservação da memória institucional do Conselho em curto, médio e longo prazo.

Assim sendo, com base nos seus valores e na legislação e princípios arquivísticos, o CFC publicou, no ano de 2018, dois processos de eliminação, que foram amplamente divulgados no Diário Oficial da União (DOU) e em seu sítio eletrônico – os processos de eliminação n.º 2018/000510 e n.º 2018/000849 – totalizando, aproximadamente, 1 tonelada de documentos cujos prazos de guarda expiraram e já estavam desprovidos de valor secundário (históricos, comprobatórios e/ou informativos) que justificassem a sua guarda e manutenção nos arquivos do CFC.

Revista Brasileira de Contabilidade (RBC)

Importante fonte de informação técnica para os profissionais da área, a Revista Brasileira de Contabilidade (RBC) é uma das mais antigas publicações técnicas do Brasil, tendo sua primeira edição lançada em 1912. Pela sua importância na história das Ciências Contábeis no País e pelo seu estrito conteúdo técnico-contábil, a revista vem mantendo, ao longo dos anos, elevado padrão de qualidade editorial.

Atualmente a pontuação do periódico possui o nível T4, pontuação estabelecida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Qualis/Capes). Esse conceito representa a consolidação da RBC como periódico qualificado, além da possibilidade de atingir estratos mais altos.

Com periodicidade bimestral e totalmente eletrônica, desde 2017, a RBC oportuniza a todos os profissionais da contabilidade, estudantes e interessados nas Ciências Contábeis o acesso gratuito às seis edições anuais, transmitindo estudos e experiências profissionais, por meio das reportagens, entrevistas e artigos com atributos técnico-contábeis.

CFC Em Um Minuto



A criação do programa CFC em um Minuto, veiculado pelas redes sociais, foi uma das muitas ações realizadas em 2018 para impulsionar a divulgação dos trabalhos do CFC e aprimorar o relacionamento com a classe contábil e com a sociedade.

Utilizando inovações tecnológicas e linguagem simples, o CFC em Um Minuto leva aos mais de 524 mil profissionais da contabilidade e à sociedade informações de assuntos de interesse da classe contábil, além de apresentar o funcionamento e os serviços do Sistema CFC/CRCs.

Foram abordados 32 temas nas edições do CFC em Um Minuto do ano de 2018, com mais de 100 mil visualizações nas principais redes sociais (Facebook e Twitter).

Edições Publicadas

Anualmente, o CFC edita publicações e as disponibiliza para *download*, gratuitamente, aos profissionais da contabilidade de todo o País.

No ano de 2018, mantendo sua política de gestão focada na economicidade, as publicações abaixo destacadas foram editadas pelo CFC no formato eletrônico:

- Balanço Socioambiental CFC 2017.
- Contabilidade Eleitoral - Da Teoria à Prática.
- Exame de Suficiência: um Requisito para o Exercício Profissional.
- Atualização da Carta de Serviços ao Usuário.

Todas as publicações podem ser acessadas por meio do link: <http://cfc.org.br/biblioteca/edicoes-do-cfc>

Visitas Escolares

As Visitas Escolares têm por objetivo aproximar os futuros profissionais da área contábil do órgão máximo de fiscalização do exercício da profissão, auxiliando-os também a expandir limites da aprendizagem para além das salas de aula.

Em 2018, o Programa Visitas Escolares possibilitou a 412 estudantes de Instituições de Ensino Superior (IES) de várias regiões do País conhecerem o funcionamento do CFC, vivenciando um pouco da história da profissão e vendo de perto onde acontece grande parte das principais discussões da área contábil brasileira.

A programação – preparada para oferecer aos alunos informações sobre a evolução da Contabilidade e a sua importância para o desenvolvimento social e econômico do País – contempla, ainda, a apresentação de uma palestra sobre o Sistema CFC/CRCs, ocasião em que são esclarecidas dúvidas sobre o Exame de Suficiência, Decore, Registro, Fiscalização e Ética da Profissão.



412
Estudantes de Instituições de Educação Superior (IES) de várias regiões do Brasil visitaram o CFC em 2018.

As IES que visitaram a sede do CFC foram: Faculdade de Ensino Superior do Piauí (PI), Faculdade do Noroeste de Minas Gerais (MG), Faculdade Prime Educ (DF), Faculdade de Quirinópolis (GO), Centro Universitário de Desenvolvimento do Centro Oeste/ICESP (GO), Universidade Estadual de Goiás (GO), Universidade Estadual de Goiás - Campus Aparecida de Goiânia (GO), Universidade de Uberlândia (MG), Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (MG) e Universidade Federal de Uberlândia (MG).



Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU

Quadro da situação de atendimento das demandas do TCU			
Deliberação	N.º do item	Descrição sucinta do item da deliberação	Providências adotadas / Ações implementadas
Acórdão n.º 1877/2018 – TCU – Plenário	9.1	Considerar parcialmente cumpridas as determinações contidas no item 9.1 do Acórdão 96/2016-TCU-Plenário.	<p>- Envio do Ofício-Circular n.º 1559/2018 CFC-Direx a todos os CRCs, encaminhando o Acórdão 1877/2018-TCU-Plenário. Encaminhados, também, os documentos enviados pelo Tribunal de Contas da União que tratam do monitoramento do cumprimento, pelos conselhos de fiscalização profissional, das determinações constantes no item 9.1. do Acórdão 96/2016-TCU-Plenário:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Relatório de Monitoramento. • Proposta de Deliberação. • Planilha com as respostas fornecidas pelo Sistema CFC/CRCs vinculadas ao questionário que avaliou o cumprimento da Lei de Acesso à Informação. • Planilha preenchida pela equipe de auditoria do TCU ao avaliar (validar) o sítio do CFC, CRCMS e CRCPE. <p>- Realizada reunião da Comissão Permanente de Transparência do CFC no dia 11/12/2018, das 9h às 17h, em Brasília (DF), para analisar os itens considerados em não conformidade e verificar as melhorias necessárias a serem realizadas no sistema Portal da Transparência e Acesso à Informação. Foi elaborado plano de ação que será submetido para análise da gestão do CFC em 2019. Todas as alterações serão enviadas posteriormente pelo CFC a todos os Conselhos Regionais.</p> <p>- No ano de 2018, o CFC atuou em três frentes para manter a articulação com os CRCs:</p> <p>I. Realização de análise no Portal da Transparência dos CRCs para verificar o atendimento à legislação.</p> <p>II. Continuidade do trabalho de auditoria nos portais pela Coordenadoria de Controle Interno do CFC.</p> <p>III. Apoio técnico e operacional no gerenciamento do Portal da Transparência e Acesso à Informação e Ouvidoria com visita <i>in loco</i> a 12 CRCs (AC, AM, AP, BA, DF, MA, PE, PI, RJ, RN, RR e SE).</p>

Tratamento de Determinações e Recomendações do Órgão de Controle Interno (CCI/CFC)

Quadro da situação de atendimento das demandas da CCI			
Relatório de Auditoria	N.º do item	Descrição sucinta do item da deliberação	Providências adotadas / Ações implementadas
N.º 20/2018	4.2.2.8	Recomenda-se a adoção de medidas para a elaboração de documento que permita uma melhor ação dos agentes responsáveis pela gestão e fiscalização dos contratos. Ainda, que esses agentes possam analisar as alterações contratuais, que conheçam e apliquem as técnicas de fiscalização de contratos com efetividade e que haja diferenciação entre os papéis do gestor e fiscal de contrato.	A administração do CFC determinou a capacitação dos colaboradores em cursos voltados à aplicação da Instrução Normativa n.º 5/2017. O treinamento "Instrução Normativa n.º 05/2017 – Fiscalização de Contratos – Qualidade e Gestão de Riscos" foi ministrado em agosto de 2018 para 60 colaboradores do CFC.
	4.2.2.5.1	Recomenda-se que seja efetuada a análise crítica dos preços coletados para o cálculo do valor estimado das contratações, valorizando os preços encontrados no painel de preços ou em contratações similares de outros entes públicos, observando as orientações contidas na IN n.º 05/2014 do MPOG.	
	4.2.2.7	Orienta-se incluir nos processos a demonstração dos critérios utilizados para a pesquisa de preço no Painel de Preços do Ministério do Planejamento. Recomenda-se à administração que nessas situações amplie a pesquisa com os fornecedores, com o objetivo de comprovar o preço de mercado e que revise o estudo preliminar para identificar as causas que mudaram o cenário da contratação anterior em comparação com o atual.	
	4.2.2.9	Recomenda-se à administração que promova o treinamento das equipes técnicas, tanto do setor de compras, como dos setores requisitantes, de modo a garantir o processamento das compras em conformidade com as disposições do Regulamento de Licitações e Contratos e, ainda, a Instrução Normativa n.º 05/2017, na busca pela eficiência e o cumprimento dos princípios relacionados à atividade administrativa, e a fim de melhorar e resguardar as contratações em cada modalidade de licitação, de forma a contribuir com o planejamento e governança nas aquisições.	
	4.2.2.10	Recomenda-se à administração que promova o treinamento dos setores requisitantes para o aperfeiçoamento da ferramenta de pesquisa de preços.	
	4.2.2.11	Recomenda-se à administração que promova o treinamento para os agentes responsáveis pelo estabelecimento de sanções administrativas decorrentes da inexecução parcial ou total dos contratos.	



Anexos

Declaração de Integridade do Relato Integrado 2018

Declaro perante os órgãos de controle interno e externo, conforme as recomendações da IN n.º 170/2018, de 19 de setembro de 2018, Anexo II e Portaria TCU n.º 369, de 17 de dezembro de 2018, que sou responsável por assegurar a integridade das informações contidas no Relato Integrado – 2018 referentes às informações disponibilizadas pelas Vice-Presidências do Conselho Federal de Contabilidade e reconheço que, na preparação e na apresentação do Relato Integrado – 2018, os dados e informações foram elaborados e analisados por estas Vice-Presidências, por meio de suas respectivas Coordenadorias e estruturados pelos membros instituídos pela Portaria CFC n.º 323/2018, de 17 de setembro de 2018, e 405, de 22 de novembro 2018.

Brasília, 6 de fevereiro de 2019.

Contador Zulmir Ivânio Breda

Presidente

Contador Aécio Prado Dantas Júnior

Vice-Presidente de Desenvolvimento Operacional

Contador Idésio da Silva Coelho Júnior

Vice-Presidente Técnico

Contador Joaquim de Alencar Bezerra Filho

Vice-Presidente de Política Institucional

Contadora Lucélia Lecheta

Vice-Presidente de Desenvolvimento Profissional

Contadora Lucilene Florêncio Viana

Vice-Presidente de Controle Interno

Contador Marco Aurélio Cunha de Almeida

Vice-Presidente de Registro

Contadora Sandra Maria Batista

Vice-Presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina

Contador Sérgio Faraco

Vice-Presidente Administrativo

Técnica em Contabilidade Maria Perpétua dos Santos

Representante dos Técnicos em Contabilidade no Conselho Diretor

Expediente

Presidente do CFC

Zulmir Ivânio Breda

Vice-Presidente de Política Institucional

Joaquim de Alencar Bezerra Filho

Vice-Presidente de Registro

Marco Aurélio Cunha de Almeida

Vice-Presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina

Sandra Maria Batista

Vice-Presidente de Controle Interno

Lucilene Florêncio Viana

Vice-Presidente Técnico

Idésio da Silva Coelho Júnior

Vice-Presidente Administrativo

Sergio Faraco

Vice-Presidente de Desenvolvimento Profissional

Lucélia Lecheta

Vice-Presidente de Desenvolvimento Operacional

Aécio Prado Dantas Júnior

Representante dos Técnicos em Contabilidade no Conselho Diretor

Maria Perpétua dos Santos

Diretora Executiva

Elys Tevania Alves de Souza Carvalho

Comissão responsável pela Elaboração do Relatório de Gestão do CFC referente ao exercício de 2018

Sergio Faraco - Coordenador

Andréa Rodrigues Rosa

Carlos Frederico Carvalho de Melo

David Duarte Rodrigues

Elys Tevania Alves de Souza Carvalho

Eunice Rosa de Melo dos Santos

Fabírcia Gonçalves de Andrade

Janaína de Araújo Nery Bezerra

Janaína Angélica Sarmento Ferreira de Lima de Carvalho

Rubiane Daniele Cardoso de Almeida

Thatyane Nardelli Nogueira

Thiago Luis Gomes

Revisão

Maria do Carmo Nóbrega

Projeto Gráfico e Diagramação

David Duarte Rodrigues

Thatyane Nardelli Nogueira

Thiago Luis Gomes